



**Comissão de Coordenação e  
Desenvolvimento Regional do  
Algarve**

# **Relatório de Atividades 2013**



## ÍNDICE

I – INTRODUÇÃO .....	4
II – AUTO-AVALIAÇÃO .....	9
II. 1 - Definição dos objetivos operacionais - QUAR 2013 .....	9
II. 2 - Autoavaliação – Resultados alcançados .....	12
II.2. 1 – Fontes de verificação .....	16
II.2.2 – Atividade desenvolvida por áreas temáticas .....	17
II.2.2.1 – Atividades desenvolvidas em 2013 .....	17
II.2.2.2 – Execução 2012-2013 .....	41
II.3 – Autoavaliação – Informação adicional .....	45
II.3.1 – Afetação real e prevista de recursos humanos e financeiros .....	45
II.3.1.1 – Recursos humanos .....	45
II.3.1.2 – Recursos financeiros .....	45
A – Análise económica, financeira e patrimonial e por centros de custo .....	46
A.1 – Contabilidade orçamental .....	47
A1.1 – Estrutura da receita .....	47
A1.2 – Estrutura da despesa .....	52
A.2 – Contabilidade patrimonial (POC P) .....	55
A2.1 – Balanço .....	55
A2.2 – Demonstração de resultados .....	60
A.3 – Contabilidade por Centros de Custo .....	63
II.3.2 – Apreciação por parte dos utilizadores da quantidade e qualidade dos serviços prestados .....	68
II.3.3 – Avaliação dos sistemas e procedimentos de controlo interno .....	69
II.3.3.1 – Ações de auditoria externa .....	69
II.3.4 – Análise das causas de incumprimento de ações ou projetos não executados com resultados insuficientes .....	69
II.3.5 – Desenvolvimento de medidas para reforço positivo do desempenho .....	69
II.3.6 – Comparação com o desempenho de serviços idênticos no plano nacional e internacional.....	70
II.3.7 – Audição de dirigentes e demais trabalhadores na autoavaliação dos serviços .....	70
III – SÍNTESE DO BALANÇO SOCIAL .....	71
IV – AVALIAÇÃO FINAL .....	87
ANEXOS .....	88

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Objetivos das Unidades Orgânicas / Objetivos do QUAR .....	10
Quadro 2 - Grau de cumprimento dos objetivos operacionais .....	13
Quadro 3 - Resultados alcançados .....	14
Quadro 4 - Atividade desenvolvida por área temática 2012-2013 .....	41
Quadro 5 - Número de trabalhadores em exercício de funções 2004-2013 .....	45
Quadro 6 - Taxa de execução da receita - Orçamento de Funcionamento .....	47
Quadro 7 - Taxa de execução da receita - Orçamento Investimento .....	49
Quadro 8 - Receita global por orçamento e fonte de financiamento .....	50
Quadro 9 - Taxa de execução da despesa - Orçamento de Funcionamento .....	51
Quadro 10 - Taxa de execução da despesa - Orçamento de Investimento .....	52
Quadro 11 - Despesa global por orçamento e agrupamento de despesa .....	54
Quadro 12 - Composição do ativo líquido 2012-2013 .....	55
Quadro 13 - Composição percentual do ativo líquido .....	56
Quadro 14 - Fundos próprios e passivo 2012-2013 .....	57
Quadro 15 - Composição percentual dos fundos próprios e passivo .....	58
Quadro 16 - Estrutura de proveitos .....	60
Quadro 17 - Estrutura de custos .....	61
Quadro 18 – Composição dos Resultados do Exercício .....	62
Quadro 19 - Receita/despesa por centro de custo .....	64
Quadro 20 - Fontes de receita por centro de custo .....	65
Quadro 21 - Despesa por unidade orgânica .....	66
Quadro 22 - Receita/despesa por centro de custo .....	67
Quadro 23 - Distribuição dos trabalhadores segundo o vínculo .....	71
Quadro 24 - Trabalhadores por grupos/cargos/carreiras .....	73
Quadro 25 - N.º de trabalhadores segundo o género .....	73
Quadro 26- N.º de trabalhadores por escalão etário .....	74
Quadro 27 - Antiguidade por grupo de pessoal .....	76
Quadro 28 - N.º de trabalhadores segundo o nível de escolaridade .....	77
Quadro 29 - Indicadores de movimento de pessoal .....	79
Quadro 30 - N.º de ausências ao trabalho .....	80
Quadro 31 - Ausências ao trabalho 2011-2013 .....	81
Quadro 32 - Estrutura remuneratória .....	82
Quadro 33 - Ações de formação – 2011 a 2013 .....	84
Quadro 34 – Indicadores Balanço Social 2009-2013 .....	85

## **ÍNDICE DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 - Receita – Orçamento Funcionamento .....	50
Gráfico 2 - Receita – Orçamento Investimento .....	51
Gráfico 3 - Receita global por orçamento .....	51
Gráfico 4 – Despesa – Orçamento Funcionamento .....	53
Gráfico 5 - Despesa – Orçamento Investimento .....	54
Gráfico 6 - Despesa global por orçamento .....	55
Gráfico 7 - Composição do ativo líquido .....	57
Gráfico 8 - Comparação dos fundos próprios e passivo 2012-2013 .....	58
Quadro 9 - Composição dos fundos próprios e passivo .....	59
Gráfico 10 - Proveitos e ganhos operacionais .....	61
Gráfico 11 - Custos e perdas operacionais .....	62
Gráfico 12 - Receita/despesa por centro de custo .....	67
Gráfico 13 - Receita/despesa por centro de custo .....	68
Gráfico 14 - Distribuição dos trabalhadores segundo o vínculo .....	71
Gráfico 15 - Trabalhadores por grupos/cargos/carreiras .....	73
Gráfico 16 - N.º de Trabalhadores por género 2009-2013 .....	74
Gráfico 17 - N.º de Trabalhadores por escalão etário .....	75
Gráfico 18 - Antiguidade por grupo de pessoal .....	76
Gráfico 19 - N.º de trabalhadores segundo o grupo/cargo/carreira e nível de escolaridade ...	77
Gráfico 20 - N.º de trabalhadores segundo o género e nível de escolaridade .....	78
Gráfico 21 – N.º de ausências ao trabalho no período 2011-2013 .....	81

## **ÍNDICE DE TABELAS**

Tabela 1 – Prestação de Informação – Gestão Financeira .....	28
Tabela 2 – Prestação de Informação – Gestão dos Recursos Humanos .....	30
Tabela 3 – Prestação de Informação – Gestão Patrimonial .....	33

## **I – INTRODUÇÃO**

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve é um serviço periférico da Presidência do Conselho de Ministros, tendo como missão assegurar a coordenação e articulação das diversas políticas sectoriais de âmbito regional, bem como executar as políticas de ambiente, de ordenamento do território e cidades e apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações.

As alterações legislativas ocorridas em meados de 2013, nomeadamente através dos Decretos de Lei 60/2013 de 9 de Maio e 119/2013 de 21 de Agosto que modificaram a estrutura e a orgânica do XIX Governo Constitucional tiveram como consequência a alteração das tutelas das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional cuja superintendência e tutela passou a ser exercida, conjuntamente pelo Ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional, e o Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e Energia. A CCDR Algarve passou assim a estar sob a dependência direta da Presidência do Conselho de Ministros e nas áreas do ambiente e do ordenamento do território sob a dependência do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e Energia.

Conscientes que o País atravessa um momento particularmente difícil na sua história, esteve sempre presente no espírito de toda a organização a necessidade de nos suplantarmos e de envolvermos todos os agentes da nossa região, por forma a que, com o contributo de todos, superarmos os objectivos a que nos propusemos.

Exemplo disso foi o envolvimento de vários agentes na continuação da preparação do próximo período de programação de fundos comunitários. Este foi um processo liderado pela CCDR, na sequência do Despacho 23872/2012, e incluiu entre outros trabalhos, o Diagnóstico e Plano de Acção Regional, a Estratégia Regional de Investigação e Inovação para a especialização inteligente e o Plano Operacional Regional.

Relativamente ao Programa Operacional Algarve 21 destaque-se o esforço desenvolvido por toda a equipa, que permitiu superar o objectivo fixado de assegurar o cumprimento da meta N+2 (QREN).

Assistimos em 2013 à optimização dos recursos existentes, nomeadamente com a consolidação da actividade da CCDR em apenas dois edifícios, face aos três que ocupava em 2012 e à transferência de parte substancial do arquivo para instalações cedidas em regime de comodato sem custos para este organismo. Estas alterações implicaram um esforço adicional para toda a organização, mas permitiram ganhos em termos de eficácia e eficiência.

Ao nível do ordenamento do território foi igualmente significativa a recuperação dos atrasos que se verificavam no âmbito do controlo prévio de usos e ações incidentes em Reserva Ecológica Nacional, atendendo aos prazos estabelecidos para o efeito no respetivo regime jurídico, para o que houve que, em estreita articulação com os serviços, identificar a raiz do problema, ajustar rotinas de trabalho e afetar mais dois colaboradores àquelas tarefas com recurso à mobilidade interna.

Na área do ambiente saliente-se a elaboração de trabalhos para a definição de uma estratégia de regularização da indústria de extracção mineral no Algarve.

Ao nível da Direcção de Serviços de Apoio Jurídico e às Autarquias locais reduziram-se substancialmente os pedidos pendentes de pareceres jurídicos solicitados pelas autarquias locais.

Desenvolveu-se o processo da desmaterialização dos processos internos, o que tem vindo a contribuir decisivamente para uma maior eficácia da organização, tendo-se continuado o trabalho desenvolvido em diversas vertentes, conforme se poderá observar no presente relatório de actividades, com o intuito de inculcar cada vez mais o conceito de *accountability* no nosso dia-a-dia.

Procedeu-se igualmente à reformulação do sítio na internet, bem como do logotipo desta instituição.

De seguida enumera-se as principais actividades desenvolvidas pelas Direcções de Serviços e Divisões:

#### **a) Ordenamento do Território**

Apoiar a elaboração, execução, alteração e revisão, garantindo o acompanhamento e a avaliação, dos instrumentos de gestão territorial (IGT), nomeadamente dos planos municipais de ordenamento do território (PMOT), que integram os planos diretores municipais (PDM), os planos de urbanização (PU) e os planos de pormenor (PP), assegurando a sua compatibilização com o Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROT Algarve), no âmbito da implementação deste plano, em articulação com o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT). Neste âmbito também merece destaque a apreciação, efetuada no âmbito dos Serviços e do Observatório do PROT Algarve, de projetos considerados estruturantes para a região, nomeadamente os núcleos de desenvolvimento turístico (NDT) e os núcleos de desenvolvimento económico (NDE).

Garantir o exercício das competências da CCDR, nomeadamente, no âmbito dos regimes jurídicos da Urbanização e da Edificação (RJUE), da Reserva Ecológica Nacional (REN) e da Reserva Agrícola Nacional (RAN), agilizando as condições para a emissão de parecer nos termos da lei, em matéria de uso, ocupação e transformação do território, designadamente, através da modernização dos meios de apreciação técnica, recorrendo às tecnologias de informação e comunicação (TIC), baseadas em sistemas de informação geográfica (SIG), que integram a “infraestrutura de dados espaciais do Algarve” (IDEAlg), importante ferramenta criada nesta Direcção de Serviços, mas transversal à CCDR, já com algum afirmação a nível regional, dada a sua disponibilidade para o exterior, operada no ano de 2012, tendo passando a integrar a mesma mais três entidades externas, no decurso do ano de 2013.

Acautelar a representação da CCDR em conselhos, comissões e júris externos, colaborar com os demais sectores, nomeadamente acompanhando projetos candidatos a fundos comunitários, bem como proceder ao acompanhamento e apreciação de outros projetos de interesse regional, nomeadamente os da Sociedade Polis e de áreas comerciais, orientar e apoiar tecnicamente a execução de boas práticas de gestão territorial e ambiental, colaborar na realização de ações de divulgação técnica em matéria de ordenamento do território, conservação da natureza, valorização da paisagem qualificação das cidades.

## ***b) Ambiente***

Em 2013 foi dada sequência ao programa de visitas a empresas licenciadas para operações de gestão de resíduos, para verificação das condições de laboração definidas na licença atribuída por esta CCDR. O número total de visitas foi 47. Em alguns locais foram efetuadas novas visitas, devido à verificação de diversos incumprimentos.

No âmbito da pós avaliação em AIA foi efetuada a monitorização de diversos projetos que tinham sido sujeitos a AIA, tendo sido monitorizados 10 projetos.

Relativamente ao processo de desmaterialização dos procedimentos de licenciamento de operações de gestão de resíduos, verificou-se uma maior adesão dos requerentes ao envio das suas solicitações através dos *serviços on-line*, tendo igualmente sido criado um formulário específico para os projetos de licenciamento de aterros a entregar via formulário on-line.

Na perspetiva de reestruturação técnica da rede de monitorização da qualidade do ar do Algarve foram adquiridos diversos equipamentos para instalação em três das quatro estações de monitorização da região.

## ***c) Desenvolvimento Regional***

Em 2013 esta Direção de Serviços prosseguiu os trabalhos desenvolvidos em anos anteriores, de acordo com as competências definidas pela Portaria N.º 528/2007, de 30 de abril e pelo Despacho n.º 11491/2008, de 31 de março de 2008, publicado no Diário da República a 22 de abril do mesmo ano.

Assim foi dada continuidade à preparação do período de programação 2014-2020 iniciada em 2012. Ao longo do ano realizou-se um conjunto alargado de reuniões setoriais e temáticas com o objetivo de auscultar os parceiros regionais (públicos, privados e associativos) e recolher contributos.

Além destes encontros, decorreram também reuniões específicas com os grupos de contacto do Instituto de Segurança Social – Centro Distrital de Faro, da Delegação Regional do IEFP, da Direção Regional de Agricultura e Pescas.

A 1 de março de 2013 a CCDR Algarve formalizou com a empresa ProactiveTur um protocolo para a gestão, promoção e divulgação da rede TASA (Técnicas Ancestrais Soluções Atuais)

No âmbito da Candidatura da Dieta Mediterrânica de Portugal a Património Imaterial da Unesco a DSDR/DER fez parte da Comissão Organizadora da 1ª Feira da Dieta Mediterrânica que se realizou em Tavira.

A 9 de janeiro de 2013 a CCDR participou no ato de assinatura do Protocolo de constituição da EUROCIDADE Ayamonte - Vila Real de Santo António, e posteriormente na atualização deste protocolo, a 9 de Maio, que incluiu um novo ato de assinatura com a entrada de Castro Marim. Com esta atualização passou a designar-se EUROCIDADE do GUADIANA.



#### **d) Apoio Jurídico e Administração Local**

No setor das contraordenações, foram elaborados e enviados 696 ofícios, dos quais 361 correspondem às notificações de acusação efetuadas aos arguidos, por infrações cometidas no âmbito da legislação em vigor e decorrentes dos autos levantados pela GNR, Polícia de Segurança Pública e Divisão de Vigilância e Controlo da CCDR e às notificações da decisão resultantes dos 135 relatórios elaborados e 335 dizem respeito ao envio das 416 guias emitidas e ainda, à convocação de testemunhas, solicitações às entidades policiais, consulados e outras entidades.

Foram enviados para tribunal para execução 13 processos e para impugnação da decisão 24 processos, os quais aguardam decisão judicial.

Na base de dados estão registados 1215 processos.

Foi prestado apoio jurídico à administração local, através da elaboração de 31 pareceres referentes aos pedidos de parecer solicitados pelas autarquias

#### **e) Gestão Administrativa e Financeira**

O ano 2013 foi fortemente marcado por um olhar para dentro da organização no sentido de uma verdadeira introspeção.

Assim, foram tomadas importantes medidas nomeadamente ao nível da reorganização interna dos serviços, no que se refere às instalações atualmente ocupadas, que incluiu a realocação de trabalhadores, bens e equipamentos, com particular destaque para os arquivos CCDR/CCR/GATs.

Noutro âmbito foi efetuada a renovação na imagem institucional da CCDR Algarve através da criação de um novo logótipo, precedido por um inédito concurso de ideias realizado no universo dos trabalhadores da organização. Esta iniciativa foi da responsabilidade da Presidência. Neste quadro foi também profundamente reformulado o site institucional da CCDR Algarve, conforme se descreve adiante na área dos sistemas de informação.

Ao nível da desmaterialização de processos e procedimentos foram dados passos significativos com a introdução da assinatura digital nas informações internas e com a implementação do “workflow digital” deste tipo de documento.

Nesta área, procedeu-se também ao desenho do workflow dos processos da área de negócio – ordenamento do território – que alavancará no curto prazo a conceção e implementação de novos workflows.

Sendo a desmaterialização de processos e procedimentos crucial em qualquer organização, e a CCDR Algarve elaborou e submeteu uma candidatura ao SAMA – Sistema de Apoios à Modernização Administrativa – com o objectivo de criar o enquadramento financeiro e técnico indispensáveis à dinamização de novas ações que permitirão caminhar no sentido de uma continua e crescente desmaterialização.

Prosseguindo o objetivo de proporcionar informação de apoio à decisão o mais detalhada possível, no sentido do conceito de *accountability*, foi efetuada a revisão e atualização das tabelas, da afetação de horas/trabalhador e das funções das unidades orgânicas de forma a que a contabilidade por centros de custo cumpra aquela missão.



#### **f) Fiscalização**

Continuação do destaque para as ações de fiscalização relacionadas com os resíduos e com a REN, mantendo-se a crise de recursos humanos disponíveis (inexistência de qualquer vigilante da natureza no setor).

De destacar, uma vez mais, a importância do Protocolo de Colaboração entre a CCDR Algarve e a GNR através do SEPNA, assinado em maio de 2011, em que a Chefia deste setor foi o elemento de interligação desta CCDR com o Comando Territorial de Faro da GNR/SEPNA. Este Protocolo de Colaboração incluía da parte dos Serviços, nomeadamente, a disponibilização de formação, o que permitiu uma agilização da articulação, com um incremento na quantidade e qualidade do trabalho. Assim, através de uma permanente dinamização do referido Protocolo durante o ano de 2013, contribuiu-se para uma efetiva capacidade de fiscalização desta CCDR face à inexistência de vigilantes da natureza no setor.

#### **g) Sistemas de Informação**

Na perspetiva de agilização do contacto dos utentes com a administração procedeu-se à remodelação do site institucional e à criação de um site específico para o Programa Operacional do Algarve. Estas ações contemplaram a modernização da plataforma de gestão de conteúdos com uma solução *Open Source* e a adoção de novo design gráfico mais moderno e funcional com o objetivo de melhorar o acesso à informação da instituição e das suas atividades, proporcionando um site útil, atual e completo.

De acordo com as recomendações de uma auditoria da Inspeção Geral de Finanças (IGF) centrada nos Sistemas de Informação do Programa Operacional Regional do Algarve (POAlgarve21) procedeu-se à elaboração de um Plano de Segurança dos Sistemas de Informação e Plano de Continuidade de Negócio da CCDR Algarve.

Na perspetiva da modernização constante do DataCenter da CCDR, iniciou-se o processo de upgrade do atual BladeCenter e dos servidores existentes bem como a aquisição de uma nova Storage para preparar a CCDR para os desafios atuais e dos próximos anos.

O objetivo é criar uma infraestrutura de Virtualização robusta que permita:

- Virtualização de mais Servidores;
- Aumentar a capacidade de processamento;
- Aumentar a capacidade de armazenamento e proteção dos dados.

A solução escolhida apresenta as seguintes vantagens para a CCDR Algarve:

- Máxima fiabilidade;
- Compatibilidade total com os sistemas já existentes;
- Proteção do Investimento realizado e de investimentos futuros no Centro de Dados.

#### **h) Gestão de Fundos Comunitários**

No que respeita ao PO Algarve 21 estiveram abertos 39 concursos, foram aprovadas 261 operações durante o ano 2013 e foram decididas e notificadas aos promotores 99% das

candidaturas resultantes de concursos encerrados. Foi atingida uma taxa de execução de 60% para o PO e foi superada a meta N+2 para 2013 (objetivo QUAR).

Ao longo do ano foram verificados, nos projetos públicos, 512 pedidos de pagamento com despesa associada. Destas validações resultaram 637 ordens de pagamento que se materializaram em 27,6 milhões de Euros pagos aos beneficiários.

Foi melhorado o Sistema de Informação, atualizado regularmente o site com informação sobre o PO, criado um novo site que entrou em funcionamento no final do ano e realizadas 17 sessões de divulgação dos Sistemas de Incentivos.

Foi atualizada a Descrição de Sistemas de Gestão e Controlo e foi adjudicado o 2º Plano Anual de Controlo (2011-2012) e atualizado mensalmente o Sistema Contabilístico de Dívidas.

## **II – AUTOAVALIAÇÃO**

A autoavaliação efetuada baseou-se nos vários instrumentos de gestão, como o Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), o Plano de Atividades, o Balanço Social e a execução orçamental do ano 2013.

### **II.1 – DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS OPERACIONAIS – QUAR 2013**

Tendo presente a experiência do ano anterior, foram definidos os objetivos estratégicos e operacionais numa lógica de *top-down* (hierarquia e inter-relação dos objetivos) e segundo a metodologia explicitada no quadro 1 apresentado adiante.

- **1º Nível - Objetivos Estratégicos do QUAR base** – de 5 objetivos estratégicos plurianuais.
- **2º Nível - Objetivos Operacionais QUAR 2013** – definição de 8 objetivos operacionais, tendo presente os objetivos de 1º nível, as orientações da tutela, o plano de atividades para 2013, assim como os recursos financeiros, humanos e materiais.
- **3º Nível - Objetivos Operacionais por Unidade Orgânica** – definição de 6 objetivos (em média) por unidade orgânica, identificando os que contribuem para os objetivos operacionais de 2º nível. O somatório dos objetivos fixado no conjunto das unidades orgânicas excedeu o número de objetivos definidos no QUAR 2013, já que as atribuições das unidades orgânicas não se esgotam nas áreas cobertas pelo QUAR.

A aferição dos resultados e dos desvios foi efetuada regularmente, tendo por base esta estrutura hierarquizada de objetivos. Em Anexo incluem-se as fichas por objetivo estratégico, com o reporte dos resultados e dos desvios ocorridos em cada objetivo operacional.

Todavia, o controlo interno e o sistema de monitorização do QUAR foram estruturados de forma a garantir que as informações em que se baseia este relatório sejam rigorosas e traduzam o desempenho das unidades orgânicas.

**QUADRO 1**  
**OBJETIVOS DAS UNIDADES ORGÂNICAS / OBJETIVOS DO QUAR**

Objetivos das Unidade Orgânicas	Unidade Orgânica	Relação c/ Objetivos do QUAR (quando existir)	
		Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais
<b>DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL</b>			
Promover a realização de seminários/eventos/iniciativas que contribuam para influenciar a agenda regional.	DSDR	OE1	-
Assegurar a divulgação de informação europeia aos cidadãos e a empresas.	DSDR	-	O5
Planear e observar as dinâmicas de desenvolvimento regional	DSDR	OE 1	O3
Dinamizar e manter atualizada uma base de Indicadores de Desenvolvimento Competitivo e Sustentável para a região do Algarve	DER	OE1	-
Manter atualizado, com carácter semestral, a informação relativa às Áreas de Acolhimento Empresarial do site “Algarve Acolhe” e assegurar a monitorização da sua dinâmica.	DER	OE1	-
Acompanhar a promoção e divulgação do projeto Técnicas Ancestrais, Soluções Atuais (TASA) a nível nacional e internacional	DER	-	-
Acompanhar o desenvolvimento do plano de salvaguarda da Candidatura da Dieta Mediterrânica de Portugal Lista Representativa do Património Imaterial da Humanidade	DER	-	-
Recolher e sistematizar a informação para a definição de uma plataforma on-line para mapear e dinamizar as estações de serviço para autocaravanas	DER	-	-
Dinamizar a cooperação no quadro da Eurorregião, da Cooperação Transfronteiriça	DCOOP	OE 1	O5
Colaborar na Observação das Dinâmicas Regionais através da recolha, tratamento e fornecimento de dados do Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça – Área Territorial 5 Alentejo- Algarve-Andaluzia	DCOOP	-	-
Assegurar que 75% da despesa apresentada pelos parceiros dos projetos POCTEP seja validada num prazo inferior a 30 dias úteis	DCOOP	OE 3	-
Assegurar que 50% dos parceiros das candidaturas da 3ª convocatória do POCTEP – Área Territorial 5 – Alentejo/Algarve /Andaluzia, iniciem os projetos e enviem despesa até 31/06/2013	DCOOP	OE 3	-
Desenvolver e acompanhar atividades no domínio do planeamento regional e local	DP	-	-
Colaborar na preparação e acompanhamento dos instrumentos de gestão da CCDR (QUAR, Plano e Relatório de Atividades)	DP	-	-
Colaborar na preparação e acompanhamento dos instrumentos de gestão do Centro Europe Direct	DP	-	-
<b>DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO</b>			
Coordenar a implementação do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (IGT), nomeadamente, assegurando a sua compatibilidade com o PROT, em articulação com o PNPOT, e participar na aplicação do regime jurídico de urbanização de edificação (RJUE)	DSOT	OE 2	O1

Assegurar a implementação do Regime Jurídico da REN e integrar a Entidade Regional da Reserva Agrícola	DSOT	OE 2	-
Colaborar com a Direção de Serviços de Ambiente (DSA), na implementação dos regimes jurídicos da AIA e da AlncA	DSOT	OE 2	-
Promover e garantir, com recurso às TIC (através da IDEALG), uma adequada articulação intersectorial, no domínio dos SIG, entre os serviços desconcentrados de âmbito regional e autarquias.	DSOT	OE 2	-
Assegurar o acompanhamento de projetos e programas estratégicos	DSOT	OE 2	-
Colaborar / cooperar com as entidades da administração central e apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações	DSOT	-	-
<b>DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE AMBIENTE</b>			
Coordenar a implementação do regime jurídico de gestão de resíduos na região do Algarve	DSA	OE 2	-
Proceder à monitorização de projetos, na tipologia de campos de golfe e pedreiras, sujeitos a procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental entre 2002 e 2011, cuja Autoridade de AIA foi a CCDR Algarve	DSA	OE 2	-
Colaborar com a Direção de Serviços de Ordenamento do Território (DSOT), na implementação do regime jurídico da AAE	DSA	OE 5	-
Promover a prevenção e controlo das emissões de poluentes para a atmosfera	DSA	OE 2 OE 5	-
Colaborar com a Direção de Serviços Apoio Jurídico e Autarquias Locais (DSAJAL) no âmbito do regime de gestão de resíduos	DSA	OE 5	-
Garantir a regularização das explorações de massas minerais na região do Algarve	DSA	OE 5	<b>04</b>
<b>DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO JURÍDICO E À ADMINISTRAÇÃO LOCAL</b>			
Caracterizar os recursos humanos dos municípios, referentes ao ano 2012	DSAJAL	OE 4	-
Assegurar a gestão dos processos de contraordenação	DSAJAL	OE 2	-
Reduzir os pedidos de parecer jurídicos pendentes solicitados pelas autarquias (relativos a pedidos recebidos até 31/12/2012)	DSAJAL	OE 4	<b>06</b>
Colaborar com a DGAL na gestão dos projetos, no âmbito da Cooperação Técnica e Financeira, entre a Administração Central, as Autarquias e as entidades privadas sem fins lucrativos e proceder ao acompanhamento físico e financeiro dos projetos.	DSAJAL	OE 4	-
<b>DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA</b>			
Monitorizar semestralmente a informação gerada pelo Portal do Trabalhador – Fase 3	DRH	OE 5	-
Realização de questionários de satisfação junto dos colaboradores e entidades externas	DRH	OE 5	-
Elaborar o Regulamento de Horário de Trabalho	DRH	OE 5	-
Determinar o valor arquivístico da documentação acumulada	DPE	OE 5	-
Monitorizar os gastos gerais e dos consumos de economato	DPE	OE 5	-
Promover a desmaterialização de processos	DPE / DF	OE 5	<b>06</b>
Proceder à elaboração de relatórios financeiros periódicos e preparar a prestação anual de contas	DF	OE 5	-
<b>DIVISÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO</b>			
Reestruturar o Site Institucional	DSI	OE 5	-

Promover a desmaterialização de processos internos (partilhado com a DSCGAF)	DSI	OE 5	O6
Implementar nova ferramenta de webmail OpenSource com integração com Outlook e Smartphones	DSI	OE 5	-
Assegurar uma disponibilidade dos servidores superior a 99%, durante 365x24.	DSI	OE 5	-
Garantir o apoio aos utilizadores dos sistemas informáticos.	DSI	OE 5	-
Modernizar as Plataformas Tecnológicas.	DSI	OE 5	-
Melhorar o acesso à internet	DSI	OE 5	-
Dotar a CCDR Algarve de um Plano de Segurança dos Sistemas de Informação e Plano de Continuidade de Negócios	DSI	OE 5	-
<b>DIVISÃO DE VIGILÂNCIA E CONTROLO</b>			
Regularizar situações de incumprimento sobre resíduos na região do Algarve.	DVC	OE 2	-
Regularizar situações de incumprimento ao regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN).	DVC	OE 2	-
Assegurar a vigilância do território, nas suas vertentes ambiental e do ordenamento.	DVC	OE 2	-
<b>GESTÃO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS</b>			
Assegurar até ao final do ano a decisão sobre 80% das candidaturas ao PO Algarve 21 resultantes de avisos fechados em 2013 (até 31/10/2013), com prazo médio de decisão até 50 dias úteis – sem sistemas de incentivos.	GFC (PROALGARVE)	OE 3	-
Emitir o parecer regional sobre 80% das candidaturas entradas até ao 35º dia útil após o encerramento do Avisos de Abertura de Concursos independentemente da análise dos OI.	GFC (PO Algarve 21)	OE 3	-
Assegurar o cumprimento de 100% da meta N+2 prevista para 2013 – ultrapassar a execução FEDER de 128.873.982 € até 30/11/2013 ou até à última certificação do ano se for posterior.	GFC (PO Algarve 21)	OE 3	O2
Colaborar na produção de informação das várias entidades no âmbito do QREN, entre as quais o Centro de Observação das Dinâmicas Regionais através da recolha, tratamento e fornecimento de dados sobre o PO Algarve 21. (encerramentos efetuados e completos)	GFC (PO Algarve 21)	-	-
Assegurar o funcionamento do Sistema de Controlo Interno do PO Algarve 21.	GFC (PO Algarve 21)	OE 3	-
Completar 6 instrumentos de apoio à gestão e de informação ao cidadão no âmbito do PROALGARVE / PO Algarve 21, até final de 2013.	GFC (PO Algarve 21)	OE 3	-

## II.2 – AUTOAVALIAÇÃO – RESULTADOS ALCANÇADOS

Em conformidade com o nº 1 do artigo 15º da Lei nº 66-B/2007 de 28 de dezembro, a autoavaliação é feita com base no QUAR aprovado e posteriormente reformulado, evidenciando os resultados alcançados e os desvios registados.

Nos quadros 2 e 3 sintetizam-se os resultados atingidos nos oito objetivos operacionais definidos no Quadro de Avaliação e Responsabilização referente ao ano 2013.

Pela análise da informação disponível concluiu-se que a CCDR Algarve superou todos os objetivos, com exceção dos Objetivos 1 e 7 que foram apenas atingidos.

**QUADRO 2**  
**GRAU DE CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS OPERACIONAIS**

Objetivos Operacionais	Indicadores	Meta Ano N	Grau de Cumprimento dos Objetivos			
			Resultado	Superado	Atingido	Não Atingido
<b>EFICÁCIA</b>	<b>60%</b>		<b>108%</b>			
<b>OBJETIVO 1</b>	<b>25%</b>		<b>100%</b>			
Assegurar a emissão de pareceres no âmbito do acompanhamento dos PMOT	Ind 1 100%	N.º de dias (corridos) para emissão do parecer 30	34		X	
<b>OBJETIVO 2</b>	<b>30%</b>		<b>105%</b>			
Assegurar o cumprimento da meta N+2 do PO Algarve 21 (QREN)	Ind 2 100%	Taxa de execução da meta N+2 (Montante FEDER de execução a 30-11-2013 ou certificado até 31-12-2013/ Montante total da Meta N+2 (2013))	100%	101%	X	
<b>OBJETIVO 3</b>	<b>20%</b>		<b>113%</b>			
Planear e observar as dinâmicas de desenvolvimento regional	Ind 3 50%	N.º de boletins disponibilizados on-line	4	7	X	
	Ind 4 50%	N.º de dias (corridos) para elaboração do documento de enquadramento estratégico 2014-2020	181	178		X
<b>OBJETIVO 4</b>	<b>25%</b>		<b>116%</b>			
Garantir a regularização das explorações de massas minerais na região do Algarve	Ind 5 100%	N.º de dias (corridos) para elaboração do relatório de identificação das explorações de massas minerais	258	238	X	
<b>EFICIÊNCIA</b>	<b>20%</b>		<b>110%</b>			
<b>OBJETIVO 5</b>	<b>40%</b>		<b>106%</b>			
Dinamizar a cooperação no quadro da Euroregião, da Cooperação Transfronteiriça e das Redes Europeias	Ind 6 50%	N.º de participações em projetos internacionais	5	6		X
	Ind 7 25%	N.º participações em redes europeias	2	2		X
	Ind 8 25%	N.º de ações organizadas	8	12	X	
<b>OBJETIVO 6</b>	<b>60%</b>		<b>112%</b>			
Promover a desmaterialização dos processos internos	Ind 9 100%	N.º de dias (corridos) para conclusão do processo de desmaterialização	365	335	X	
<b>QUALIDADE</b>	<b>20%</b>		<b>115%</b>			
<b>OBJETIVO 7</b>	<b>40%</b>		<b>100%</b>			
Integrar na plataforma IDEALG conteúdos temáticos inerentes a outros serviços desconcentrados de âmbito regional e autarquias, no domínio dos SIG	Ind 10 100%	N.º de entidades aderentes à IDEALG	3	3		X
<b>OBJETIVO 8</b>	<b>60%</b>		<b>125%</b>			
Reduzir os pedidos de parecer jurídicos solicitados pelas autarquias até 31/12/2012	Ind 11 100%	% de pareceres efetuados ((N.º pareceres efetuados/N.º pareceres pendentes)*100)	90%	100%	X	

**Avaliação Final**

**110 %**

**QUADRO 3**  
**RESULTADOS ALCANÇADOS**

Objetivos Operacionais		Indicadores	Meta Ano N	Resultados	Desvios
<b>EFICÁCIA</b>		<b>60%</b>			
<b>OBJETIVO 1</b>		<b>25%</b>			
Assegurar a emissão de pareceres no âmbito do acompanhamento dos PMOT	Ind 1	N.º de dias (corridos) para emissão do parecer	30	34 Dias	O ligeiro desvio verificado resulta de vários fatores, externos à DSOT, nomeadamente do interesse próprio das câmaras municipais requerentes e dos contributos formais de outros setores da CCDR, aspetos que a DSOT não pode controlar
	100%				
<b>OBJETIVO 2</b>		<b>30%</b>			
Assegurar o cumprimento da meta N+2 do PO Algarve 21 (QREN)	Ind 2	Taxa de execução da meta N+2 (Montante FEDER de execução a 30-11-2013 ou certificado até 31-12-2013 / Montante total da Meta N+2 (2013))	100%	101% Despesa FEDER certificada em 18/12/2013 (130.085.216 €) /Meta N+3 (128.873.982 €)	Desvios positivos. Foi ultrapassada e superada a meta do QUAR uma vez que a tolerância é 0.
	100 %				
<b>OBJETIVO 3</b>		<b>20%</b>			
Planear e observar as dinâmicas de desenvolvimento regional	Ind 3	Nº de boletins disponibilizados on-line	4	7 Boletins disponibilizados on-line <ul style="list-style-type: none"> <li>• 3 Boletins Trimestrais de Conjuntura;</li> <li>• 3 Boletins Trimestrais de Conjuntura – Mobilidade Transportes;</li> <li>• Relatório Anual 2012 - Mobilidade e Transportes.</li> </ul>	
	50%				
	Ind 4	N.º de dias (corridos) para elaboração do documento de enquadramento estratégico 2014-2020	181	178 Dias	
	50%				
<b>OBJETIVO 4</b>		<b>25%</b>			
Garantir a regularização das explorações de massas minerais na região do Algarve	Ind 5	Nº de dias (corridos) para elaboração do relatório de identificação das explorações de massas minerais	258	238 Dias	
	100%				
<b>EFICIÊNCIA</b>		<b>20%</b>			
<b>OBJETIVO 5</b>		<b>40%</b>			
Dinamizar a cooperação no quadro da Euroregião, da Cooperação Transfronteiriça e das Redes Europeias	Ind 6	Nº de participações em projetos internacionais	5	6 Projetos internacionais: <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ GIT-AAA;</li> <li>▪ GIT-EUROAAA ;</li> <li>▪ ANDALBAGUA;</li> <li>▪ OTREMED;</li> <li>▪ Dieta Mediterrânica;</li> <li>▪ NECSTUOR.</li> </ul>	
	50%				
	Ind 7	N.º participações em redes europeias	2	Participação em 2 redes europeias – <i>Enterprise Europe Network, Europe Direct</i> – assegurando a execução dos Planos de Ação para 2013 de acordo com o estabelecido nas convenções específicas de subvenção assinadas.	
	25%				



	Ind 8 25%	N.º de ações organizadas	8	12 ações organizadas: <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Conferência “Plano de Ação Regional 2020”</li> <li>▪ Ato de Assinatura do Protocolo Eurocidade Ayamonte – V.R.S.A.</li> <li>▪ Ato Assinatura do Protocolo Eurocidade Ayamonte - Castro-Marim</li> <li>▪ Dia da Europa em Alcoutim</li> <li>▪ S3 Plataform/Peer Review Workshop Turismo e Especialização Inteligente</li> <li>▪ Seminário “O ordenamento e o Desenvolvimento Regional na Cooperação Territorial”</li> <li>▪ Feira da Dieta Mediterrânica</li> <li>▪ Mercados Gastronómicos Transfronteiriços – Faro</li> <li>▪ Encontro Transfronteiriço de Jovens Espanha – Portugal</li> <li>▪ Visita da Missão Empresarial da América Latina</li> <li>▪ Encontro Internacional de Negócios – Lisboa (Delegação de empresa da Região)</li> <li>▪ Volta do Ano Europeu do Cidadão (EU Cidadão e Feira da Cidadania)</li> </ul>	As ações foram organizadas de acordo com os compromissos assumidos e os convites recebidos ao longo do ano.
<b>OBJETIVO 6</b>		<b>60%</b>			
Promover a desmaterialização dos processos internos	Ind 9 100%	Nº de dias (corridos) para conclusão do processo de desmaterialização	365	335 Dias	
<b>QUALIDADE</b>		<b>20%</b>			
<b>OBJETIVO 7</b>		<b>40%</b>			
Integrar na plataforma IDEALG conteúdos temáticos inerentes a outros serviços desconcentrados de âmbito regional e autarquias, no domínio dos SIG	Ind 10 100%	N.º de entidades aderentes à IDEALG	3	3 Entidades <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Agência Portuguesa do Ambiente / Direção da Região Hidrográfica do Algarve;</li> <li>▪ Direção Regional de Cultura do Algarve;</li> <li>▪ Município de Albufeira</li> </ul>	Não se verificaram desvios no cumprimento deste objetivo.
<b>OBJETIVO 8</b>		<b>60%</b>			
Reduzir os pedidos de parecer jurídicos solicitados pelas autarquias até 31/12/2012	Ind 11 100%	% de pareceres efetuados ((N.º pareceres efetuados/N.º pareceres pendentes)*100)	90%	100%	

## **II.2.1 – FONTES DE VERIFICAÇÃO**

Os resultados apresentados podem ser confirmados por meio de fontes e documentos, internos e externos, disponíveis em arquivo na CCDR, nomeadamente o FILEDOC (sistema de gestão documental) e o SIRJUE (plataforma informática do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação).

### **OBJETIVO 1**

**Assegurar a emissão de pareceres no âmbito do acompanhamento dos PMOT.**

Sistema de Gestão Documental – Filedoc (atas / informações / relatórios)

### **OBJETIVO 2**

**Assegurar o cumprimento da meta N+2 do PO Algarve 21 (QREN).**

Relatório de Execução 2012 e Sistema de Informação do PO (SIGA 21)

### **OBJETIVO 3**

**Planear e observar as dinâmicas de desenvolvimento regional.**

Site da CCDR Algarve / Boletins disponibilizados on-line

Documento de enquadramento estratégico / Fichas IPP

### **OBJETIVO 4**

**Garantir a regularização das explorações de massas minerais na região do Algarve.**

Filedoc / Relatório

### **OBJETIVO 5**

**Dinamizar a cooperação no quadro da Eurorregião, da Cooperação Transfronteiriça e das Redes Europeias.**

Os documentos de verificação, relativos aos projetos, redes e ações organizadas estão arquivados na DSDR.

Para cada um dos projetos estão disponíveis: documentos de notificação da aprovação; contratos; documento de adesão ao projeto e outros relativos à execução.

Para as redes europeias:

- *Enterprise Europe Network*: Documento de adesão à rede, Documentos de trabalho e Relatório de Atividades 2013;
- *Europe Direct*: Convenção Quadro de Parceria; Convenção Específica de Subvenção e Relatório de Atividades 2013

Para as ações organizadas:

- Programa do evento e convite
- Notícias e notas de imprensa
- Fotografias

#### **OBJETIVO 6**

**Promover a desmaterialização dos processos internos.**

Filedoc

#### **OBJETIVO 7**

**Integrar na plataforma IDEALG conteúdos temáticos inerentes a outros serviços desconcentrados de âmbito regional e autarquias, no domínio dos SIG.**

Plataforma eletrónica IDEALG

#### **OBJETIVO 8**

**Reduzir os pedidos de parecer jurídicos solicitados pelas autarquias até 31/12/2012.**

Filedoc / Pareceres

### **II.2.2. – ATIVIDADE DESENVOLVIDA POR ÁREAS TEMÁTICAS**

#### **II.2.2.1. – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2013**

##### **A) ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

- Analisar e elaborar informação técnica de apoio à decisão, sobre os IGT remetidos à apreciação dos Serviços, nomeadamente os planos municipais de ordenamento do território (PMOT) e a respetiva avaliação ambiental estratégica (AAE):

*2 Comissões de Acompanhamento (CA), mais uma Reunião Preparatória da Revisão de planos diretores municipais, 5 Conferências de Serviços (CS), relativas a planos de urbanização (PU) e planos de pormenor (PP), 6 apreciações de AAE e 10 “acompanhamentos” de PMOT, com emissão de informações e pareceres sobre outros PU e PP, por solicitação das autarquias.*

- Assegurar a avaliação de projetos estruturantes nas modalidades de Núcleos de Desenvolvimento Turístico (NDT) e de Núcleos de Desenvolvimento Económico (NDE), bem os previstos no programa Polis:

*Realização de diversas reuniões com as autarquias e os proponentes, relativamente a 4 NDT, 3 NDE e 14 projetos Polis.*

- Coordenação do processo de consulta às entidades externas, sobre operações urbanísticas, em razão da localização, através da plataforma informática, criada no âmbito do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (SIRJUE):  
*Apreciação de 361 (124+237) operações urbanísticas, que tramitaram pelo SIRJUE.*
- Garantir a salvaguarda da integridade da Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA) do PROT:  
*5 Exercícios de avaliação de conteúdos no âmbito da elaboração de PU e PP e 2 exercícios de apoio à transposição da ERPVA para a Estrutura Ecológica Municipal.*
- Apreciação, emissão de decisão dos pedidos de Autorização e de Comunicação Prévia para usos e ações que se pretendem implementar em área abrangida pelo Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional, bem como a delimitação e redelimitação das REN no âmbito dos PMOT:  
*422 Documentos produzidos, entre pareceres de autorização ou de comunicação prévia, solicitação de elementos instrutórios e prestação de esclarecimentos; 8 projetos de delimitação e redelimitação da REN.*
- Apreciação de projetos de infraestruturas com financiamento comunitário, de investimentos agrícolas e florestais e outros:  
*43 Apreciações (11 projetos de infraestruturas e 8 planos de gestão florestal).*
- Apreciação e autorização de usos não agrícolas de solos da Reserva Agrícola Nacional (RAN), no âmbito da participação na Entidade Regional da Reserva Agrícola (ER RAN):  
*Participação nas 43 reuniões da ER RAN e apreciação de todas as pretensões submetidas a decisão num total de 805 processos, tendo sido elaboradas 845 atas relativas à totalidade das pretensões analisadas.*
- Articulação com a Divisão de Vigilância e Controlo (DVC), em matéria de fiscalização e análise de denúncias / reclamações:  
*40 Pareceres emitidos sobre os relatórios de fiscalização da DVC e respostas a denúncias / reclamações.*
- Emissão de pareceres sobre processos de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) e de Avaliação de Incidências Ambientais (AlnCA), nos domínios do ordenamento do território, do uso do solo e da paisagem:  
*12 Pareceres, em resultado das solicitações que nos foram apresentadas pela Divisão de Avaliação Ambiental, através da respetiva Direção de Serviços de Ambiente desta CCDR.*
- Integração numa plataforma colaborativa de dados espaciais (IDEALG) de conteúdo temáticos inerentes a outros serviços desconcentrados de âmbito regional e autarquias:  
*Agência Portuguesa do Ambiente / Direção da Região Hidrográfica do Algarve; Direção Regional de Cultura do Algarve e Município de Albufeira*
- Representação da CCDR em conselhos, comissões, júris:  
*12 Participação, nomeadamente: 8 reuniões da Comissão de Autorização Comercial (COMAC), 1 reunião da Comissão Nacional da Reserva Ecológica*

Nacional, 3 reuniões de Júris dos concursos dos NDT e 2 reuniões do Projeto de Mobilidade.

## **B) AMBIENTE**

- Foi elaborado o relatório do trabalho “Contributos para a definição de uma estratégia de regularização da indústria de extração mineral na região do Algarve”, que se prolongará por 2013.
- Foram efetuadas visitas técnicas, quer no âmbito do licenciamento de extrações minerais, quer de abandono de pedreiras, quer igualmente de reapreciação de processos no âmbito da regularização administrativa da extração mineral. Foram analisados 5 planos ambientais e de recuperação paisagística (PARP's) e participação em 2 vistorias.
- Apreciação e emissão de parecer a 40 reclamações de ruído e encaminhamento das mesmas.
- Apreciação de 5 projetos de licenciamento industrial, através da plataforma eletrónica REAI.
- Participação em 8 vistorias a estabelecimentos industriais.
- Acompanhamento e fiscalização do funcionamento dos aterros de resíduos inertes.
- Na atividade de Gestão de Resíduos verificou-se:
  - *Apreciação de 12 pedidos de licenciamento e 6 pedidos de averbamento para operações de gestão de resíduos (OGR), de que resultaram na emissão de 15 alvarás de licença. Foram igualmente solicitados 4 pedidos de renovação de licenças de OGR.*
  - *Prestação de 22 pareceres a projetos de AIA, gestão de lamas, AAE (excluem-se contactos telefónicos e presenciais com requerentes, bem como reclamações).*
  - *14 Vistorias a operadores de gestão de resíduos.*
  - *47 Visitas a operadores de gestão de resíduos.*
- Funções de secretariado (emissão de convocatórias e elaboração de atas) nas duas comissões de acompanhamento dos aterros do Algarve e participação nas 8 reuniões anuais.
- Apreciação e emissão de pareceres aos relatórios de monitorização dos 2 aterros sanitários da região do Algarve.
- Colaboração com a DVC na apreciação e emissão de parecer a 14 processos de reclamação sobre resíduos.
- Apreciação de 25 relatórios de caracterização das emissões atmosféricas de unidades que queimam combustíveis fósseis, de acordo com o estipulado no DL nº 78/2004, de 3 de abril, para verificação da conformidade com os valores limite definidos e participação em visitas técnicas para verificação da conformidade dos sistemas de exaustão de gases.

- Apreciação dos relatórios de consumo de solventes e verificação das emissões de compostos orgânicos voláteis, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei nº 242/2001, 31 de agosto: foram analisados 26 relatórios.
- No âmbito das emissões atmosféricas e qualidade do ar foram emitidos 10 pareceres a diversos estudos (AIA, AAE, Polis).
- Colaboração na elaboração das peças constituintes do concurso público para aquisição de equipamentos de monitorização para a rede de monitorização da qualidade do ar do Algarve.
- Foi mantida a gestão da rede de monitorização da qualidade do ar nas 4 estações de monitorização da qualidade do ar (EMQA) que compõem a rede e cujos dados são validados pelos técnicos da DSA e enviados para o QUALAR, a base de dados on-line de dados da qualidade do ar, no sítio da Agência Portuguesa do Ambiente. Foram efetuadas 29 visitas técnicas às EMQA, sendo 9 visitas à estação do Cerro (Alcoutim), 7 visitas à estação de Malpique (Albufeira), 8 visitas à estação Joaquim Magalhães (Faro) e 5 visitas à estação David Neto (Portimão).
- Realização de 3 procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), com a emissão de 3 propostas de Declarações de Impacte Ambiental (DIA) nos casos em que a CCDR é a autoridade de AIA e elaborados 2 contributos nos casos em que a APA é a Autoridade de AIA. Foi realizado um procedimento de Proposta de Definição de Âmbito (PDA).
- Representação da CCDR nos trabalhos do Grupo de Pontos Focais das Autoridades de AIA, coordenado pela APA.
- A Direção de Serviços de Ambiente, promoveu uma sessão de esclarecimento, com todos os serviços da CCDR, sobre a nova legislação de impacte ambiental.
- Elaboração de 1 procedimento de incidências ambientais relativo a um projeto de energias renováveis.
- Apreciação de 10 relatórios de monitorização ambiental de projetos sujeitos a AIA. Foram efetuadas 11 visitas.
- Colaboração na apreciação de 18 processos de avaliação ambiental estratégica, dos quais:
  - 3 Planos de Urbanização
  - 13 Planos de Pormenor
  - 2 Planos Diretores Municipais
- Elaboração de pareceres, 6, no âmbito de pedidos de esclarecimento sobre sujeição de projetos a avaliação de impacte ambiental ou avaliação de incidências ambientais
- Apreciação de 7 pedidos de prorrogação de Declarações de Impacte Ambiental (DIA's), em que 2 a CCDR foi autoridade de AIA e 5 foi a APA autoridade de AIA.
- Apreciação de 2 pedidos de alteração de Declarações de Impacte Ambiental (DIA's).
- Apreciação de 4 processos de infração e troca de informação com a Comissão Europeia.

- Participação como coordenador da Comissão de Acompanhamento da Barragem de Odelouca (organização e participação nas 2 reuniões realizadas).
- Elaboração de pareceres a questões colocadas por deputados da Assembleia da República, tribunais e ONG's.
- Apreciação e emissão de parecer a propostas de alteração de legislação, nomeadamente: regime jurídico de AIA, licenciamento industrial, gestão de resíduos.
- Participação em diversas reuniões na APA e SEAmb, relativamente às competências de gestão de resíduos e regime jurídico de AIA.
- Apreciação e emissão de parecer a projetos do Polis Litoral da Ria Formosa.
- Colaboração com o POAlgarve21 na apreciação da componente ambiental de projetos candidatos a fundos comunitários.
- Colaboração com outros serviços da CCDR, nomeadamente a DSOT, DSDR e DSAJAL na apreciação de processos, com emissão de pareceres, colaboração em visitas e reuniões.
- Colaboração com a ASAE, SEPNA da GNR e PSP no âmbito da implementação da Lei nº 54/2012 – lei dos metais, promovendo visitas conjuntas a operadores.
- Emissão de parecer e participação em reuniões no âmbito do Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU 2020).
- Emissão de parecer no âmbito do Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais (PENSAAR).
- Apreciação e emissão de parecer a relatório sobre a implementação da Convenção de Aarhus (Acesso à informação, participação do público no processo de tomada de decisão e acesso à justiça em matéria de ambiente).
- Prestação de esclarecimentos a requerentes e consultores nas áreas de gestão de resíduos, pedreiras e regime jurídico de AIA, com elaboração de 296 informações.

### **C) DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

#### **➤ Estratégia 2014-2020**

Nos termos do Despacho n.º 13872/2012, a CCDR Algarve assumiu a liderança do processo de elaboração da Estratégia da Região para o período 2014-2020.

Assim, em 2013 foi dada continuidade aos trabalhos iniciados em 2012, de preparação do conjunto de instrumentos no âmbito da política pública regional, incluídos na preparação do próximo período de programação dos apoios comunitários e que suportam o Acordo de Parceria para o período 2014-2020, destacando-se o Diagnóstico Regional, o Plano de Ação Regional (PAR), a Estratégia Regional de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente (RIS3) e o Plano Operacional Regional (CRESC Algarve 2020).



Ao longo do ano realizou-se um conjunto alargado de reuniões setoriais e temáticas com o objetivo de auscultar os parceiros regionais (públicos, privados e associativos) e recolher contributos.

Cada encontro teve um tema subjacente, tendo sido promovida a reflexão em torno do “crescimento sustentável, agricultura, desenvolvimento rural e Baixa Densidade”, “educação, abandono escolar, formação e empreendedorismo”, “capacitação institucional – capacitação, modernização e racionalização dos serviços”, “crescimento sustentável e sistema urbano”, “economia do mar”, “emprego e inclusão social”, “turismo”, “saúde, cultura e inclusão social”, “associações empresariais”, “crescimento inteligente - Inovação, I&DT e universidade”, “crescimento inteligente - Inovação, I&DT e empresas”, “Estratégia RIS 3”, “Modelo de governação”.

Além destes encontros, decorreram também reuniões específicas com os grupos de contacto do Instituto de Segurança Social – Centro Distrital de Faro, da Delegação Regional do IEF, da Direção Regional de Agricultura e Pescas Durante. Foram ainda organizados diversas conferências/seminários, abertos ao público: Conferência Plano de Ação Regional – Algarve 2020 (Março), Seminário “Turismo e Especialização Inteligente” (Julho)

Atendendo às necessidades de contenção de custos, bem como à calendarização a que este processo está sujeito, estes trabalhos registaram em 2013 uma forte intensidade e têm vindo a decorrer com base no Centro de Observação das Dinâmicas Regionais (CODR) e no trabalho desenvolvido internamente, recorrendo às competências internas da estrutura técnica da DER e DSDR, em articulação com os restantes setores da CCDR Algarve e com as entidades regionais com relevância para este processo, incluindo o setor empresarial regional e representantes da sociedade civil.

A Estratégia Regional de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente (RIS3), foi objeto de apresentação e discussão pública e avaliação que incluiu um *Peer Review* realizado a 4 e 5 de julho de 2013, em conformidade com as orientações da Comissão Europeia (no âmbito da Plataforma S3) e a avaliação favorável da parte do perito nomeado pela DG REGIO para acompanhar a RIS3 do Algarve.

Salienta-se o significativo esforço adicional de envolvimento técnico e logístico que este processo envolveu, particularmente neste ano de maior desenvolvimento e que possibilitou a integração destes elementos na proposta de Acordo de Parceria.

#### ➤ Projeto “Algarve Acolhe”

No âmbito do projeto “Algarve Acolhe” foi atualizado o trabalho de campo com o levantamento e atualização das informações relativas às empresas existentes nas áreas de acolhimento empresarial e a introdução de uma nova área (Vilamoura).

O projeto foi apresentado no Seminário “Competitividade Territorial – Iniciativas Públicas de Promoção Empresarial”, organizado pelo Gabinete de Empreendedorismo de Albufeira e que decorreu na Biblioteca Municipal de Albufeira a 10 de Maio.

#### ➤ Pareceres

De acordo com as competências da DER, foram elaborados 13 pareceres sobre diversos estudos/projetos no âmbito da socioeconomia, 3 referem-se a Instrumentos de Gestão do Território e os restantes a Avaliações de Impacte Ambiental.

➤ Projeto: Técnicas Ancestrais, Soluções Atuais (TASA)

A 1 de Março de 2013 a CCDR Algarve formalizou com a empresa ProactiveTur um protocolo para a gestão, promoção e divulgação da rede TASA.

Este protocolo permitiu melhoramentos assinaláveis nomeadamente na comercialização dos produtos e na produção de 4 novos produtos realizada a partir duma residência criativa que contou com a participação de 8 designers (4 internacionais e 4 nacionais).

A residência criativa foi uma das atividades do evento “*Ligações – TASA*” que decorreu durante o mês de setembro, e proporcionou uma ampla visibilidade e divulgação do projeto e dos produtos TASA assim como um amplo debate entre várias entidades e agentes ligados ao artesanato, nomeadamente por via de uma outra atividade do *Ligações – as “Conversas a 3 Tempos”* sobre o passado, o presente e o futuro das atividades artesanais, organizadas e dinamizadas pela DSDR - DER.

➤ Candidatura da Dieta Mediterrânica de Portugal a Património Imaterial da Unesco

A DSDR/DER participou nas reuniões regulares da Comissão Nacional da DM e integrou a Comissão Organizadora da 1ª Feira da Dieta Mediterrânica que se realizou em Tavira e no decurso da qual realizou 4 *workshops* (2 sobre conservação e preservação de sementes e 2 sobre hortas nas varandas).

➤ Cooperação Interregional Externa

A) Cooperação Transfronteiriça

POCTEP – Plano Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha Portugal

- *Gestão na região da Área de Cooperação 5 (AC5) do POCTEP.*
- *- Participação nas reuniões dos órgãos de gestão do programa (Comité Territorial, Comité de Gestão Conjunto e Comité de Acompanhamento).*
- *Verificação e validação de toda a despesa efetuada pelos parceiros do Algarve, relativamente aos projetos aprovados na 1ª e na 2ª Convocatórias, correspondendo a 34 Candidaturas registadas na plataforma FONDOS 2007.*
- *Participação em reuniões com os promotores dos projetos da 1ª e 2ª Convocatórias.*
- *Verificação e validação da despesa dos projetos da 1ª e 2ª Convocatórias, apresentada na CCDR.*
- *Visitas às obras efetuadas no âmbito dos projetos aprovados.*
- *Participação em seis reuniões de Coordenadores Regionais do POCTEP.*
- *Procedeu-se à avaliação das candidaturas apresentadas à 3ª Convocatória.*
- *Participação no III Comité Territorial da AC5, em Évora, para submissão dos projetos da 3ª Convocatória ao Comité de Gestão Conjunto do POCTEP.*
- *Participação no 10º Comité de Gestão do POCTEP, para aprovação das candidaturas da 3ª Convocatória. Neste Comité aprovaram-se 4 candidaturas com parceria do Algarve.*

- *A CCDRALgarve integrou o Grupo de Trabalho do POCTEP II 2014-2020, tendo contribuído com elementos técnicos.*
- *Regularmente procede-se a atualizações da página Web, com a divulgação de informação relevante para o programa e para as entidades que integram os projetos.*

#### Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças

- *Participação nas reuniões referentes à programação das atividades a desenvolver no a nível do Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças e da EURORREGIÃO Alentejo-Algarve-Andaluzia (EURO-AAA), para o ano 2013.*
- *Execução do projeto GIT IV – Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças, dando cumprimento às ações programadas para o ano 2013 – conclusão do projeto*
- *Atualização regular da página Web da EURO-AAA.*
- *Participação na Reunião da Comissão Luso Espanhola, realizada a 3 de Abril, em Vigo.*
- *Coorganização dos Mercados Transfronteiriços. No Algarve foram realizados dois mercados: em Faro e na Altura.*
- *Organização do Seminário sobre “O Ordenamento e o Desenvolvimento Regional na Cooperação Territorial”, onde foram apresentados os resultados de alguns projetos transfronteiriços bem como as perspetivas para 2014-2020.*
- *Participação nas comemorações do Dia da Cooperação (20 de setembro), realizadas em Ayamonte.*
- *Participação no workshop sobre Ordenamento Marítimo Transfronteiriço, realizado a 13 de Novembro, em Huelva.*
- *Receção na CCDR de uma comitiva empresarial da América Latina (Brasil, Argentina e Paraguai), a 26 e 27 de novembro, para facilitar a cooperação empresarial entre estes países e também para verificarem o modelo de cooperação transfronteiriça Algarve / Andaluzia / Alentejo*

#### EURORREGIÃO Alentejo – Algarve – Andaluzia (EURO-AAA)

- *Participação no ato de assinatura do Protocolo de constituição da EUROCIDADE Ayamonte - Vila Real de Santo António, a 9 de Janeiro, e posteriormente na atualização deste protocolo que incluiu um novo ato de assinatura com a entrada de Castro Marim, a 9 de Maio. Com este segundo ato, A EUROCIDADE passou a chamar-se EUROCIDADE do GUADIANA.*
- *Execução das ações previstas para o ano de 2013 no Projeto GIT EURO-AAA.*
- *Deslocação à EUROCIDADE Chaves-Verin para verificação do modelo desta EUROCIDADE.*
- *Edição do livro Gastronomia do Mar*
- *Reedição do livro Tapas e Petiscos*

- *Participação na apresentação do mapa do Baixo Guadiana, realizada em El Granada, a 20 de Junho.*
- *Participação nos OPEN DAYS, em Bruxelas, onde foi efetuada uma apresentação sobre a EURO-AAA e o Ordenamento do Guadiana.*
- *Participação no Seminário Internacional sobre Política Regional Europeia 2014-2020, realizado em Sevilha, a 17 de dezembro, onde foi apresentada uma comunicação sobre a RIS3 do Algarve.*
- *Realização de reuniões regulares com vista à programação das atividades.*
- *Atualização da página Web.*

#### B) Cooperação Transnacional

- *Divulgação de informação na Página Web da CCDR Algarve e junto dos potenciais parceiros, sobre os programas de cooperação transnacional (PO Espaço Atlântico, PO MED e PO SUDOE).*
- *Acompanhamento técnico e financeiro do projeto OTREMED (pedidos de pagamento, relatórios de progresso e registo na aplicação informática PRESSAGE)*
- *Tratamento de informação sobre os projetos aprovados nos diferentes programas transnacionais com parceria Algarve.*
- *Participação na Assembleia Plenária do Arco Atlântico realizada no Porto.*

#### C) Instituições Internacionais

Embora não fazendo parte da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas - CRPM, continuamos a divulgar na nossa página Web informação de interesse.

Foram estabelecidos contactos no sentido de integrar o Algarve na Associação das Regiões Fronteiriças Europeias (ARFE).

#### **D) APOIO JURÍDICO E ADMINISTRAÇÃO LOCAL**

Durante o ano de 2013 foram elaborados 696 ofícios, correspondentes às notificações de acusação enviadas aos arguidos, por infrações cometidas no âmbito da legislação em vigor (ambiente, ordenamento do território e conservação da natureza) e decorrentes dos autos levantados pela GNR, Polícia de Segurança Pública e Divisão de Vigilância e Controlo da CCDR, bem como notificações da decisão resultantes dos 135 relatórios elaborados, das 416 guias emitidas, das convocatórias enviadas às testemunhas e das solicitações efetuadas às entidades policiais, consulados e outras entidades.

- As sanções aplicadas e referentes às decisões tomadas no âmbito dos relatórios elaborados foram as seguintes: 2 arquivamentos, 2 arquivamentos por prescrição, 5 absolutório e 126 com decisão condenatória (5 admoestações e 121 com aplicação de coimas).

- Foram enviados para tribunal para execução 13 processos e para impugnação 24 processos, os quais aguardam decisão judicial.
- Na base de dados estão registados 1215 processos.
- Foi prestado apoio jurídico à administração local, através da elaboração de 31 pareceres/informações, em resposta às solicitações apresentadas pelos presidentes dos órgãos da administração local.
- Acompanhamento de processos de contencioso administrativo, contraordenacional e judicial, no âmbito da atividade da CCDR – respostas aos Tribunais Administrativo e Fiscal de Loulé e de Almada.
- Relativamente à cooperação técnica e financeira com as autarquias locais, não foram apresentadas candidaturas pelas entidades beneficiárias. Foram elaboradas 9 informações/relatórios referentes ao acompanhamento dos projetos em curso e efetuadas 5 visitas às obras. Os respetivos pedidos de pagamentos foram remetidos à DGAL.
- Acompanhamento do Programa de Equipamentos Urbanos de Utilização Coletiva. Foram efetuadas reuniões com as entidades beneficiárias (associações e entidades religiosas), prestados esclarecimentos e apoio, quer no acompanhamento, quer na execução das candidaturas/projetos. Foram elaboradas 9 informações e efetuadas 9 visitas. Os pedidos de pagamento referentes ao Subprograma 2 foram registadas na Base de dados da DGAL e os relativos ao Subprograma 1 foram enviadas para a ex-DGOTDU. Foi analisada e enviada para a DGAL uma candidatura.
- No âmbito da colaboração com a Administração Local e DGAL, no que respeita à modernização administrativa, não foram aprovadas novas candidaturas.
- No âmbito do POCAL foi garantido o apoio técnico em matéria de contabilidade autárquica e divulgadas as fichas de apoio técnico (FAT's) junto das autarquias locais e entidades equiparadas.
- Foram verificadas as 16 contas de gerências do ano 2012 das autarquias em articulação com a DGAL.
- Foi efetuada análise gráfica referente às contas de gerências dos municípios do ano de 2012.
- Relativamente à análise e verificação dos balanços sociais das autarquias foram detetadas as não conformidades e contactados os responsáveis para procederem às respetivas correções. Foi dado conhecimento à DGAL.
- Foi efetuada a análise gráfica referente a alguns mapas do balanço social.
- Emprego da Engenharia Militar em Missões de Interesse Público foi enviado para todas as Câmaras Municipais cópia do Plano de Atividades Operacional Civil de 2013 e solicitado a relação dos trabalhos a propor no âmbito do Plano de Atividade Operacional Civil para 2014.

## **E) GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**

A atividade da Direção de Serviços de Comunicação, Gestão Administrativa e Financeira, centrou-se fundamentalmente nas múltiplas e pesadas tarefas de carácter regular, inerentes à execução dos orçamentos de funcionamento e de investimento, num cenário marcado por fortes constrangimentos financeiros, à semelhança aliás do último ano.

Relativamente aos compromissos firmados no ano anterior o Ministério da Cultura, através da Direcção Geral do Livro, do Arquivo e das Bibliotecas (DGLAB) e com o Ministério das Finanças, através da Direcção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas – INA, que se materializaram na celebração de dois protocolos de colaboração respetivamente no âmbito do Programa “Administração Eletrónica e Interoperabilidade Semântica” e da formação profissional mediante a realização de atividades do INA na região do Algarve, realizaram-se reuniões de trabalho com as demais CCDR e a DGLAB, participou-se em 2 ações de formação sobre as Massas Acumuladas e a Macroestrutura funcional e dinamizaram-se duas ações de formação sobre o Lei do Orçamento de Estado para 2013 e a Lei dos Compromissos, respetivamente.

No âmbito do processo continuado de desmaterialização de processos e procedimentos nas áreas financeira e administrativa, concluiu-se o processo de desmaterialização dos processos, conforme previsto no QUAR.

Neste domínio procedeu-se também á definição do workflow de processos na área de negócio – ordenamento do território sendo previsível durante o próximo ano aplicar esta dinâmica a outras áreas.

Sendo a desmaterialização um objetivo na continuidade foi elaborada e submetida uma candidatura ao Sistema Apoio à Modernização Administrativa, conforme se refere adiante.

Em termos de sub-unidade orgânica as atividades desenvolvidas foram as seguintes:

### **a) GESTÃO FINANCEIRA**

A Divisão Financeira desenvolveu a sua atividade num ambiente pautado por fortíssimas restrições no que se refere à receita efetivamente disponível para fazer face aos compromissos certos e exigíveis segundo prazos previamente contratualizados.

O escrupuloso cumprimento das normas constantes da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso obrigou à realização de rigorosos exercícios mensais de apuramento dos fundos disponíveis, num cenário caracterizado por receita (própria) de carácter sazonal face a despesa certa e obrigatória.

De salientar que o apuramento dos fundos disponíveis foi efetuado com sucesso, resultando assim que a CCDR Algarve honrou todos os compromissos assumidos não tendo gerado pagamentos em atraso.

Por outro lado, cumpriu também a Regra do Equilíbrio Financeiro ao garantir no final do ano a disponibilidade em conta da liquidez gerada pelos saldos transitados de anos anteriores, utilizada fundamentalmente durante o 1º semestre/2013 altura em que a receita própria é manifestamente insuficiente para fazer face aos compromissos de carácter fixo.

Em termos de gestão e controlo orçamental as principais tarefas desenvolvidas foram as seguintes: elaboração e registo de 1 orçamento com as componentes, Funcionamento e Investimento, incluindo esta última 8 projetos; elaboração e registo de 51 alterações orçamentais; emissão de 16 Pedidos de Libertação de Créditos ou corretamente submissão e aprovação de 16 Solicitações de Fundos; 1.061 cabimentos e 1.864 processamentos de despesa; 936 pagamentos por transferência bancária, cheque, numerário e *upload's* (reúne um número variável de pagamentos, por cada movimento efetuado).

Na ótica da receita, contabilizaram-se 1.553 apuramentos e registos de receita.

No âmbito da gestão das candidaturas financiadas por fundos comunitários procedeu-se à submissão de 65 pedidos de pagamento junto do PO Algarve 21 e do POCTEP. Recorde-se que esta unidade orgânica acompanhou durante o ano 2013 a execução financeira de 8 projetos de investimento de que a CCDR Algarve é beneficiária.

Por fim, no que se refere ao reporte da execução orçamental contabilizaram-se 278 registos nas aplicações externas SIC – Sistema de Informação Contabilística, SIGO – Sistema de Informação e Gestão Orçamental.

No que se refere à prestação anual de contas junto do Tribunal de Contas foi elaborada a Conta de Gerência reportada ao período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, de 2013.

Com o objetivo de sistematizar o trabalho anual de prestação de informação junto de entidades externas, elaborou-se a Tabela 1 a seguir apresentada que resume os reportes de informação obrigatórios que um serviço e fundo autónomo, como é o caso desta CCDR Algarve, tem de cumprir ao longo dum ano económico.

**TABELA 1 – PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO  
GESTÃO FINANCEIRA**

PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO	
<b>ATUALIZAÇÃO PERMANENTE</b>	
Compromissos Assumidos - Contas de execução orçamental	SIGO
Compromissos Plurianuais - (SCEP)	
Registo da Execução Financeira dos Contratos	
<b>REPORTE MENSAL</b>	
<b>Até ao 7º dia útil do mês seguinte</b>	
STF - Solicitação de Transferência de Fundos	DGO
Mapa de Origem e Aplicação de Fundos - Acompanha a STF	
Fundos Disponíveis	
<b>Até ao dia 8 do mês seguinte</b>	
Envio de ficheiros previstos na Circular - Série A, nº 1369	SIGO
<b>Até ao dia 10 do mês seguinte</b>	
Pagamentos em Atraso	SIGO
Contas de execução Orçamental e Alterações Orçamentais	
Necessidades relativas a Despesas com Pessoal	
<b>Até ao dia 15 dia do mês seguinte</b>	
Unidade de Tesouraria	DGO
PME - Previsão Mensal da Execução	
Deslocações em Território Nacional e Estrangeiro	
<b>Até ao último dia do mês seguinte</b>	
Atualização da Execução Física do Investimento	SIGO
Balancete Analítico	
<b>REPORTE TRIMESTRAL</b>	
<b>Até dia 10 do mês seguinte</b>	
Operações de Financiamento - Empréstimos e amortizações efetuadas.	Email (DSFP, DGO)
<b>Até ao dia 15 do mês seguinte</b>	
Atualização da Execução Física do Investimento	DGO
Registo da Execução financeira dos Contratos	
<b>Até ao dia 30 dia do mês seguinte</b>	
Relatório da Execução Orçamental	Email (DGO)
Previsão da Execução Orçamental do ano, incluindo a previsão de despesas de anos anteriores a suportar	
Situação da Dívida e Ativos em Títulos de Dívida emitidos - (Stock da dívida)	
Operações de Financiamento - Empréstimos e Amortizações	SIGO
Informação relativa aos fluxos financeiros da Administração Central para a Local (cooperação técnica financeira).	
<b>REPORTE ANUAL</b>	
<b>Até ao dia 28 de Fevereiro do ano seguinte</b>	
Património Financeiro Público	TRIBUNAL DE CONTAS
Mapa de Despesa (Artigo 3º do decreto nº 27 327 de Dezembro de 1936)	
<b>Até ao dia 15 de março do ano seguinte</b>	
Balanco	DGO
DR - Demonstração de Resultados	
REQ - Rácio de Autofinanciamento e Equilíbrio Orçamental	
Fluxos de caixa	
Controlo da despesa e Controlo da receita	
<b>Até ao dia 30 de abril do ano seguinte</b>	
Prestação de Contas do Exercício Económico	TRIBUNAL DE CONTAS
TSICE - Transferências, Subsídios e Indemnizações/Créditos Extintos	
Pedido de Transição de Saldos	



Em regra, foram cumpridas por esta CCDR Algarve as suas obrigações em termos de prestação de informação – na área financeira – nos prazos estabelecidos.

## **b) RECURSOS HUMANOS**

As sucessivas alterações introduzidas pelas leis do Orçamento de Estado e demais disposições nos diplomas de base que disciplinam as matérias relacionadas com recursos humanos obrigaram nos últimos anos a um exercício permanente de atualização e de interiorização das novas normas.

No ano 2013 manteve-se a mesma dinâmica, tendo o trabalho desenvolvido nesta área se mantido a um nível bastante intenso.

Destacam-se, entre outras, as seguintes atividades:

- Reporte anual de informação materializada na elaboração dos seguintes relatórios: Balanço Social (DGAEP, Tutela); Relatório Anual de Formação (INA); Relatório Anual da Avaliação de Desempenho – SIADAP 3; elaboração do Mapa de Férias; e, Mapa de Pessoal 2014 (parte integrante da proposta de orçamento para 2014 remetido para a Tutela e a DGO);
- Reporte trimestral de informação mediante o carregamento on-line de aplicações específicas ou preenchimento de ficheiros pré-definidos: SIOE – Sistema de Informação de Organização do Estado (DGAEP); Plano de Redução de Efetivos (RCM nº 22/2012 – SGMAMAOT); Saídas por Aposentação e Encargos (SGMAMAOT); Contratos a Termo e Prestações de Serviços (SGMAMAOT);
- Gestão da Avaliação de Desempenho – em conformidade com a legislação aplicável foi realizada a avaliação do desempenho do SIADAP1/2 e 3 referente ao ano 2012 e tomadas as decisões relativamente às reclamações apresentadas. Por outro lado, foi efetuada a monitorização trimestral do QUAR 2013 e a elaboração do QUAR 2014 em parceria com a Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional;
- Elaboração do Relatório de Atividades e de Auto-avaliação do ano 2012 e elaboração do Plano de Atividades de 2014, em estreita articulação com a Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional;
- Formação Profissional – dinamização de duas ações de formação, em estreita articulação com o INA, no âmbito do Protocolo de Colaboração celebrado em finais do ano 2012;
- Gestão de Pessoal – continuação do processo de atualização do cadastro individual dos trabalhadores; atualização e validação das situações de acumulação de funções; gestão administrativa dos processos de aposentação concretizados em 2013; gestão administrativa dos processos de mobilidade interna, resposta a requerimentos dos trabalhadores e chefias;
- Gestão da assiduidade e do Portal do Trabalhador – manutenção evolutiva, desenvolvimento específico e contratação de serviços de assistência técnica com vista à otimização das aplicações face às necessidades identificadas pelos serviços;
- Elaboração de 18 pareceres jurídicos em resposta a solicitações internas e externas, estas últimas provenientes de autarquias locais.

Na Tabela 2 a seguir apresentada sistematiza-se a prestação de informação de carácter obrigatório na área dos Recursos Humanos:

**TABELA 2 – PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO  
GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS**

PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO	
<b>REPORTE MENSAL</b>	
Declaração Mensal de Remunerações	Portal das Finanças
Relação de Descontos ADSE/CGA	ADSE Direta/RCL
<b>REPORTE TRIMESTRAL</b>	
Nº de Trabalhadores ao Serviço - SIOE - Sistema de Informação de Organização do Estado	DGAEP
Plano de Redução de Efetivos - RCM nº 22/2012	SG
Saldas por Aposentação e Encargos	SG
Nº Contratos a Termos e Prestações de Serviço	SG
<b>REPORTE ANUAL</b>	
<b>Até dia 30 de março</b>	
Balanço Social	DGAEP/SG
Relatório de Formação Profissional	INA
Relatório Avaliação de Desempenho (SIADAP 2 e 3)	SG
Relatório de Atividades e Autoavaliação (SIADAP 1)	SG
Plano de Atividades	SG

Em regra, foram cumpridas por esta CCDR Algarve as suas obrigações em termos de prestação de informação – na área dos recursos humanos – nos prazos estabelecidos.

### c) PATRIMÓNIO E EXPEDIENTE

No ano 2013 o trabalho desenvolvido pela Divisão de Património e Expediente foi particularmente intenso, em resultado das decisões superiores em matéria de instalações físicas.

Assim, por grandes áreas as atividades desenvolvidas foram as seguintes:

#### c.1) Instalações

O ano de 2013 foi marcado pela reorganização interna dos serviços da CCDR Algarve, que passaram a estar concentrados em apenas dois edifícios (edifício-sede e o Palacete Doglioni) em resultado da transferência dos Serviços de Ambiente para o Palacete Doglioni, tendo sido denunciado o contrato de arrendamento relativo às instalações sitas no Largo de S. Francisco.

Durante o ano de 2013 foi celebrado um contrato-promessa de comodato entre a Comunidade Intermunicipal do Algarve e a CCDR Algarve que prevê a cedência gratuita, em regime de comodato, das instalações sitas na Praça da Liberdade, n.º 2 (edifício-sede) pelo período de 26 anos, instalações estas que estavam na posse da Assembleia Distrital de Faro e que têm sido ocupadas pela CCDR Algarve desde a criação.

Foi, ainda, celebrado um contrato de comodato entre o Município de Faro e a CCDR Algarve através do qual foi cedido, em regime de comodato, um espaço para instalação do arquivo da CCDR Algarve.

Neste sentido, o ano de 2013 foi fortemente marcado pela movimentação de pessoas, mobiliário e equipamento administrativo, equipamento informático e arquivos entre as várias instalações.

Ao nível da manutenção e conservação de imóveis foram concluídas as obras de reparação de infiltrações detetadas no piso 0 (na zona afeta ao Museu Regional do Algarve), e foram efetuadas grandes obras de manutenção/reparação do edifício sede (Empreitada "Intervenções nas instalações da CCDR Algarve - 2013"), que permitiu corrigir diversos problemas ao nível dos terraços, com infiltrações nos tetos e paredes de gabinetes e áreas comuns.

### c.2) Contratação Pública

No âmbito da Contratação Pública, foram efetuados 216 procedimentos de Ajuste Direto – Regime Simplificado (despesas inferiores a 5.000 euros) e 15 procedimentos de Ajuste Direto – Regime Geral (despesas superiores a 5.000 euros e inferiores a 75.000 euros). Foram, ainda, efetuados 18 procedimentos de aquisição de bens e serviços ao abrigo de Acordos Quadro celebrados pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, IP (ESPAP).

No âmbito da gestão e organização do inventário, procedeu-se à inventariação dos bens adquiridos e à verificação física dos bens, com vista à atualização da sua localização e avaliação em termos funcionais, tendo-se procedido ao abate de 54 bens que se verificou estarem deteriorados pelo muito uso e tempo de serviço, tendo o seu período de vida útil sido largamente ultrapassado, estando já obsoletos ou avariados e sem qualquer utilidade para o Serviço.

### c.3) Gestão do Parque Automóvel

No que se refere à gestão do parque automóvel, foram efetuadas as diligências necessárias à manutenção das viaturas de forma a assegurar o seu bom funcionamento e foi feita a gestão das requisições prosseguindo sempre o objetivo de otimização das deslocações em serviço externo.

Procedeu-se, ainda, à submissão de um pedido de contratação de 4 viaturas, em regime de aluguer operacional, para substituição de 4 viaturas afetas ao Programa Operacional Regional. Destas viaturas, uma terminou o contrato em maio de 2013 e as outras três em fevereiro de 2014.

De seguida apresenta-se uma caracterização do parque automóvel afeto à CCDR Algarve, constituído por 10 viaturas à data de 31.12.2013.

Caracterização dos Veículos	
<b>Distribuição por Tipologia</b>	
Ligeiros de passageiros e mistos	8
Ligeiros de mercadorias	2
<b>Distribuição por Proveniência</b>	
AOV	4
Apreensão	1
Aquisição	5
<b>Distribuição por Idade</b>	
Até 4 anos	4
De 9 a 12 anos	1
De 13 a 16 anos	4
Mais de 16 anos	1
<b>Distribuição por Quilometragem</b>	
Até 100.000 Kms	6
De 100.001 a 200.000 kms	1
De 200.001 a 300.000 kms	1
Mais de 300.000 kms	2

Fonte: SINGAP

#### c.4) Projeto MEF – Macro Estrutura Funcional e Massas Acumuladas

Na sequência da adesão da CCDR Algarve ao Programa “Administração Eletrónica e Interoperabilidade Semântica”, através de um Protocolo celebrado com a Direcção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) em 30.11.2012, foram desenvolvidas diversas atividades:

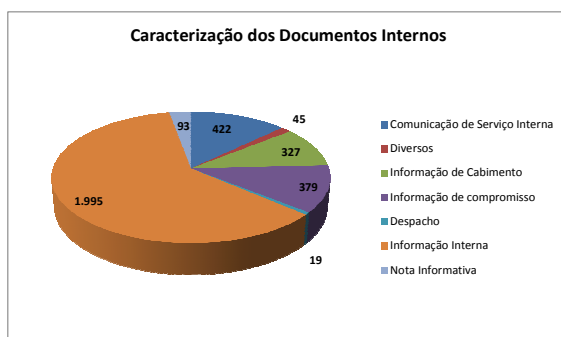
- Nomeação da equipa de trabalho da CCDR Algarve afeta ao projeto;
- Participação dos membros da equipa de trabalho em ações de formação da DGLAB realizadas na Secretaria-Geral do ex-MAMAOT;
- Levantamento dos diversos espaços físicos afetos a arquivo – este trabalho acabou por ficar prejudicado devido à transferência de arquivo do edifício do Largo de S. Francisco e do Edifício-Sede para o novo espaço de arquivo na Urbanização Santo António, sendo necessário proceder à respetiva atualização;
- Participação em diversas reuniões de trabalho com as restantes CCDR’s tendo em vista a identificação e caracterização dos processos de negócio e a criação do 3.º Nível do Plano de Classificação da MEF.

#### c.5) Sistema de Gestão Documental

No que se refere ao Sistema de Gestão Documental (Filedoc), apresenta-se um resumo dos documentos produzidos durante o ano de 2013.

Documentos registados no Filedoc	
Distribuição por Tipologia	
Documentos de entrada	8.616
Documentos de saída	5.893
Documentos Internos	3.271

Fonte: SINGAP



Fonte: Filedoc

#### c.6) Reporte de Informação

A Tabela 3 a seguir representada sistematiza a prestação de informação de carácter obrigatório que a Divisão de Património e Expediente tem que assegurar ao longo do ano

económico, e que à semelhança das anteriores áreas funcionais cumpriu nos prazos estabelecidos.

**TABELA 3 – PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO  
GESTÃO PATRIMONIAL**

<b>PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO</b>	
<b>ATUALIZAÇÃO PERMANENTE</b>	
Publicitação de informação sobre todos os procedimentos de contratação pública no Portal dos Contratos Públicos	Portal Base
Relatórios de contratação de procedimentos de aquisição efetuados ao abrigo dos acordos quadro da ESPAP no SRVI - Sistema de Recolha e Validação de Informação	ESPAP
Atualização de informação sobre ocupação de imóveis no SIE - Sistema de Informação dos Imóveis do Estado	DGTF
<b>REPORTE MENSAL</b>	
<b>Até dia 10 do mês seguinte</b>	
Informação mensal sobre as viaturas (kms percorridos, manutenções/reparações, consumos combustível, portagens, sinistros, ...) no SGPVE - Sistema de Gestão do Parque de Veículos do Estado	ESPAP
<b>REPORTE ANUAL</b>	
<b>Até dia 30 de março</b>	
Matriz do Programa de Gestão do Património Imobiliário Público (Programa de afetação, ocupação, avaliação e reabilitação dos Imóveis)	SG PCM
<b>Até dia 30 de setembro</b>	
Plano Anual de Compras (previsão das aquisições de bens e serviços a efetuar no ano seguinte)	Unidade Ministerial de Compras
<b>Até dia 31 de outubro</b>	
Reporte Estatístico Anual relativo aos contratos de aquisição e locação de bens e de aquisição de serviços celebrados no ano anterior no SRVI - Sistema de Recolha e Validação de Informação	ESPAP
<b>Até dia 30 de novembro</b>	
Plano Anual de Necessidades de Veículos para o ano seguinte, por tipologias, para fornecimento de veículos e seguros automóvel ao abrigo dos acordos quadro da ESPAP	ESPAP

## **F) FISCALIZAÇÃO**

No desenvolvimento das ações de fiscalização, manteve-se a predominância das relacionadas com os resíduos e a REN, em que foi possível ultrapassar a meta inicialmente definida (20 reposições da legalidade), com a regularização de 25 locais.

No conjunto com as realizadas no âmbito de pedidos formalizados ao SEPNA, o número de ações de fiscalização realizadas em 2013 atingiu as 136, significativamente abaixo das 310 de 2012 devido ao facto do setor da fiscalização dar uma maior predominância ao seguimento das situações verificadas, através de propostas de atuação para consideração superior, mas também pela redução do número de situações pendentes de verificação no terreno que conduziram a uma redução do número de 'pedidos de fiscalização' ao SEPNA da GNR (248 pedidos em 2012 e apenas 75 em 2013).

Complementarmente, de notar que, do valor global das ações de fiscalização de 2013, 42% foram concretizadas pela Chefia, apesar da inexistência de qualquer vigilante da natureza no setor, com a saída, por transferência, do último em 2010, e sem a possibilidade de recrutamento de mais funcionários, face às fortes restrições financeiras que se mantêm sobre a Administração Pública.

Adicionalmente, devido à acima citada predominância no seguimento das situações verificadas, em especial pelo SEPNA, através de propostas de atuação para consideração superior, que implicavam, na maior parte das situações, a produção de projetos de ofícios, foi introduzido um novo Objetivo que materializava esta dimensão do trabalho do setor da fiscalização: 'A emissão de pareceres ou informações, com vista à decisão superior'; neste âmbito, durante o ano de 2013, foram produzidas 286 informações/pareceres pela 'fiscalização'.

Os resultados alcançados só foram assim possíveis pelo empenho e participação da Chefia de Divisão no trabalho de campo e pela rentabilização da articulação com o

SEPNA da GNR, reforçando a dinamização do Protocolo de Colaboração celebrado em maio de 2011.

Quanto aos autos de notícia levantados pelo setor de fiscalização, a situação em 2013 foi a seguinte:

- a) *REN: 19 autos de notícia.*
- b) *REN/RS: 1 autos de notícia.*
- c) *RCD/Resíduos: 2 auto de notícia.*

Deste modo, no total, durante 2013 foram levantados 22 autos de notícia e foram efetuados 3 embargos, sendo que 91% dos autos de notícia correspondem a infrações nas áreas da REN e 14% abrangem os resíduos e que 100% dos embargos referem a situações em REN, o que reflete as prioridades previamente definidas para 2013.

Dos autos de notícia levantados em 2013, 82% (18) correspondem a ações de fiscalização programadas (genericamente, situações com antecedentes nos serviços), 4% (1) a ações de fiscalização resultantes diretamente de reclamações e 14% (3) referem-se a ações de fiscalização «não programadas», ou seja, situações novas que são identificadas no campo.

Por último, é de salientar ainda que a DVC assegurou a representação da CCDR Algarve na Comissão Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios, na Comissão Distrital de Proteção Civil, bem como nas Comissões Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Faro e de Loulé e ainda na Comissão Municipal de Proteção Civil de Faro.

## **G) SISTEMAS DE INFORMAÇÃO**

Em 2013 a Divisão de Sistemas de Informação desenvolveu os seguintes projetos e atividades:

- Na perspetiva de agilização do contacto dos utentes com a administração procedeu-se à remodelação do site institucional e à criação de um site específico para o Programa Operacional do Algarve. Estas ações contemplaram a modernização da plataforma de gestão de conteúdos com uma solução Open Source e a adoção de novo design gráfico mais moderno e funcional com o objetivo de melhorar o acesso à informação da instituição e das suas atividades, proporcionando um site útil, atual e completo.
- De acordo com as recomendações de uma auditoria da Inspeção Geral de Finanças (IGF) centrada nos Sistemas de Informação do Programa Operacional Regional do Algarve (POAlgarve21) procedeu-se à elaboração de um Plano de Segurança dos Sistemas de Informação e Plano de Continuidade de Negócio da CCDR Algarve.
- Na perspetiva da modernização constante do DataCenter da CCDR, iniciou-se o processo de upgrade do atual BladeCenter e dos servidores existentes bem como a aquisição de uma nova Storage para preparar a CCDR para os desafios atuais e dos próximos anos.
- Administração e manutenção dos servidores, rede e respetivas funções de segurança. A percentagem de disponibilidade dos servidores em 2013 foi superior a 99,93% não

se registando quebras de serviço assinaláveis. O plano de backups decorreu sem problemas e não foram detetados incidentes de segurança.

- Apoio aos desenvolvimentos do Sistema de Informação SIGA.21 relativo ao PO Regional (QREN - POAlgarve21).
- Manutenção e gestão das aplicações e sistemas de informação com especial destaque para o SINGAP e Filedoc. Nesta área foram efetuados 451 pedidos dos utilizadores.
- Atualização do site [www.ccdr-alg.pt](http://www.ccdr-alg.pt), facultando informação sobre a instituição e suas atividades, proporcionando ao exterior um site útil, atual e completo. Realizaram-se 642 pedidos de atualização do Site, dos quais 97% foram resolvidos em menos de 2 dias.
- Consolidação da impressão centralizada com a aquisição de 4 impressoras e, igualmente, renovação do software de segurança e de algumas licenças de software de produtividade.
- Apoio aos utilizadores na exploração dos equipamentos, do software de utilização geral e da integração em redes de informação. 96% dos 1.557 pedidos de apoio foram respondidos e resolvidos em menos de 2 dias.
- Procedimentos de manutenção preventiva na totalidade dos postos de trabalho.

#### **H) GESTÃO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS**

No ano 2013 estiveram abertos 39<sup>1</sup> concursos no âmbito do **Programa Operacional do Algarve (2007-2013) – PO Algarve 21**, com divulgação dos respetivos Avisos no site da CCDR, para as seguintes tipologias:

- Incentivos à Qualificação e Internacionalização PME (9)
- Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (6)
- Incentivos à Inovação (6)
- Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas – SIALM (4)
- Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica (1)
- Engenharia Financeira (1)
- Promoção e Capacitação Institucional (1)
- Apoio a Ações Coletivas (1)
- Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística (1)
- Sistema de Apoios à Modernização Administrativa (2)
- Energia (2)
- Requalificação da Rede Escolar (1)
- Património Cultural (1)
- Mobilidade Territorial (1)
- Reabilitação Urbana e Rural (1)
- Assistência Técnica (1)

---

<sup>1</sup> Com data de encerramento de 2013



Durante o ano foram objeto de decisão 473 candidaturas (resultantes de 40 concursos com decisões em 2013)<sup>2</sup> das quais foram aprovadas 261 operações distribuídas pelas seguintes tipologias:

- Engenharia Financeira (1)
- Incentivos à Qualificação de PME (180)
- Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (11)
- Incentivos à Inovação (30)
- Sistema de Incentivos de Apoio Local às Microempresas – SIALM (7)
- Sistema de Incentivos às Ações Coletivas (1)
- Sistema de Apoio às Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística (1)
- Sistema de Apoio aos Parques de Ciência e Tecnologia (1)
- Sistema de Apoio à Modernização Administrativa (4)
- Promoção e Capacitação Institucional (2)
- Energia (8)
- Ações de Valorização do Litoral (1)
- Reabilitação Urbana e Rural (6)
- Mobilidade Territorial (8)

Em 2013, foram realizadas 10 reuniões de Comissão Diretiva e 17 consultas escritas para aprovação de operações e acompanhamento da realização do Programa, registando-se um número de concursos inferior ao de 2012, embora com mais candidaturas apresentadas e com um número de aprovações que quase triplica o do ano anterior.

Até 31/12/2013 foram decididas e notificadas aos promotores 99% das candidaturas resultantes de concursos encerrados entre 01/11/2012 e 31/10/2013, sem contar com os Sistemas de Incentivos. O prazo médio de decisão foi de 76 dias úteis aproximadamente. Nesta contagem não foi interrompido qualquer tempo de espera por não se dispor de elementos, embora se tenha aguardado nalguns casos vários meses para que as operações pudessem reunir as condições mínimas de admissibilidade e aprovação. É o caso das Ações de Valorização do Litoral com 145 dias de prazo de decisão e 152 dias de prazo de notificação. No final deste processo, das 8 operações submetidas nesta tipologia, 5 foram não admitidas por falta dos elementos necessários e apenas uma reuniu condições de aprovação. Registe-se igualmente que o número de candidaturas apresentadas para apreciação mais que duplicou o do ano anterior (30).

No que respeita aos Sistemas de Incentivos foi possível dar o parecer regional da responsabilidade da CCDR, até ao 35º dia útil após o encerramento dos concursos<sup>3</sup> para 80% das candidaturas entradas.

A equipa dos Sistemas de Incentivos reforçada no final de 2012, conseguiu cumprir o objetivo proposto tendo a decisão final sobre 111 candidaturas (no ano anterior 105) ocorrido dentro dos prazos previstos.

No âmbito dos projetos públicos foram desenvolvidas as tarefas habituais na área do acompanhamento físico e financeiro da execução das operações aprovadas, nomeadamente através da verificação dos trabalhos no local, da análise dos pedidos de pagamento recebidos, da validação de despesas e da emissão de ordens de pagamento, com vista ao pagamento aos beneficiários a efetuar pelo IFDR. Este trabalho foi efetuado com o apoio do Sistema de Informação do PO (SIGA.21) que foi objeto de diversos melhoramentos durante o ano 2013.

<sup>2</sup> Alguns fechados no final de 2012

<sup>3</sup> Também neste caso foi considerado o universo de concursos encerrados entre 1/11/2012 e 31/10/2013

Foi facultada informação e dado o apoio solicitado aos beneficiários do Programa, quer em sede de apresentação de candidaturas, quer na sua fase de execução.

Igualmente nesta área foram registadas devoluções de verbas de beneficiários do PROALGARVE (2000-2006) referentes às auditorias finais do Programa foi efetuada a respetiva Conta de Gerência e foi acompanhado o contencioso relativamente a alguns projetos do FSE.

Durante o ano de 2013 foram analisados no PO Algarve 21, 512 pedidos de pagamento no que respeita aos projetos públicos e de engenharia financeira. A execução em 31/12/2013 ascendia a 105.438.874€ (FEDER)<sup>4</sup>. Na última certificação do ano (18/12/2013) tinha sido certificada à Comissão Europeia cerca de 130.085.216 € de despesa FEDER o que permitiu cumprir a regra N+2 do Programa para 2013 (101%). Este resultado permitiu também superar a meta do QUAR (*Objetivo 2 – QUAR*).

Como contributo para a produção de informação divulgada, em particular pelo Centro de Observação das Dinâmicas Regionais, foram efetuados 19 encerramentos de operações que se encontram evidenciadas no site do PO através de fichas contendo resultados e localização em SIG, para além dos elementos técnicos habituais de encerramento como é o caso do relatório final de execução. Dos encerramentos efetuados 47% cumpriam 12 dos 14 requisitos definidos para fecho da operação. O acréscimo de trabalho resultante do sobreforço com vista ao cumprimento da Regra N+2 em particular no 2º semestre e a necessidade de articular trabalho com outros setores impediu a concretização de todos os 14 requisitos para todas as operações encerradas.

No que respeita à atividade de Controlo Interno do PO Algarve 21 em 2013 tinham sido completadas 7 das 12 tarefas previstas no Plano de Atividades 2013:

- Elaboração da amostra do 2º PAC (2011/2012)
- Preparação do 2º PAC (Caderno de encargos, processo de concurso)
- Lançamento do concurso para o 2º PAC (2011/2012) e análise de propostas
- Adjudicação do 2º PAC
- Acompanhamento de correções financeiras e recomendações (follow-up)
- Acompanhamento de Auditorias diversas ao PO
- Atualização do Sistema de Controlo de Dívidas (SCD)
- Melhoria do módulo de controlo; Registo da informação de controlo em SIGA.21

Apesar do reforço de meios da equipa que foi possível obter no início do ano (mais 1 elemento para o Controlo Interno), as tarefas previstas no plano de atividades relacionadas com a realização das auditorias do 2º PAC não se concretizaram no decorrer de 2013 por atraso na obtenção do parecer prévio do Ministério das Finanças para a aquisição dos respetivos serviços. Este parecer previsto na Portaria nº16/2013 de 17 de janeiro, foi solicitado em junho de 2013 e apenas foi obtido no final de outubro 2013, tendo como consequência que a adjudicação do 2º PAC só foi efetuada no final do ano.

No que diz respeito á preparação de normas de orientação técnica sobre o SCD, verificou-se que a atualização da norma nº2/2008 relativa ao SCD ocorreu em 05 dez de 2012. A esta adaptação da norma às atualizações da legislação nacional e comunitária entretanto ocorridas, seguiu-se um período de identificação das questões mais

---

<sup>4</sup> Despesa validada na totalidade das aprovações aprovadas.

relevantes relativas à informação que deve constar nos campos que compõem o modelo de informação SCD e de validação pelo Sistema de Informação do IFDR na fase de integração de dados. Apenas após a estabilização destas tarefas, que ocorreu no final de 2013, foram criadas condições para completar o trabalho já iniciado pela equipa de controlo e de gestão do PO com vista à preparação de normas internas de orientação técnica sobre o SCD.

Com efeito, foi efetuada a atualização do Sistema Contabilístico de Dívidas mensalmente, conforme previsto pelo IFDR, através da implementação da Norma nº 2/2008. Foi efetuada, na sequência da auditoria realizada pela DG REGIO aos instrumentos de engenharia financeira, a reabertura do processo de 1 auditoria (SAFPRI) incluída no 1º PAC que envolveu a reanálise das conclusões constantes do relatório final.

Foram acompanhadas 4 Auditorias externas (2 da IGF, 1 do IFDR e 1 da Comissão Europeia - QCA III FEOGA) com os respetivos *follow up* e foram efetuados aperfeiçoamentos aos módulos de controlo e dívida do SIGA.21 (*Objetivo 4.5*).

Durante o ano de 2013, foram efetuados ou completados 7 instrumentos de apoio à gestão e informação do PO Algarve 21, nomeadamente:

- 3 Certificações de Despesa em SI – foram efetuadas pelo SI do PO 6 certificações com cortes em 28/02, 30/04, 30/06, 30/09, 10/12 e 18/12 com mais de 99% (projetos públicos + privados) de despesa certificada pelo IFDR em relação à despesa certificável enviada pelo PO (enviada até final de Dez. 2013).
- Descrição de Sistema de Gestão e Controlo (atualizado) – atualização com *informação positiva – enviado em 6/12/2013*
- Melhoria do Site com atualização mensal do PO Algarve 21 (Informação financeira e operações encerradas com fichas) – *todo o ano* e fichas de projetos concluídos.
- Relatório de Execução anual (PO Algarve 21) entregue e aceite – *enviado à CE em 28/06/2013 e aceite em 31/07/2013.*
- Realização do Grande Evento anual – Realização do grande evento anual (Maio – mês da Europa) e da Sessão de Apresentação de resultados 12/06/2013 – 15 h). 12 Sessões de Sistemas de Incentivos – Realização de 17 sessões de esclarecimento sobre Sistemas de Incentivos ao longo do ano.

Apesar de ter sido atingida a meta definida para este Objetivo 3.6, não foi possível completar tudo o que se encontrava previsto para 2013, nomeadamente no que respeita aos seguintes instrumentos:

- ❖ Manual de Procedimentos – Apesar de não ter sido efetuada uma nova edição atualizada do Manual, foram aprovadas em Comissão Diretiva, ao longo do ano 2013, várias alterações pontuais que decorrem na sua maioria de recomendações de auditorias (*follow up*) e que assim puderam entrar em vigor de imediato.
- ❖ Arrumação de arquivos (QCA III) e partilhas internas – Foi efetuada uma arrumação dos arquivos QCA III (Ex-Gat Faro) e foi efetuada toda a organização da deslocação e respetiva arrumação do edifício de S. Francisco para o edifício de Stº António. Esta arrumação, que não estava prevista no Plano de Atividades de 2013, teve de ser efetuada num curto espaço de tempo durante o 2º semestre de 2013, apesar das outras exigências de trabalho face aos objetivos estabelecidos

para o PO (Ex: N+2). Não foi portanto possível durante este ano efetuar a arrumação do arquivo de Tavira.

Algumas limitações no desempenho devem-se também ao facto de, apesar da forte redução dos meios humanos registada na Estrutura Técnica, durante o ano 2009, não terem sido reforçadas as áreas identificadas no início do PO como deficitárias (área jurídica e sistemas de informação). Esta última foi em parte resolvida com apoio a “*outsourcing*” e a restante não chegou a ser reforçada em 2013.

## **I) INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EUROPEIA**

No âmbito da Informação Europeia, foram desenvolvidas atividades quer pelo Centro *Europe Direct* quer pelo *Enterprise Europe Network* (EEN).

Em 2013 o Centro *Europe Direct* desenvolveu as seguintes atividades:

- Prestação de serviços de informação e atendimentos ao público no total de 231, distribuídos da seguinte forma: Contactos presenciais: 143; Respostas por telefone: 8; Respostas por e-mails: 80
- Tratamento e difusão de documentação europeia: registo, tratamento e arquivo, para consulta do público no caso de monografias e periódicos de exemplares únicos.
- Gestão de stocks e difusão de documentação (brochuras, folhetos) junto das entidades regionais (Postos de Turismo, Câmaras Municipais, Bibliotecas e outras).
- Elaboração de 6 edições do boletim informativo (bimensal) e sua divulgação eletrónica para diversos organismos locais e regionais.
- Organização de 25 sessões de informação e atividades de animação sobre a União e Europeia em várias escolas e outras instituições da região, com um total de 1.230 participantes.
- Organização e participação em seminários (1), feiras (3) e colaboração em outros eventos (5).
- Atualização regular das páginas Web e Facebook
- Desenvolvimento de atividades no âmbito das comemorações do Dia da Europa - dia 9 de maio em Alcoutim que contaram com a participação de cerca de 300 pessoas.
- Participação em reuniões e ações de formação da rede de Centros de Informação Europeia - *Europe Direct* (4).

Quanto ao *Enterprise Europe Network* do Algarve, as atividades desenvolvidas foram, entre outras, as seguintes:

- Organização ou coorganização com outros parceiros de 5 eventos, com um total de 376 participantes;
- Promoção das políticas europeias junto das PME regionais e informação sobre a UE, com o envio de 14 mailings informativos;

- Participação, com o stand promocional, em 3 feiras ou outras iniciativas com o objetivo de informar e sensibilizar as PME;
- Resposta a questões e aconselhamento, incluindo prestação de serviços especializados sobre apoios financeiros, a mais de 169 empresas e agentes económicos regionais;
- Participação nas atividades do grupo de trabalho setorial “Turismo e Património Cultural” (Madrid, 31 janeiro e 1 de fevereiro) e no *Peer Learning Group* de Serviços de Apoio à Inovação e Investigação (Bruxelas, 12 a 14 de junho de 2013);
- Coorganização do Encontro de Negócios integrado nas Missões para o Crescimento da Europa (Lisboa, 29 de novembro 2013 e apoio à participação de 20 PME regionais e ao fomento de parcerias internacionais;
- Dinamização de duas campanhas da Comissão Europeia, respetivamente a Semana Europeia das PME e a Semana Europeia da Segurança e da Saúde no Trabalho, tendo esta última culminado com a realização de uma iniciativa específica para o setor da restauração e hotelaria.
- Comunicação à Comissão Europeia, através do serviço de Feedback Mechanism que possibilita às empresas de participarem ativamente na formação de políticas europeias, da opinião de 19 PME regionais acerca de 3 consultas públicas.

A qualidade dos serviços prestados pela *Enterprise Europe Network* foi aferida mediante questionário de satisfação enviado aos seus clientes (utilizando a seguinte escala: 1- fraco, 2-médio, 3-bom, 4-muito bom) tendo o somatório do bom+muito bom obtido os seguintes valores:

- *Organização de eventos (seminários, workshops, formação, reuniões, etc.): 90%*
- *Cooperação Empresarial (pesquisa de parceiros de negócios ou tecnológicos europeus, participação em encontros, feiras ou missões empresariais, etc.): 82%*
- *Resposta a questões (sobre matérias europeias de âmbito empresarial como regulamentação, fiscalidade, programas comunitários, etc.): 96%*
- *Serviços especializados (assistência personalizada sobre inovação, internacionalização, financiamentos europeus, etc.): 73%*
- *Serviços de alerta (emails informativos sobre financiamentos comunitários, mercado europeu, temáticas empresariais, etc.): 69%*
- *Conteúdos informativos (nos websites [www.ccdr-alg.pt](http://www.ccdr-alg.pt) e [www.enterpriseeuropenetwork.pt](http://www.enterpriseeuropenetwork.pt)): 86%*

## II.2.2.2. – EXECUÇÃO 2012-2013

No quadro abaixo incluído apresenta-se a execução em 2012 e 2013 por áreas temáticas. À tabela dos Serviços Fornecidos ao Exterior e Tarefas de Apoio Interno, prevista em Plano de Atividades, acrescem ações executadas ao longo do ano e que não estavam aí refletidas.

**QUADRO 4**  
**ATIVIDADE DESENVOLVIDA POR ÁREA TEMÁTICA 2012-2013**

ATIVIDADE DESENVOLVIDA	EXECUÇÃO	
	2012	2013
<b>ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO</b>		
Reuniões do Observatório do PROT	4	2
Relatório anual de acompanhamento e monitorização do PROT	1	0
Reuniões plenárias das comissões de acompanhamento da revisão de PDM	2	2
Conferências de serviços	6	5
Avaliação de planos, projetos e programas estruturantes (NDT, NDE e Polis)	23	21
Acompanhamento com emissão de informações e pareceres sobre PU e PP por solicitação das autarquias	21	18
Apreciação de operações urbanísticas através da plataforma informática criada no âmbito do SIRJUE	118	361
Processos apreciados relativos a pretensões em matéria de uso, ocupação e transformação do solo	36	36
Avaliação de conteúdos na elaboração de PU e PP para assegurar a salvaguarda da integridade da estrutura regional de proteção e valorização ambiental do PROT	1	5
Exercício de apoio à transposição da ERPVA para a Estrutura Ecológica Municipal	4	2
Apreciação e emissão de decisão sobre usos e ações a implementar em área de Reserva Ecológica Nacional	556	422
Projetos de delimitação e redelimitação das REN	10	8
Reuniões da Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional e apreciação das pretensões submetidas a decisão (em matéria de usos não agrícolas de solos da RAN)	44	43
Deliberações emitidas no âmbito da participação na Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional (em matéria de usos não agrícolas de solos da RAN)	845	805
Pareceres sobre relatórios de fiscalização da DVC e respostas a denúncias/reclamações	60	40
Pareceres sobre processos de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) e de Avaliação de Incidências Ambientais (AIInCA) nos domínios do ordenamento do território	17	12
Participação em projetos de âmbito internacional	2	--
Apresentar comunicações em seminários ou encontros técnicos	6	2
Participação em reuniões de conselhos, comissões, júris e outras	16	14
<b>AMBIENTE</b>		
Projetos de licenciamento industrial	1	5
Vistorias a estabelecimentos industriais	11	8
Pedidos de licenciamento para gestão de resíduos apreciados	<b>16</b>	<b>12</b>
Emissão de alvarás	10	15
Renovação de licenças	7	4
Averbamentos	15	6
Pedidos em apreciação	1	6
Pedido indeferido	0	2
Apreciação de Planos de Gestão de Lamas	0	0
Informações aos requerentes no âmbito das operações de gestão de resíduos (excluem-se contactos telefónicos e presenciais e reclamações)	92	27
Participação em reuniões das 2 comissões de Acompanhamento dos aterros do Algarve	8	8
Participação nas comissões de resíduos	0	0
Planos de Pedreiras/Planos Ambientais e de Recuperação Paisagística de Pedreiras apreciados	0	5
Cauções definidas - a prestar pelo explorador de pedreiras	0	0
Visitas técnicas - licenciamento, abandono de pedreiras e reapreciação de processos de regularização administrativa da extração mineral	12	2

Relatórios de caracterização das emissões atmosféricas de unidades de queima de combustíveis fósseis analisados	40	25
Relatórios de consumo de solventes e verificação e emissões de compostos orgânicos voláteis analisados	34	26
Rede da Qualidade do Ar – Número de visitas efetuadas	35	29
Procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) em que a CCDR é a autoridade de AIA	3	3
Procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental em que a APA é a Autoridade de AIA – contributo para o parecer da Comissão de Avaliação	1	2
Procedimentos de Avaliação de Incidências Ambientais (AlncA) relativos a projetos de energias renováveis	3	0
Apreciação de Relatórios de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução com Declaração de Impacte Ambiental (RECAPE)	2	0
Apreciação de relatórios de monitorização ambiental de projetos sujeitos a AIA	15	10
Apreciação de processos de Avaliação Ambiental Estratégica	17	16
Pareceres a estudos de incidências ambientais de projetos de estradas	0	0
Pareceres no âmbito de pedidos de esclarecimento sobre sujeição de projeto de Avaliação de Impacte Ambiental	7	8
Pareceres relativos a queixas à União Europeia	3	4
Apreciação de pedidos de prorrogação/alteração de Declarações de Impacte Ambiental	9	7
Coordenação das reuniões da Comissão de Acompanhamento da Barragem de Odelouca e Túnel de Interligação Odelouca-Funcho	4	2
<b>FISCALIZAÇÃO</b>		
Ações de fiscalização	310	136
Autos de notícia	30	22
Embargos	0	3
<b>DESENVOLVIMENTO REGIONAL</b>		
Eventos realizados	20	14
Participação em ações de organismos internacionais	11	2
Participação em projetos internacionais	5	6
Participação em redes europeias	3	2
Centro de Observação das Dinâmicas Regionais		
Boletins de Conjuntura	3	3
Boletins Trimestrais de Conjuntura “Mobilidade e Transportes”	4	3
Boletim Anual	1	1
POCTEP		
Verificação e validação da despesa dos projetos aprovados na 1ª Convocatória		
N.º projetos com execução	14	5
N.º de pedidos de validação de despesa	--	20
Verificação e validação da despesa dos projetos aprovados na 2ª Convocatória –		
N.º projetos com execução	--	17
N.º de pedidos de validação de despesa	--	39
Análise e emissão de parecer das candidaturas recebidas na 2ª Convocatória – N.º candidaturas	20	--
Análise e emissão de parecer das candidaturas recebidas na 3ª Convocatória – N.º candidaturas	--	13
<b>INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EUROPEIA</b>		
Centro de Informação <i>Europe Direct</i>		
Boletim informativo	11	6
Sessões de informação sobre a União Europeia em várias escolas	9	15
Atividades de animação em várias escolas	45	3
Organização e participação em seminários e conferências	4	5
Organização e participação em feiras e exposições	2	5
Organização/colaboração em outros eventos	3	5
<i>Enterprise Europe Network</i>		
Organização ou co-organização de eventos	11	5
Envio de emails informativos (promoção das políticas europeias junta das PME e informação sobre a EU)	32	14
Participação em feiras (com stand promocional)	4	3



Apoio a empresas e agentes económicos em questões sobre matérias europeias	169	169
<b>APOIO JURIDICO E ADMINISTRAÇÃO LOCAL</b>		
Processos de contencioso administrativo contraordenacional e judicial	2	3
Processos de contraordenação		
Relatórios efetuados	95	135
Notificações efetuadas	250	361
Apoio jurídico a órgão e serviços da CCDR (pareceres/informações)	1	1
Apoio Jurídico à Administração Local (pareceres/informações)	18	31
Cooperação técnica e financeira com as autarquias locais		
Candidaturas analisadas	0	0
Informações/relatórios	3	9
Acompanhamento físico das candidaturas (visitas a obras e reuniões com promotores)	3	5
Programa de Equipamentos Urbanos de Utilização Coletiva		
Candidaturas analisadas	1	1
Informações/relatórios	5	9
Acompanhamento físicos das candidaturas (visitas a obras)	3	9
Encerramento de processos pendentes no âmbito da Modernização Administrativa	0	0
Verificação das contas de gerência das autarquias	16	16
<b>GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA</b>		
Gestão financeira		
Orçamento	1	1
Alterações orçamentais	45	51
Conta de Gerência	1	1
Saldo de Gerência	1	1
Pedidos de libertação de créditos	19	16
Cabimentos	880	1.061
Processamentos de despesa	1640	1.864
Pagamentos por transferência bancária, cheque, numerário e upload's	682	936
Apuramentos e registo de receita	1227	1.553
Pedidos de pagamentos a fundos comunitários – PO Algarve 21 e POCTEP	36	65
Registo informação contabilísticos nas aplicações informáticas - SIC e SIGO	196	278
Recursos humanos		
Processamento do balanço social	1	1
Processamento de remunerações	12	12
Processamento de ajudas de custo	12	12
Processamento de mapa de férias	1	1
Procedimentos concursais lançados	0	0
Procedimentos concursais concluídos	0	0
Despachos de mobilidade interna	9	6
Instrução de processos disciplinares	2	0
Preparação e submissão de processos de aposentação	2	0
Análise e decisão de reclamações apresentadas por trabalhadores – Avaliação de Desempenho	8	3
Ações de formação profissional realizadas	10	2
Nº de pareceres jurídicos elaborados	24	18
Património e expediente		
Procedimentos por ajuste direto – Regime Simplificado	152	216
Procedimentos por ajuste direto – Regime Geral	9	15
Concursos Públicos (com e sem publicação no JOUE)	1	1
Procedimentos de aquisição de bens e serviços ao abrigo de Acordos Quadro pela ANCP	10	18
Registo dos processos de aquisição no sistema integrado de gestão	273	336
Registos no Sistema de Gestão do Parque de Veículos do Estado	12	12
Registo de documentos de entrada	8.380	8.616
Registo de documentos de saída	5.713	5.893
<b>SISTEMAS DE INFORMAÇÃO</b>		
Administração e manutenção de servidores, rede e respetivas funções de segurança – N.º de intervenções	53	73
Apoio aos utilizadores	1.316	1557



Procedimentos de manutenção preventiva dos postos de trabalho	100%	100%
Atualizações do site e intranet	542	642
Manutenção e gestão das aplicações e sistemas de informação – N.º de intervenções	322	451
<b>GESTÃO FUNDOS COMUNITÁRIOS</b>		
<b>PROALGARVE</b>		
Pagamentos FEDER e FSE (mil €)	---	476
Devoluções (mil €)	---	288
Ações de controlo a projetos concluídas	<b>1</b>	<b>4</b>
FEDER	---	---
FSE	---	3
FEOGA	a)	1
IFOP	---	---
<b>PO Algarve 21</b>		
Concursos abertos	52	55
Projetos com decisão de aprovação	91	261
Reuniões de Comissão Diretiva	5	10
Consultas escritas	3	17
Pedidos de pagamento relativos a projetos públicos e de engenharia financeira analisados	627	512
Ordens de pagamento emitidas (pagamentos FEDER)	635	689
Operações encerradas	15	19
Dívidas arrecadadas e encerradas	b)	23
Ações de controlo de operações concluídas (internas)	b)	18
Auditorias externas acompanhadas	c)	8
Sessões de esclarecimento realizadas	14	17
Apoios publicitários concedidos	0	1

a) Trata-se da mesma Auditoria do ano anterior efetuada em Novembro de 2012 a 15 projetos FEOGA (Medida 3.11) a qual foi encerrada sem correções financeiras em Setembro de 2013

b) Valores acumulados

c) Ao longo do ano 2013 foram acompanhadas 3 auditorias externas diferentes

### **II.3 – AUTOAVALIAÇÃO – INFORMAÇÃO ADICIONAL**

Nos termos do nº 2 do artigo 15º da Lei nº 66-B/2007 de 28 de dezembro, os serviços deverão facultar informação adicional de autoavaliação, que é a seguir mencionada.

#### **II.3.1 – AFETAÇÃO REAL E PREVISTA DE RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS**

##### **II.3.1.1 – RECURSOS HUMANOS**

A 31 de dezembro de 2013 contabilizaram-se 109 trabalhadores a que acresciam 2 contratos de prestação de serviços (tarefa), num total de 111 efetivos.

À semelhança de anos anteriores, o número de efetivos continuou a ser inferior ao número previsto (119) para o cumprimento dos objetivos do Quadro de Avaliação Estratégica (QUAR) 2013.

Em comparação com o ano anterior em que se contabilizaram 113 trabalhadores (a que acresciam 2 contratos de tarefa), houve um decréscimo de 4 trabalhadores com RJEP, o que representa uma taxa de diminuição de 3,5%.

**QUADRO 5  
NÚMERO DE TRABALHADORES EM EXERCÍCIO DE FUNÇÕES 2004-2013**

Anos / Nº trabalhadores	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Trabalhadores CCDR (1)	214	213	222	204	132	113	113	113	115	111
Trabalhadores GAT	43	38	40	33	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>257</b>	<b>251</b>	<b>262</b>	<b>237</b>	<b>132</b>	<b>113</b>	<b>113</b>	<b>113</b>	<b>115</b>	<b>111</b>

Fonte: Balanços Sociais 2004 a 2013

**Nota (1):** Inclui os contratados a termo incerto, afetos ao Programa Operacional, as prestações de serviços (tarefa e avenças) e aquisições de serviços.

##### **II.3.1.2 – RECURSOS FINANCEIROS**

Durante o ano 2013 as atividades desenvolvidas pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve enquadraram-se nas atribuições definidas no Decreto-lei nº 228/2012 de 25 de Outubro, assim como, nos objetivos operacionais fixados no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) e no estabelecido no Plano Anual de Atividades.

## **A - ANÁLISE ECONÓMICA, FINANCEIRA, PATRIMONIAL E POR CENTROS DE CUSTO**

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com os princípios e demais critérios definidos no Plano Oficial de Contabilidade Pública, aprovado pelo Decreto-Lei nº 232/97, de 3 de setembro, cumprindo, igualmente as instruções relativas à organização e apresentação das contas definidas pelo Tribunal de Contas constantes das Instruções nº 1/2004 – 2ª Seção.

O orçamento privativo da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve integra dois orçamentos: funcionamento (atividades) e investimento (projetos).

No presente relatório procede-se, numa 1ª parte à análise da execução da receita e da despesa, na ótica da contabilidade orçamental, numa 2ª parte à análise das demonstrações financeiras, o Balanço e a Demonstração de Resultados, do ponto de vista da contabilidade patrimonial, e numa 3ª parte à análise da execução orçamental por centros de custo.

Antecedendo a análise das contas relativas ao ano 2013, importa desde já descrever o quadro de referência que regulou a execução do orçamento desta Comissão de Coordenação ao longo do ano 2013. Assim, identificam-se, entre outros, os seguintes diplomas ou orientações:

- ↳ Lei do Orçamento de Estado para 2013 – Lei nº 66-B/2012 de 31 de dezembro;
- ↳ Portaria nº 16/2013, de 17 de janeiro – Regulamenta os termos e tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública aplicável a todos os contratos de aquisição de serviços;
- ↳ Decreto - Lei da Execução Orçamental (DLEO) – Decreto-Lei nº 36/2013 de 11 de março;
- ↳ Despacho nº 36/2013/ MEF, de 14 de março – Autoriza a utilização de saldos transitados pelos serviços e organismos que não tenham pagamentos em atraso;
- ↳ Despacho nº 47/2013/ MEF, de 8 de abril – Proibição de assunção de novos compromissos;
- ↳ Despacho MEF/2013, de 23 de abril – Cessa a vigência, por caducidade do Despacho nº 47/2013/MEF, de 8 de abril;
- ↳ Lei nº 37/2013, de 14 de junho – Sétima alteração à Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto;
- ↳ Lei nº 51/2013, de 24 de julho – Primeira alteração à Lei nº 66-B/2012, de 31 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2013).
- ↳ Lei nº 83/2013, de 9 de dezembro – Segunda alteração à Lei nº 66-B/2012, de 31 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2013).

Legislação ainda vigente durante o ano económico de 2013:

- ↳ Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA) - Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro – Aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas;
- ↳ Decreto – Lei nº 127/2012, de 21 de Junho – Estabelece os procedimentos necessários à aplicação da LCPA e à operacionalização da prestação de informação;
- ↳ Despacho nº 13037/2012, de 26 de Setembro – autorização para assunção de compromissos plurianuais pelas entidades que não tenham pagamentos em atraso.

De salientar que à semelhança do ano anterior a execução orçamental durante o ano 2013 foi marcada pelas regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e pelas medidas de consolidação orçamental, de que são exemplo o controle da despesa dos serviços com particular enfoque na assunção de novos compromissos condicionada pelo montante de fundos disponíveis.

## **A.1 – CONTABILIDADE ORÇAMENTAL**

### **A.1.1 – ESTRUTURA DA RECEITA**

As receitas anuais provêm de três fontes de financiamento: receitas gerais, receitas comunitárias (reembolsos FEDER) e receitas próprias.

Tendo presente o valor global da receita arrecadada durante o ano 2013 face ao valor global corrigido para o mesmo período, conclui-se que não se registaram desvios significativos.

O que contribuiu decisivamente para os resultados evidenciados no Quadro 6 foram as taxas de execução das receitas próprias. As receitas gerais registaram uma taxa de execução de 93,1% porque a partir do 4º trimestre as transferências correntes do OE diminuíram por força da boa taxa de execução das receitas próprias, que na realidade, superaram as projeções iniciais.

**QUADRO 6**  
**TAXA DE EXECUÇÃO DA RECEITA - ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO**

(euros)

GRUPOS RECEITA	Dotação Inicial (1)	Dotação Corrigida (2)	Recebido (3)	Taxa de Execução (4)=(3)/(2)
<b>Orçamento do Estado</b>	<b>2.112.030</b>	<b>1.942.596</b>	<b>1.808.591</b>	<b>93,1%</b>
Transferências Correntes OE	2.112.030	1.942.596	1.808.591	93,1%
<b>Financiamento da EU</b>	<b>1.532.712</b>	<b>1.646.291</b>	<b>1.606.188</b>	<b>97,6%</b>
Transferências Correntes	1.532.712	1.532.712	1.492.609	97,4%
Saldos Gerência de Anos Anteriores	0	113.579	113.579	100,0%
<b>Receita Própria</b>	<b>652.447</b>	<b>652.447</b>	<b>1.136.360</b>	<b>174,2%</b>
<b>Taxas, Multas e Outras Penalidades</b>	<b>591.997</b>	<b>591.638</b>	<b>1.045.116</b>	<b>176,6%</b>
Taxas	571.897	571.839	1.024.667	179,2%
Multas e Outras Penalidades	20.100	19.799	20.449	103,3%
<b>Venda de Bens e Serviços Correntes</b>	<b>60.450</b>	<b>60.450</b>	<b>90.611</b>	<b>149,9%</b>
Venda de Bens	450	450	1.975	438,8%
Serviços	60.000	60.000	88.636	147,7%
<b>Reposições não Abatidas nos Pagamentos</b>	<b>0</b>	<b>359</b>	<b>633</b>	<b>176,3%</b>
Reposições	0	359	633	176,3%
<b>Na posse do Serviço</b>	<b>0</b>	<b>752.872</b>	<b>752.873</b>	<b>100,0%</b>
Saldos Gerência de Anos Anteriores	0	752.872	752.873	100,0%
<b>Transferências de RP entre organismos</b>	<b>200.000</b>	<b>200.000</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
Transf. de Capital - Inst. de Turismo de Portugal	200.000	200.000	0	0,0%
<b>TOTAL</b>	<b>4.497.189</b>	<b>5.194.206</b>	<b>5.304.012</b>	<b>102,1%</b>

Fonte: SIGO

Antes de prosseguir a análise da receita arrecadada face às previsões iniciais, importa identificar os pressupostos que nortearam a elaboração do orçamento para o ano económico de 2013.

Assim, em sede de preparação do orçamento as previsões da receita provenientes da Taxa de Gestão de Resíduos (TGR), descrita abaixo, apenas contemplaram a componente afeta à CCDR, correspondente aos 70% da receita global (€ 556.807) nos termos da legislação aplicável, por se tratar efetivamente de receita própria que é aplicada em despesa de funcionamento.

A componente Incentivos, correspondente aos 30% do valor global da receita, que nos termos da legislação aplicável se destina ao financiamento das atividades dos sujeitos passivos, não foi orçamentada, porque a CCDR funciona como mera intermediária dos valores a transferir posteriormente para os sujeitos passivos.

No que concerne à execução orçamental propriamente dita, a receita TGR foi globalmente arrecadada na rubrica Taxas, pelo montante de € 996.356, dos quais € 697.449 corresponderam à componente CCDR (70%) e € 298.907 à componente Incentivos (30%).

Tendo por base as 2 componentes que integram o valor da TGR, os serviços procederam apenas à aplicação em despesa da componente CCDR (70%), reservando a componente Incentivos para aplicação em despesa a favor dos sujeitos passivos, assim que esta seja autorizada pelo Ministério de Estado e das Finanças.

Concentrando agora a análise na taxa de execução da receita própria proveniente da TGR importa salientar que a componente CCDR (€ 697.449) superou em cerca de 25% as projeções iniciais (€ 556.807) assumindo a rubrica Taxas uma execução de 126,9% (725.760/571.839).

Considerando a receita global proveniente da TGR (componentes CCDR+Incentivos) a taxa de execução assumiu o valor de 179,2%.

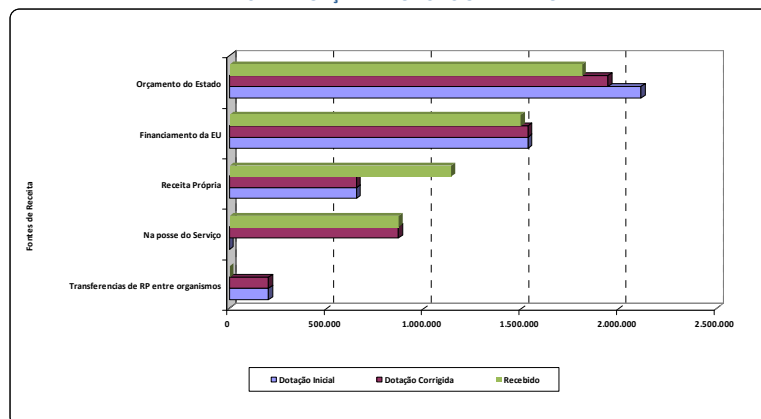
A este propósito é importante referir que no passado recente as receitas próprias desta Comissão de Coordenação provinham fundamentalmente da emissão de pareceres e das taxas de licenciamento, mas a partir de 2010 cerca de 85% provêm da rubrica Taxas Diversas - Taxa de Gestão de Resíduos (TGR).

Esta receita é transferida após cobrança efetuada pela Agência Portuguesa de Ambiente e incorpora duas componentes consignadas, em conformidade com o disposto no nº 8 do artigo 58º do Decreto-Lei nº 178/2006 de 5 de setembro.

Considerando a nova estrutura de receita e a grande dependência da TGR, procedeu-se em 2013, à semelhança do ano anterior, à aplicação da Componente CCDR em despesa corrente (pessoal, aquisições de bens e serviços e de capital), como forma de honrar compromissos anteriores e evitar a transição de dívidas para o ano seguinte.

A Componente Incentivos referente a anos anteriores transitou em saldo (€ 526.882) e foi orçamentada como receita, mas não foi aplicada em despesa. No que concerne à receita arrecadada em 2013, esta totalizou € 298.907, que adicionados ao saldo transitado somam € 825.789.

GRÁFICO 1  
RECEITA – ORÇAMENTO FUNCIONAMENTO



Fonte: SIGO

O Gráfico 1 evidencia claramente a boa performance alcançada pelas receitas próprias e também pelas receitas comunitárias, aliviando desta forma as necessidades em receitas gerais.

De salientar ainda, que no orçamento privativo foram assumidos os valores inscritos pela 3ª Delegação da DGO, na fase de aprovação do Orçamento de Estado para 2013, no que se refere às transferências correntes da União Europeia (F.F 441- FSE/QCAlII – € 1.319.933) relativos à recuperação de restituições e reembolsos de despesa executada pelos beneficiários IGFSE, e transferências de Receitas Próprias entre organismos (F.F

540 – € 200.000) no âmbito do PIPITAL (Programa de Investimentos Públicos de Interesse Turístico para o Algarve) correspondente às verbas a transferir para os beneficiários do Programa. Estas transferências em anos anteriores foram consideradas como operações extraorçamentais.

Concentrando agora a análise sobre o Orçamento de Investimento conclui-se com base na informação constante no Quadro 7 que a taxa global de execução, na ótica da receita, foi de 79,1 %.

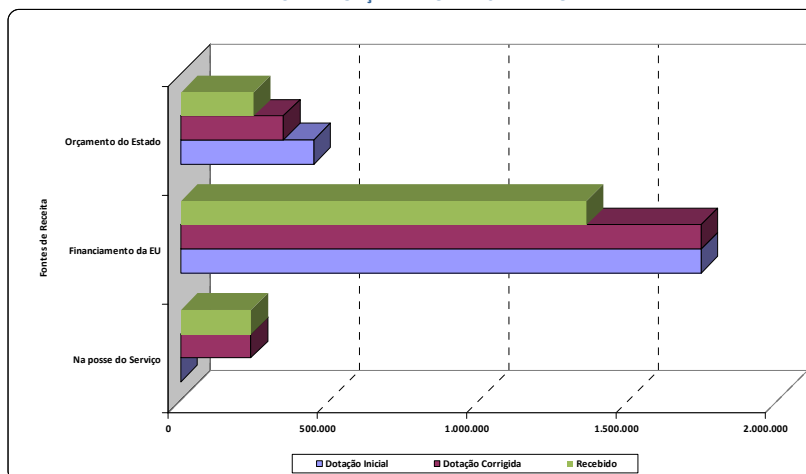
**QUADRO 7**  
**TAXA DE EXECUÇÃO DA RECEITA - ORÇAMENTO INVESTIMENTO**

*(euros)*

GRUPOS RECEITA	Dotação Inicial (1)	Dotação Corrigida (2)	Recebido (3)	Taxa de Execução (4)=(3)/(2)
<b>Orçamento do Estado</b>	<b>446.084</b>	<b>344.556</b>	<b>244.283</b>	<b>70,9%</b>
Transferências Correntes OE	419.830	299.404	228.477	76,3%
Transferências de Capital OE	26.254	45.152	15.806	35,0%
<b>Financiamento da EU</b>	<b>1.741.885</b>	<b>1.741.885</b>	<b>1.357.360</b>	<b>77,9%</b>
Transferências Correntes	1.670.052	1.611.850	1.287.074	79,9%
Transferências de Capital	71.833	130.035	70.286	54,1%
<b>Na posse do Serviço</b>	<b>0</b>	<b>234.594</b>	<b>234.594</b>	<b>100,0%</b>
Saldos Gerência de Anos Anteriores	0	234.594	234.594	100,0%
<b>TOTAL</b>	<b>2.187.969</b>	<b>2.321.035</b>	<b>1.836.237</b>	<b>79,1%</b>

Fonte: SIGO

**GRÁFICO 2**  
**RECEITA – ORÇAMENTO INVESTIMENTO**



Fonte: SIGO

Esta baixa taxa de execução resultou em grande medida da morosidade na obtenção de autorização para assunção de novos compromissos impedindo a realização de algumas despesas, bem como, da aplicação dos cativos e anulação nos termos do Orçamento retificativo de 2013 (F.F.311).

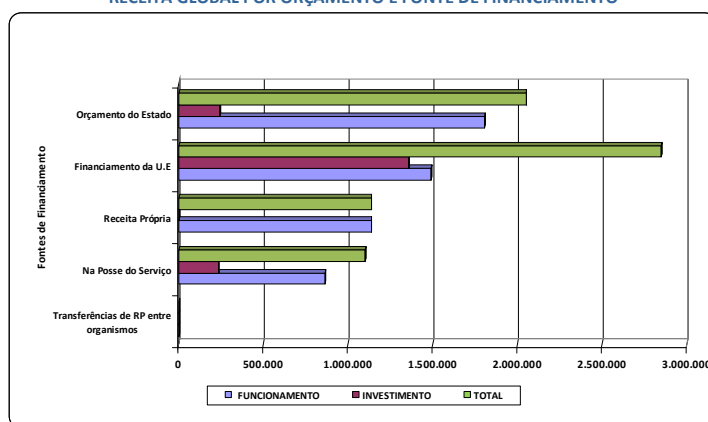
**QUADRO 8**  
**RECEITA GLOBAL POR ORÇAMENTO E FONTE DE FINANCIAMENTO**

*(euros)*

GRUPOS DE RECEITA	FUNCCIONAMENTO	INVESTIMENTO	TOTAL
Transferências de RP entre organismos	0	0	0
Na Posse do Serviço	866.452	234.594	1.101.046
Receita Própria	1.136.360	0	1.136.360
Financiamento da U.E	1.492.609	1.357.360	2.849.969
Orçamento do Estado	1.808.591	244.283	2.052.874
<b>TOTAL</b>	<b>5.304.012</b>	<b>1.836.237</b>	<b>7.140.249</b>

*Fonte: SIGO*

**GRÁFICO 3**  
**RECEITA GLOBAL POR ORÇAMENTO E FONTE DE FINANCIAMENTO**



*Fonte: SIGO*

O orçamento global de receita prevista para 2013 totalizou € 6.414.196 após cativações.

Contabilizaram-se durante o ano € 7.140.249, incluindo este valor o saldo transitado do ano 2012, no montante de € 1.101.046 (saldos globais apurados no valor de € 1.103.492,97 e entregues ao Estado € 2.446,97), alcançando-se assim uma taxa global de execução que ascende a 111,3%.



## A.1.2 – ESTRUTURA DA DESPESA

QUADRO 9  
TAXA DE EXECUÇÃO DA DESPESA - ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO

(euros)

GRUPOS DESPESA	Dotação Inicial (1)	Dotação Corrigida (2)	Valores Pagos (3)	Taxa de Execução (3)=(2)/(1)
<b>01 - Despesas com o Pessoal</b>	<b>2.561.590</b>	<b>2.675.719</b>	<b>2.561.839</b>	<b>95,7%</b>
01.01 - Remunerações Certas e Permanentes	2.165.215	2.179.701	2.082.100	95,5%
01.02 - Abonos Variáveis ou Eventuais	19.901	14.393	12.307	85,5%
01.03 - Segurança Social	376.474	481.625	467.432	97,1%
<b>02 - Aquisições de Bens e Serviços Correntes</b>	<b>298.310</b>	<b>219.196</b>	<b>191.781</b>	<b>87,5%</b>
02.01 - Aquisições de Bens	44.600	29.057	24.976	86,0%
02.02 - Aquisições de Serviços	253.710	190.139	166.805	87,7%
<b>04 - Transferências Correntes</b>	<b>1.321.433</b>	<b>1.321.893</b>	<b>1.217.805</b>	<b>92,1%</b>
04.05 - Serviços e Fundos Autónomos	0	1.216.305	1.216.305	100,0%
04.07 - Instituições em Fins Lucrativos	1.500	1.500	1.500	100,0%
04.08 – Famílias	1.319.933	104.088	0	0,0%
<b>06 - Outras Despesas Correntes</b>	<b>69.734</b>	<b>655</b>	<b>605</b>	<b>0,0%</b>
06.02 – Diversas	69.734	655	605	0,0%
<b>07 - Aquisição de Bens de Capital</b>	<b>246.122</b>	<b>353.076</b>	<b>143.179</b>	<b>40,6%</b>
07.01 – Investimentos	246.122	353.076	143.179	40,6%
<b>TOTAL</b>	<b>4.497.189</b>	<b>4.570.539</b>	<b>4.115.209</b>	<b>90,0%</b>

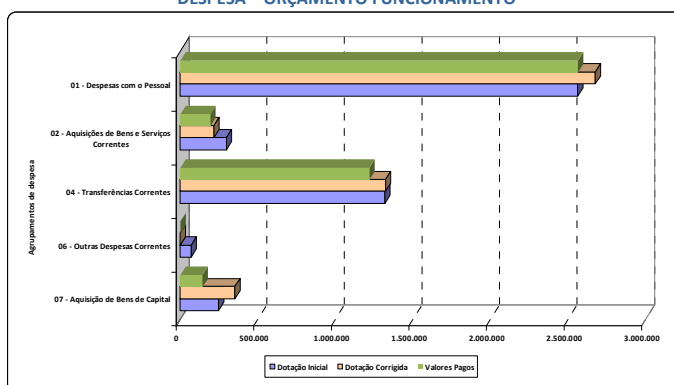
Fonte: SIGO

O Orçamento de Funcionamento na componente despesa apresentou uma taxa de execução de 90%, registando-se assim um desvio de apenas 10% face à dotação corrigida, o que é justificado em grande medida pela taxa de execução (40,6%) do agrupamento de despesa das aquisições de bens de capital, que apresentou um valor inferior às projeções iniciais.

As razões justificativas para este desvio não são a consequência de projeções iniciais erradas, mas sim o resultado do efeito conjugado dos seguintes fatores:

- Insuficiente liquidez associada às receitas próprias, durante o 1º semestre de 2013, condicionou a assunção de novos compromissos;
- Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – grande morosidade no processo de autorização com vista à assunção de compromissos plurianuais (Tutela/Finanças) e a manutenção do nível de fundos disponíveis suficientes para fazer face aos compromissos anteriores e futuros;
- As transferências de RP entre organismos (F.F 540 – € 200.000) no âmbito do PIPITAL (Programa de Investimentos Públicos de Interesse Turístico para o Algarve) correspondente às verbas a transferir para os beneficiários do Programa, não se concretizaram. Recorde-se que estas estavam contabilizadas no agrupamento de despesa 07 – Despesas com Capital.

GRÁFICO 4  
DESPESA – ORÇAMENTO FUNCIONAMENTO



Fonte: SIGO

É visível na representação gráfica do orçamento de funcionamento desta Comissão de Coordenação que 88% da despesa realizada em 2013 se refere a despesas com pessoal, excluindo do total o valor correspondente às transferências no âmbito do FSE (€ 4.115.209 - € 1.216.205).

No que respeita ao agrupamento das despesas com aquisições de bens e serviços realça-se o esforço que continuou a ser feito no sentido da redução deste tipo de despesas.

QUADRO 10  
TAXA DE EXECUÇÃO DA DESPESA - ORÇAMENTO INVESTIMENTO

(euros)

GRUPOS DESPESA	Dotação Inicial (1)	Dotação Corrigida (2)	Valores Pagos (3)	Taxa de Execução (4)=(3)/(2)
<b>01 - Despesas com o Pessoal</b>	<b>788.474</b>	<b>881.083</b>	<b>832.318</b>	<b>94,5%</b>
01.01 - Remunerações Certas e Permanentes	633.397	690.081	674.104	97,7%
01.02 - Abonos Variáveis ou Eventuais	26.886	24.005	7.212	30,0%
01.03 - Segurança Social	128.191	166.997	151.002	90,4%
<b>02 - Aquisições de Bens e Serviços Correntes</b>	<b>1.268.757</b>	<b>1.114.154</b>	<b>509.647</b>	<b>45,7%</b>
02.01 - Aquisições de Bens	103.635	87.895	41.472	47,2%
02.02 - Aquisições de Serviços	1.165.122	1.026.259	468.175	45,6%
<b>04 - Transferências Correntes</b>	<b>21.358</b>	<b>20.177</b>	<b>2.000</b>	<b>0,0%</b>
04.09 - Resto do Mundo	21.358	20.177	2.000	0,0%
<b>06 - Outras Despesas Correntes</b>	<b>11.292</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
06.02 - Diversas	11.292	0	0	0,0%
<b>07 - Aquisição de Bens de Capital</b>	<b>98.088</b>	<b>212.828</b>	<b>181.760</b>	<b>85,4%</b>
07.01 - Investimentos	98.088	212.828	181.760	85,4%
<b>TOTAL</b>	<b>2.187.969</b>	<b>2.228.242</b>	<b>1.525.725</b>	<b>68,5%</b>

Fonte: SIGO

Ao nível do Orçamento de Investimento a taxa global de execução da despesa totalizou 68,5%.

Contribuiu decisivamente para esta taxa a rubrica das despesas com pessoal, que constituíram uma das exceções à regra da assunção de novos compromissos, pelo seu carácter obrigatório e inadiável.

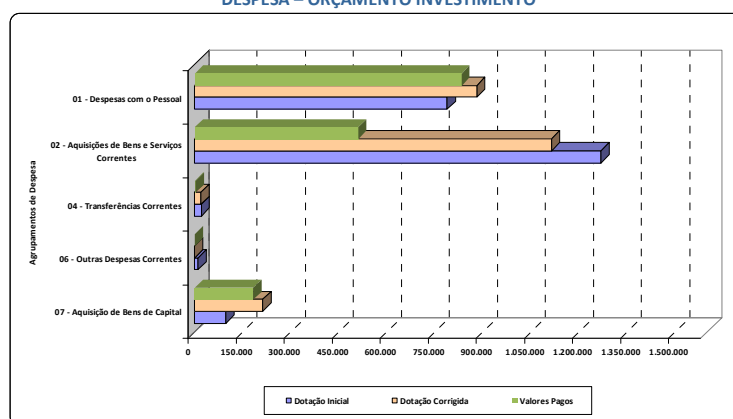
O desvio de 31,5% face às dotações corrigidas expressou antes de mais o investimento que não foi realizado por falta atempada de autorização para a assunção de novos compromissos.

Dos 9 projetos aprovados, 1 não reuniu os requisitos necessários para a submissão de uma candidatura ao QREN, outro só começou a ter execução em dezembro, devido ao grande atraso registado na obtenção de autorização junto da Tutela para a sua inscrição e assunção de compromissos plurianuais, e os restantes ficaram aquém dos objetivos e metas orçamentais fixados para o ano 2013.

Importa sublinhar que tendo em conta as restrições orçamentais a CCDR Algarve tem procurado gerir da melhor forma a realização da despesa em função das dotações orçamentais disponíveis, embora por vezes os morosos procedimentos legais para a realização das aquisições de bens e serviços impeçam a sua execução em tempo útil.

Graficamente são evidentes os desvios entre a dotação corrigida e os valores pagos, sendo de salientar que por cada euro que não se investe de Capitulo 50º ou seja de contrapartida nacional não se recebem € 2,33 de verbas comunitárias.

**GRÁFICO 5**  
**DESPESA – ORÇAMENTO INVESTIMENTO**



Fonte: SIGO

**QUADRO 11**  
**DESPESA GLOBAL POR ORÇAMENTO E AGRUPAMENTO DE DESPESA**

(euros)

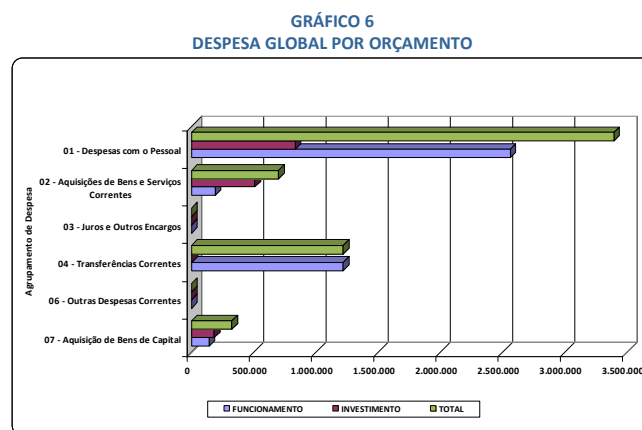
GRUPOS DE DESPESA	FUNCIONAMENTO	INVESTIMENTO	TOTAL
01 - Despesas com o Pessoal	2.561.839	832.318	3.394.157
02 - Aquisições de Bens e Serviços Correntes	191.781	509.647	701.428
03 - Juros e Outros Encargos	0	0	0
04 - Transferências Correntes	1.217.805	2.000	1.219.805
06 - Outras Despesas Correntes	605	0	605
07 - Aquisição de Bens de Capital	143.179	181.760	324.939
<b>TOTAL</b>	<b>4.115.209</b>	<b>1.525.725</b>	<b>5.640.934</b>

Fonte: SIGO

O orçamento corrigido para 2013 previu uma despesa total de € 6.930.544 após cativações (fixados na LEO e DLEO) o que comparado com o valor efetivamente realizado permite concluir que a taxa de execução global totalizou 81%.

Dos saldos transitados para 2013 no montante de € 1.101.046 apenas foram aplicados em despesa € 422.566,61 (€ 308.987,61 em despesas com pessoal e € 113.579 em investimento – Edifícios). O remanescente foi integrado na ótica da receita.

No Gráfico 6 é evidenciado claramente o grande peso das despesas com pessoal, sendo de destacar o particular significado assumido pela componente dos encargos da entidade patronal (ADSE, CGA e SS) no cômputo destas despesas.



Fonte: SIGO

## A.2 – CONTABILIDADE PATRIMONIAL (POC P)

As demonstrações financeiras que instruem a conta de gerência do ano 2013 foram elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos e demais critérios definidos no Plano Oficial de Contabilidade Pública.

### A.2.1 – BALANÇO

**QUADRO 12**  
**COMPOSIÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO 2012-2013**

(euros)

CONTAS	2013	2012
<b>Imobilizado</b>	<b>2.340.130,18 €</b>	<b>2.108.402,16 €</b>
Bens de domínio público	0,00 €	0,00 €
Imobilizações incorpóreas	0,00 €	0,00 €
Imobilizações corpóreas	2.337.630,18 €	2.105.902,16 €
Investimentos financeiros	2.500,00 €	2.500,00 €
<b>Circulante</b>	<b>2.594.300,25 €</b>	<b>1.907.164,17 €</b>
Existências	0,00 €	0,00 €
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo	0,00 €	0,00 €
Dívidas de terceiros - Curto prazo	627.015,85 €	268.912,80 €
Títulos negociáveis	0,00 €	0,00 €
Conta no tesouro, depósitos em instituições Financeiras e caixa	1.945.210,94 €	1.621.055,06 €
Acréscimos e diferimentos	22.073,46 €	17.196,31 €
<b>Total do Ativo</b>	<b>4.934.430,43 €</b>	<b>4.015.566,33 €</b>

Fonte: Balanço

O ativo líquido totalizou no ano 2013 cerca de 4,9 milhões de euros tendo-se registado uma variação positiva de 22,9% de 2012 para 2013. A justificação para esta variação reside fundamentalmente no aumento do ativo circulante em 38% o que é o mesmo que dizer que aumentaram nesta percentagem as dívidas de terceiros (clientes) de curto prazo.

Nos anos em análise a composição do ativo líquido apresentou os seguintes valores percentuais:

<b>Ativo Fixo</b>	2013 -> 47%	2012 -> 53%
<b>Ativo Circulante</b>	2013 -> 53%	2012 -> 48%

Graficamente a composição do ativo líquido relativo a estes anos reflete precisamente esta realidade.

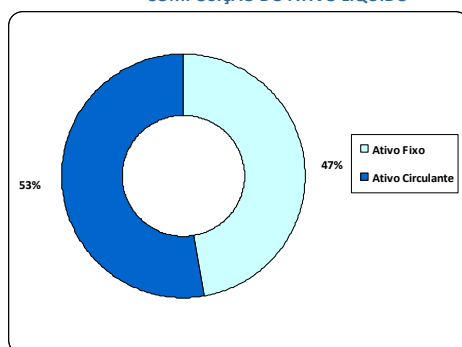
**QUADRO 13**  
**COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DO ATIVO LÍQUIDO**

*(euros)*

Contas	Valor	%
<b>Imobilizado</b>	<b>2.340.130,18 €</b>	<b>47%</b>
Bens de domínio público	0,00 €	
Imobilizações incorpóreas	0,00 €	
Imobilizações corpóreas	2.337.630,18 €	99,9%
Investimentos financeiros	2.500,00 €	0,1%
<b>Circulante</b>	<b>2.594.300,25 €</b>	<b>53%</b>
Existências	0,00 €	
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo	0,00 €	
Dívidas de terceiros - Curto prazo	627.015,85 €	24%
Títulos negociáveis	0,00 €	
Conta no tesouro, depósitos em instituições financeiras e caixa	1.945.210,94 €	75%
Acréscimos e diferimentos	22.073,46 €	1%
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>4.934.430,43 €</b>	<b>100%</b>

Fonte: Balanço

**GRÁFICO 7**  
**COMPOSIÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO**



Fonte: Balanço

Concentrando a análise no ano 2013 conclui-se que as imobilizações corpóreas representaram 99,9% do Ativo Fixo. A justificação para esta elevada percentagem foi a conta Edifícios e Outras Construções que representaram 80% do seu valor.

Por seu turno, o Ativo Circulante totalizou € 2.594.300, sendo constituído por:

- Dívidas de Terceiros de Curto Prazo, que representaram 24% do ativo, dos quais 94% corresponderam a Dívidas de Clientes de Cobrança Duvidosa;
- Disponibilidades, que representaram 75% e se reportam aos saldos existentes nas várias Contas no IGCP – Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública;
- Acréscimos e Diferimentos que refletiram a aplicação do princípio da especialização dos exercícios ao contemplar as estimativas de gastos gerais que serão efetivados no ano 2014.

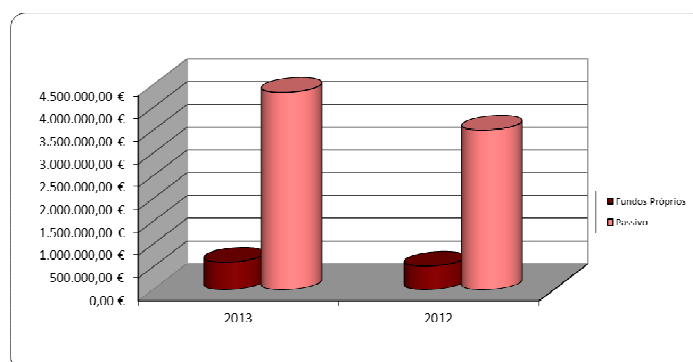
**QUADRO 14**  
**FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO 2012-2013**

(euros)

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	2013	2012
Fundos próprios	308.448,46 €	308.448,46 €
Reservas Transf. Ativos	2.500,00 €	2.500,00 €
Resultados transitados	200.140,27 €	-41.788,70 €
Resultado liquido do exercício	90.932,03 €	244.375,94 €
<b>Subtotal Fundos Próprios</b>	<b>602.020,76 €</b>	<b>513.535,70 €</b>
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo	0,00 €	0,00 €
Dívidas a terceiros - Curto prazo	1.862.785,84 €	1.279.940,23 €
Acréscimos e diferimentos	2.469.623,83 €	2.222.090,40 €
<b>Subtotal Passivo</b>	<b>4.332.409,67 €</b>	<b>3.502.030,63 €</b>
<b>Total Fundos Próprios e Passivo</b>	<b>4.934.430,43 €</b>	<b>4.015.566,33 €</b>

Fonte: Balanço

**GRÁFICO 8**  
**COMPARAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO 2012-2013**



Fonte: Balanço

A composição dos Fundos Próprios e do Passivo apresentaram nos anos em análise os seguintes valores percentuais:

<b>Fundos Próprios</b>	2013 → 12%	2012 → 11%
<b>Passivo</b>	2013 → 88%	2012 → 89%

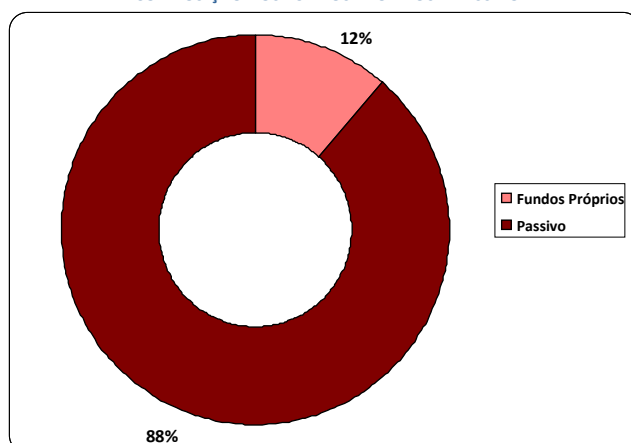
Face às pequenas diferenças percentuais registadas nos dois anos em análise, conclui-se que a estrutura dos Fundos Próprios e Passivo que suporta o Ativo é em tudo muito idêntica.

**QUADRO 15**  
**COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO**  
(euros)

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	2013	%
Fundos próprios	308.448,46 €	51%
Reservas Transf. Ativos	2.500,00 €	0%
Resultados transitados	200.140,27 €	33%
Resultado líquido do exercício	90.932,03 €	15%
<b>Subtotal Fundos Próprios</b>	<b>602.020,76 €</b>	<b>12%</b>
Dívidas a terceiros - Médio e Longo Prazo	0,00 €	0%
Dívidas a terceiros - Curto Prazo	1.862.785,84 €	43%
Acréscimos e Diferimentos	2.469.623,83 €	57%
<b>Subtotal Passivo</b>	<b>4.332.409,67 €</b>	<b>88%</b>
<b>Total Fundos Próprios e Passivo</b>	<b>4.934.430,43 €</b>	<b>100%</b>

Fonte: Balanço

**GRÁFICO 9**  
**COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO**



Fonte: Balanço

No ano 2013 os Fundos Próprios totalizaram € 602.021 e incluíam:

- a Conta de Fundos Próprios ou Património, cujo montante permaneceu inalterado no decurso do período económico findo em 31 de Dezembro de 2013, representando a diferença entre os ativos e passivos.
- a Conta de resultados Transitados que corresponde aos resultados retidos de anos anteriores, ou seja, aos resultados de anos anteriores diminuídos pela parte entregue ao Estado.

Importa referir que nesta rubrica se efetuaram os seguintes movimentos:

- aumento pelo montante do Resultado Líquido do Exercício do ano anterior em € 244.376.
- diminuição no montante de € 2.446,97 em resultado da entrega dos saldos da conta de gerência do ano de 2012 no montante de € 3,77 e de € 2.443,20.

A conta Resultados Líquidos refletiu um valor positivo de € 90.932,03 que será explicado mais adiante quando for analisada a Demonstração de Resultados – componente Custos.

O Passivo no valor de € 4.332.410 era constituído por duas contas:

- Dívidas a Terceiros de Curto Prazo no valor de € 1.862.786 (43% do total do passivo) que incluía entre outras: a Conta de Outros Credores que integra os € 825.789 da Componente Incentivos da TGR que aguarda autorização do MEF para aplicação na despesa; as Contas de Ordem no valor de € 368.223; e € 612.219 a favor das entidades autuantes em função dos valores percentuais legalmente fixados sobre determinadas receitas arrecadadas por esta Comissão de Coordenação; e,
- Acréscimos e Diferimentos, no valor de € 2.469.624 (57% do total do passivo), que em cumprimento com o princípio da especialização, incluíam entre outras: as estimativas com as despesas com pessoal previstas para 2014 (€ 419.673); as estimativas de consumos de fornecimentos e serviços externos em 2013 que apenas serão faturados pelos respetivos fornecedores em 2014 (água, eletricidade, comunicações) no valor de € 5.826 e a contabilização dos subsídios ao investimento que totalizam € 2.038.214.



## A.2.2 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

QUADRO 16  
ESTRUTURA DE PROVEITOS

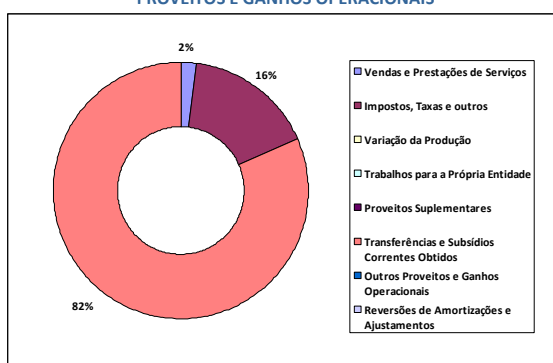
(euros)

PROVEITOS E GANHOS	2013	%	2012	%
<b>Proveitos e Ganhos Operacionais</b>	<b>5.771.477</b>	<b>98%</b>	<b>4.032.123</b>	<b>96%</b>
Vendas e Prestações de Serviços	118.138	2%	111.171	2,6%
Impostos, Taxas e outros	946.002	16,1%	792.343	18,9%
Variação da Produção	0	0,0%	0	0,0%
Trabalhos para a Própria Entidade	0	0,0%	0	0,0%
Proveitos Suplementares	1.875	0,0%	1.044	0,1%
Transferências e Subsídios Correntes Obtidos	4.705.462	79,9%	3.127.566	74,4%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0	0,0%	0	0,0%
Reversões de Amortizações e Ajustamentos	0	0,0%	0	0,0%
<b>Proveitos e Ganhos Financeiros</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
<b>Proveitos e Ganhos Extraordinários</b>	<b>114.802</b>	<b>2%</b>	<b>169.756</b>	<b>4%</b>
<b>Proveitos Totais</b>	<b>5.886.279</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.201.878</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Demonstração Resultados

Assim sendo, verificou-se que em 2013 os Proveitos e Ganhos totalizaram 5,9 milhões de euros sendo constituídos pelos Proveitos e Ganhos Operacionais, que representaram 98% deste valor, e pelos Proveitos e Ganhos Extraordinários que representaram 2% do mesmo valor.

GRÁFICO 10  
PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS



Fonte: Demonstração Resultados

A estrutura dos Proveitos e Ganhos Operacionais alicerçou-se fundamentalmente nas transferências correntes, as quais representaram 80% do total desta conta. Estas incluíram os valores arrecadados no âmbito da Solicitação de Transferências de Fundos associadas aos orçamentos de Funcionamento e de Investimento, tal como as transferências por parte do IFDR referentes à contrapartida nacional do projeto de investimento – Assistência Técnica Global e as transferências de verbas comunitárias resultantes de pedidos de reembolso aprovados pelo PO Algarve 21 e POCTEP.

Com menor expressão surge a Conta Impostos e Taxas, que representa cerca de 16% do total. Os € 946.002 arrecadados correspondem basicamente às receitas provenientes da Componente CCDR da TGR (€ 697.449), que é atualmente a principal fonte de receita própria, a qual registou como já foi atrás referido excepcionalmente um acréscimo de 25% face às projeções efetuadas em sede de elaboração do orçamento para o ano 2013.

No que concerne os Proveitos e Ganhos Extraordinários os mesmos assumiram o valor de € 114.802 correspondendo fundamentalmente à contabilização dos subsídios ao investimento (princípios do acréscimo e do *matching*) afetos aos bens adquiridos com verbas comunitárias, que anualmente são transferidos da respetiva conta de Acréscimos e Diferimentos para esta conta.

Os Custos e Perdas assumiram em 2013 o valor de € 5.795.347 repartidos, respetivamente, pelos Custos e Perdas Operacionais que representaram 99,8% e pelos Custos e Perdas Extraordinárias que representaram apenas 0,2% dos custos totais.

A análise da estrutura dos Custos e Perdas Operacionais permite concluir que cerca de 61% dos custos se reportaram a encargos com pessoal, e cerca de 21% corresponderam na sua maioria às transferências correntes concedidas.

Os Fornecimentos e Serviços Externos representaram cerca de 12% do total dos Custos e Perdas Operacionais. Estes custos abrangeram os gastos gerais inerentes ao funcionamento dos 2 edifícios ocupados pelas unidades orgânicas desta Comissão de Coordenação, assim como os gastos com os trabalhos especializados (ex: serviços de informática) e estudos e projetos. Estes dois últimos representaram 50% do total dos custos com Fornecimentos e Serviços Externos e justificam-se fundamentalmente pela inexistência de efetivos com as valências necessárias, sobretudo, no domínio dos sistemas de informação.

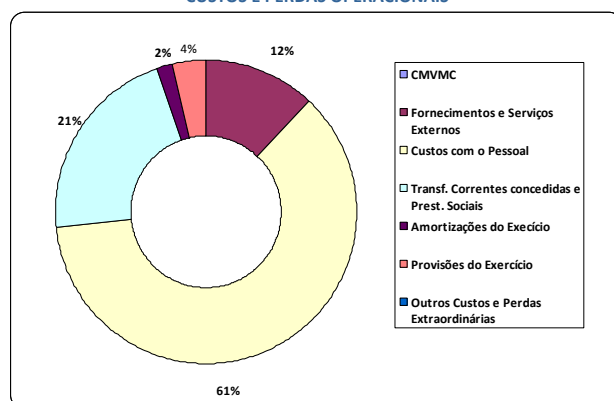
**QUADRO 17**  
**ESTRUTURA DE CUSTOS**

(euros)

CUSTOS E PERDAS	2013	%	2012	%
<b>Custos e Perdas Operacionais</b>	<b>5.783.679</b>	<b>99,8%</b>	<b>3.921.224</b>	<b>99,1%</b>
CMVMC	0	0,0%	0	0,0%
Fornecimentos e Serviços Externos	697.193	12,0%	718.499	18,2%
Custos com o Pessoal	3.551.335	61,3%	2.906.096	73,4%
Transf. Correntes concedidas e Prest. Sociais	1.232.715	21,3%	32.689	0,8%
Amortizações do Exercício	91.460	1,6%	136.181	3,4%
Provisões do Exercício	210.976	3,6%	127.758	3,2%
Outros Custos e Perdas Extraordinárias	0	0,0%	0	0,0%
<b>Custos e Perdas Financeiras</b>	<b>283</b>	<b>0,0%</b>	<b>264</b>	<b>0,0%</b>
<b>Custos e Perdas Extraordinárias</b>	<b>11.384</b>	<b>0,2%</b>	<b>36.015</b>	<b>0,9%</b>
<b>Custos Totais</b>	<b>5.795.347</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.957.502</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Demonstração Resultados

**GRÁFICO 11**  
**CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS**



Fonte: Demonstração Resultados

Importa referir que no cômputo geral os custos com os fornecimentos e serviços externos, resultam de contratos que foram celebrados em anos anteriores. Esta aliás tem sido uma das áreas onde se têm aplicado anualmente medidas adicionais de racionalização de despesa, pelo que já não existe margem para se proceder a novos emagrecimentos contratuais, sob pena de se colocar em causa o normal funcionamento dos serviços.

Por fim, apresentam-se os resultados consolidados do ano 2013.

O resultado líquido apurado foi influenciado pelos valores assumidos em 2013 pelos Proveitos e Ganhos e pelos Custos e Perdas.

No que se refere aos proveitos registou-se um aumento significativo da receita própria associada à TGR, o que naturalmente influenciou os resultados. Quanto aos custos e perdas, pese embora os custos com os fornecimentos e serviços externos tenham diminuído quando comparados com os do ano anterior, pelo motivo anteriormente referido, os custos com pessoal tiveram um acréscimo significativo, em resultado da orçamentação de 14 meses de vencimentos (RCP's) e respetivos encargos da entidade patronal (Circular nº 1371/A da Direção Geral do Orçamento/medidas do Orçamento retificativo para 2013).

**QUADRO 18**  
**COMPOSIÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO**

*(euros)*

RESULTADOS DO EXERCÍCIO	2013	2012
Operacionais	-12.202	110.899
Financeiros	-283	-264
Correntes	-12.486	110.636
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>90.932</b>	<b>244.376</b>

Fonte: Demonstração Resultados

Em conformidade com as Notas Explicativas da Conta Resultados Transitados constantes no Plano Oficial de Contabilidade, propõe-se a transferência do resultado líquido apurado no exercício económico de 2013, no valor de € 90.932, para esta conta.

### A.3 - CONTABILIDADE POR CENTROS DE CUSTO

Desde 2010 que esta CCDR Algarve produz informação relevante de apoio à gestão no que concerne às receitas/despesas por unidade orgânica através da contabilidade por centros de custo. A sua estrutura é composta por tabelas que são atualizadas semestralmente, no sistema integrado de gestão – SINGAP – módulos dos Recursos Humanos e da Gestão Financeira, em função das entradas/saídas de trabalhadores das unidades orgânicas, e por sua vez, o nº de horas mensais que cada trabalhador dispensa na realização de cada uma das funções às mesmas afetas.

Genericamente, a estrutura dos Centros de Custo assenta em dois grandes grupos, Funcionamento e Investimento, correspondentes respetivamente aos orçamentos em execução.

No que se refere à componente do Funcionamento a imputação das receitas/despesas é feita por unidade orgânica, Direção de Serviço, e ainda, dentro de cada unidade pelas diversas funções que decorrem diretamente da missão e atribuições da CCDR Algarve. Neste sentido, no início do ano de 2013, foram revistas/validadas com as diversas Unidades Orgânicas todas as imputações inerentes às funções, de modo a obter o valor mais aproximado do custo efetivo de cada uma das funções, que integram os centros de custo.

Na componente Investimento, muito identificada com os projetos executados anualmente, a imputação das receitas/despesas é efetuada diretamente aos mesmos.

As unidades orgânicas consideradas na estrutura dos centros de custos do funcionamento são as constantes na tabela seguinte:

Unidade Orgânica	Atribuição/Competência
DSOT	Ordenamento do Território
DSA	Ambiente
DSDR	Desenvolvimento Regional
DSAJAL	Apoio Jurídico a Administração Local
SERVIÇOS TRANSVERSAIS	Gestão Financeira Gestão Patrimonial/Expediente Gestão de Recursos Humanos Sistemas de Informação Presidência

O Quadro 19 sintetiza a receita arrecadada e a despesa paga por unidade orgânica e respetivas funções, relativamente à execução orçamental registada durante o ano 2013. Esta informação no que respeita à componente receita, não incluiu os saldos transitados de anos anteriores na posse do Serviço, atrás identificados, pelo que os valores globais aqui apresentados são naturalmente inferiores aos reproduzidos na Contabilidade Orçamental.

Para melhor compreensão da informação constante neste quadro, é importante analisar os Quadros 20 e 21 que identificam a origem da receita arrecadada e a tipologia da despesa realizada por unidade orgânica.

Assim, no que se refere às receitas imputadas a cada unidade orgânica identificaram-se as seguintes:

- receitas gerais provenientes do OE – imputação da receita a cada unidade orgânica em função do nº de trabalhadores que está afeto;
- receitas próprias – receitas imputadas a cada unidade orgânica em função do disposto nos diplomas legais que estabelecem os valores a cobrar e a sua repartição por 3<sup>as</sup> entidades, quando aplicável.

De referir que determinadas unidades orgânicas pelas funções que desenvolvem não são “geradoras” de receita, como é o caso dos serviços transversais que englobam as atribuições/competências da gestão financeira, patrimonial e dos recursos humanos, os sistemas de informação e a Presidência. Nestes casos, as receitas imputadas correspondem, em regra, às receitas provenientes do Orçamento de Estado – Solicitação de Transferências de Fundos (exclusivamente aplicados em despesas com pessoal) e às receitas comunitárias, provenientes de reembolsos FEDER (despesas cofinanciadas por fundos comunitários e por convenções assinadas com a Comissão Europeia relativas a projetos especiais – *Europe Direct* e *Entreprise Europe Network*).

**QUADRO 19**  
**RECEITA/DESPESA POR CENTRO DE CUSTO**

Unidade Orgânica		C.C. Final (movimentável)	RECEITA		DESPESA		RESULTADO LIQUIDO				
			Valor por função (Cobrado)	Valor por Un. Orgânica	Valor por função (Pago)	Valor por Un. Orgânica	Valor por função	Valor por Un. Orgânica			
DSOT	1. Monitorização do PROT; NDT e NDE(1)		MONIT	8.263		11.191		-2.928			
	2. Acompanhamento IGT e AAE (2)		IGT / AAE	137.038		158.755		-21.717			
	3. SIRJUE e outros processos (3)		SIRJUE	20.726		38.142		-17.417			
	4. REN E RAN		REN / RAN	61234	407.449	184.709	560.082		-33.475	-152.633	
	5. AIA E AincA (4)		AIA	12.327		14.755		-2.429			
	6. Projectos e outras funções		PROJ	77.862		152.529		-74.667			
DSA	1. Avaliação de Impacte Ambiental		AVAL	78.420		133.087		-54.967			
	2. Licenciam. e Gestão de Resíduos		LICENÇ	1103.298		94.107		1009.891			
	3. Rede de Qualidade do Ar e Emissões		QUAL. AR	41.800		71.157		-29.977			
	4. Extração Mineral		EXT MIN	34.599	1.303.776	67.126	385.103		-32.527	918.673	
	5. Ruído		RUIDO	24.598		13.686		10.912			
	6. Acomp. AAE / IGT		AAE / IGT	22.062		5.941		16.121			
DSDR	1. Cooperação		COOP	180.786		139.854		40.931			
	2. Estudos Regionais		EST. REG	82.631		164.281		-81.650			
	3. Plan. e acompanh. de prog. comunitários		PLAN	37.252		72.716		-35.465			
	4. Informação Europeia (Empresas)		IEE	148.974	519.303	96.833	526.872		52.471	-7.569	
	5. Informação Europeia (Cidadãos)		IEC	59.851		44.619		15.231			
	6. Promoção Regional		PROM	9.809		8.568		1.241			
DSAJAL	1. Finanças Locais		FIN. LOC	20.590		49.662		-29.072			
	2. Programa Equip. Urbanos, Utilização Colectiva e Coop. Técnica e Financeira		PEUUCCTF	28.853		54.882		-26.029			
	3. Balanço Social das Autarquias		BAL. SOC	8.263		18.508		-10.244			
	4. Processos de Contra-ordenação		CONTR	86.928	163.677	126.714	323.937		-39.786	-160.259	
	5. Elaboração Pareceres Jurídicos e Contencioso		PAREC	12.327		26.227		-13.900			
	6. Vigilância e Controlo		VIG./ CONTROL	6.717		47.945		-41.228			
SERV. TRANSV.	DSCGAF	1. Gestão Financeira		FINANC	310.482		270.277		40.205		
		2. Gestão Patrimonial/ Expediente		PATRIM	216.385	666.802	329.228	849.733		-13.843	-182.932
		3. Gestão de Recursos Humanos		RH	140.935		250.229		-109.294		
	DSI	DSI		DSI	41.800	41.180	109.119	109.119		-67.939	-67.939
PRES	Presidência		PRES	119.068	119.068	144.057	144.057		-24.989	-24.989	
<b>Total</b>				<b>3.221.255</b>	<b>3.221.255</b>	<b>2.898.903</b>	<b>2.898.903</b>	<b>322.352</b>	<b>322.352</b>		

Fonte: Balançetes da Receita - SINGAP

**QUADRO 20**  
**FONTES DE RECEITA POR CENTRO DE CUSTO**

(euros)

Unidade orgânica						
Designação das receitas	DSA	DSAJAL	DSDR	DSOT	SERV. TRANS.	TOTAL
<b>Taxas, multas e outras penalidades</b>	1.021.765	20.551	0	0	2.800	<b>1.045.116</b>
<b>Transferências correntes</b>	225.517	143.126	519.303	375.461	821.488	<b>2.084.895</b>
<b>Venda de bens e serviços</b>	56.494	0	0	31.988	2.128	<b>90.611</b>
<b>Outras receitas correntes</b>	0	0	0	0	0	<b>0</b>
<b>Reposições não abatidas nos pagamentos</b>	0	0	0	0	633	<b>633</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>1.303.776</b>	<b>163.677</b>	<b>519.303</b>	<b>407.449</b>	<b>827.049</b>	<b>3.221.255</b>

Fonte: Balançetes da Receita - SINGAP

As receitas arrecadadas em 2013 totalizaram € 3.221.255, o que representou uma percentagem de execução na ordem dos 108% face ao valor orçamentado inicial (€ 2.977.256), expurgando como foi referido, as transferências correntes relativas à recuperação de restituições e reembolsos de despesa executada pelos beneficiários IGFSE no montante de € 1.319.933; e as transferências no montante de € 200.000 correspondente às verbas a transferir para os beneficiários do programa PIPITAL – Programa de Investimentos Públicos de Interesse Turístico do Algarve.

Efetuando a análise mais em detalhe à componente da receita arrecadada conclui-se que o agrupamento das transferências correntes assumiu maior expressão, no cômputo global da receita arrecadada, representando cerca de 65% do valor total, das quais 57% se reportaram às transferências de receitas gerais do Orçamento de Estado e os restantes 8% às transferências comunitárias.

Segue-se em termos de maior representatividade na receita arrecadada a proveniente da TGR que representou 32% do total, o que permite evidenciar à semelhança dos anos anteriores a forte dependência que estes serviços têm relativamente a uma fonte de receita sazonal e com tendência para diminuir face ao decréscimo do volume de resíduos produzidos sujeitos a taxa.

Concentrando agora a análise na receita arrecadada por unidade orgânica, conclui-se que a Direção de Serviços do Ambiente (DSA) foi o centro de custos com mais receita arrecadada, representando 40% do total cobrado. Este valor justifica-se pelo fato de se ter convencionado, aquando da definição da estrutura dos centros de custo, que a receita da TGR pela sua natureza estaria associada a esta unidade orgânica.

**QUADRO 21**  
**DESPESA POR UNIDADE ORGÂNICA**

(euros)

<b>Unidades Orgânicas</b>						
<b>Designação</b>	<b>DSA</b>	<b>DSAJAL</b>	<b>DSDR</b>	<b>DSOT</b>	<b>SERV. TRANS.</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Despesas com Pessoal</b>	348.676	298.988	476.585	509.273	928.317	<b>2.561.839</b>
<b>Aquisição de Bens e Serviços</b>	22.329	12.294	29.074	28.487	99.597	<b>191.781</b>
<b>Transferências Correntes</b>	0	0	66	0	2.038	<b>2.105</b>
<b>Aquisição de Bens de Capital</b>	14.098	12.655	21.147	22.321	72.958	<b>143.179</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>385.103</b>	<b>323.937</b>	<b>526.872</b>	<b>560.081</b>	<b>1.102.910</b>	<b>2.898.903</b>

*Fonte: Balancetes da Despesa - SINGAP*

Quanto às despesas, está definido o seguinte critério de imputação:

- despesas gerais – imputação a cada unidade orgânica em função do nº de trabalhadores que está afeto;
- despesas gerais específicas por edifício/unidade orgânica/função – imputação às unidades orgânicas/funções a que respeitam.

As despesas realizadas e pagas em 2013 totalizaram € 2.898.903, representando uma percentagem de execução na ordem dos 99,5% face ao valor orçamentado.

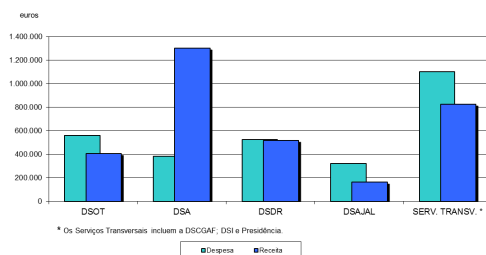
Numa análise por grandes agrupamentos de despesa conclui-se que as despesas com pessoal representaram 88% do total do orçamento executado. Por sua vez, o agrupamento aquisição de bens e serviços registou uma taxa de execução na ordem dos 6,6%, evidenciando uma diminuição de 16,3% relativamente ao ano transato.

Relativamente à despesa por unidade orgânica, a que teve maior expressão na execução global foi sem sombra de dúvida a dos Serviços Transversais, sendo responsável pelo maior volume de despesa em todos os agrupamentos de classificação económica, pelo facto de ser esta a unidade orgânica que integra o maior número de trabalhadores em funções na CCDR Algarve, conforme espelhado na tabela das unidades orgânicas atrás referida.

Procedendo à análise comparativa entre a receita e despesa afetas a cada unidade orgânica, conclui-se que excetuando a DSA, que gerou um resultado líquido positivo, as restantes unidades orgânicas apresentaram um resultado negativo, que naturalmente foi compensado pelos excedentes do Ambiente. O Gráfico 12 a seguir apresentado evidencia claramente esta realidade.

Para remate da análise dos centros de custo resta proceder à identificação das funções que no geral, e em particular em cada unidade orgânica, representaram maior custo ponderado naturalmente pelo nº de horas/trabalhador. O Quadro 19 permite retirar conclusões interessantes e de grande importância para a gestão dos serviços.

**GRÁFICO 12**  
**RECEITA/DESPESA POR CENTRO DE CUSTO**



Fonte: Balancetes da Despesa - SINGAP

Relativamente ao Orçamento de Investimento cada projeto aprovado no âmbito do PO Algarve21 e POCTEP tem correspondência com um centro de custo com a mesma designação.

**QUADRO 22**  
**RECEITA/DESPESA POR CENTRO DE CUSTO**

Prog./Medida	Centro de Custo (Projeto)	Cód. Proj.	RECEITA		DESPESA		RESULTADO LIQUIDO	
			Valor por Centro de Custo (COBRADO)	Valor por Prog./Medida	Valor por Centro de Custo (PAGO)	Valor por Prog./Medida	Valor por Centro de Custo	Valor por Prog./Medida
P10 M003	Cooperação Territorial Europeia - Vert. Transnacional	6652	15.841	43.683	4.402	22.745	11.439	20.938
	Cooperação Territorial Europeia - Vert. Transfronteiriça	6662	27.842		18.343		9.499	
P10 M031	Gestão Territorial - Algarve	6167	77.788	155.962	68.727	122.333	9.062	33.630
	Promoção e Capacitação - Articular para Intervir	7069	78.174		53.606		24.568	
P10 M033	Controlo da Qualidade do Ar no Algarve	6678	131.237	131.237	110.495	110.495	20.741	20.741
P10 M051	Eficiência Energética	8821	0	0	0	0	0	0
P10 M063	Assistência Técnica Global do Programa Operacional do Algarve	6302	1.445.819	1.505.355	1.224.377	1.270.153	221.442	235.202
	Assistência Técnica da Cooperação Territorial	6664	18.740		10.538		8.202	
	Estratégia Regional para o Algarve	9114	40.796		35.238		5.558	
<b>Total</b>			<b>1.836.237</b>	<b>1.836.237</b>	<b>1.525.726</b>	<b>1.525.726</b>	<b>310.511</b>	<b>310.511</b>

Fonte: Balancetes da Despesa - SINGAP

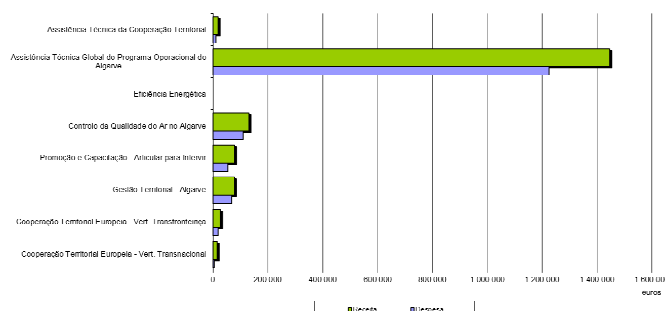
O Quadro 22 evidencia a receita cobrada acumulada, discriminada por centros de custo (projetos) no montante total de € 1.836.237, sendo o centro de custo afeto ao projeto - Assistência Técnica do PO Algarve, o que apresentou a maior taxa de receita cobrada, a qual ascendeu a 79%. Todos os outros ficaram muito aquém das previsões orçamentadas.

Relativamente à despesa, o centro de custo com maior execução foi igualmente o da Assistência Técnica do PO Algarve 21, representando cerca de 80% da execução global do orçamento de Investimento. O maior encargo foi de longe, o que diz respeito às despesas com pessoal, com um peso de 54,5% no total das despesas realizadas.

O Gráfico 13 evidencia o resultado líquido alcançado em cada projeto, sendo de salientar que, em regra, os mesmos foram positivos com exceção dos projetos na área da Cooperação em que foi necessário utilizar a liquidez gerada pelos saldos transitados para assegurar os compromissos assumidos.



GRÁFICO 13  
RECEITA-DESPESA POR CENTRO DE CUSTO



Fonte: Balançetes da Despesa – SINGAP

### II.3.2 – APRECIACÃO POR PARTE DOS UTILIZADORES DA QUANTIDADE E QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Tendo presente as prioridades definidas superiormente e a escassez de trabalhadores disponíveis, não foi possível realizar inquéritos/questionários, pese embora tivesse sido definido esse objectivo na unidade orgânica dos Recursos Humanos.

A qualidade dos serviços prestados pela *Enterprise Europe Network*, estrutura acolhida pela CCDR, foi aferida mediante questionário de satisfação enviado aos seus clientes (utilizando a seguinte escala: 1-fraco, 2-médio, 3-bom, 4-muito bom) tendo o somatório do bom+muito bom obtido os seguintes valores:

- Organização de eventos (seminários, workshops, formação, reuniões, etc.): 90%
- Cooperação Empresarial (pesquisa de parceiros de negócios ou tecnológicos europeus, participação em encontros, feiras ou missões empresariais, etc.): 82%
- Resposta a questões (sobre matérias europeias de âmbito empresarial como regulamentação, fiscalidade, programas comunitários, etc.): 96%
- Serviços especializados (assistência personalizada sobre inovação, internacionalização, financiamentos europeus, etc.): 73%
- Serviços de alerta (emails informativos sobre financiamentos comunitários, mercado europeu, temáticas empresariais, etc.): 69%
- Conteúdos informativos (nos websites [www.ccdr-alg.pt](http://www.ccdr-alg.pt) e [www.enterpriseeuropenetwork.pt](http://www.enterpriseeuropenetwork.pt)): 86%

### ***II.3.3 – AVALIAÇÃO DOS SISTEMAS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO INTERNO***

#### ***II.3.3.1 – AÇÕES DE AUDITORIA EXTERNA***

Em outubro de 2013 a CCDR Algarve foi objeto de auditoria à implementação das recomendações efetuadas às Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional relativamente à receita cometida ao Fundo de Intervenção Ambiental, na sequência da auditoria temática realizada em 2011 (Processo nº AA/0000019/11).

A auditoria temática realizada anteriormente consistiu na avaliação dos sistemas e procedimentos de gestão e controlo interno das receitas provenientes da cobrança de contraordenações ambientais e na verificação e quantificação dos valores remetidos ao Fundo de Intervenção Ambiental, referentes aos anos 2008, 2009 e 2010, nos termos do nº 5 do artigo 58º da lei do Enquadramento Orçamental, aferindo a sua adequação e operacionalidade, bem como a apresentação de recomendações face a eventuais fragilidades assinaladas.

Das 8 recomendações efetuadas à data foram consideradas acolhidas 5, parcialmente 1 e não acolhidas 2. Em sede de contraditório foram apresentados os desenvolvimentos efetuados com vista à implementação das recomendações assinaladas como não cumpridas e o compromisso assumido na melhoria contínua dos serviços.

A esta data ainda não foi ainda rececionado o relatório final após o contraditório.

De realçar ainda que no âmbito das sucessivas auditorias que foram realizadas aos projetos cofinanciados pelo PO Regional em que a CCDR é beneficiária, não foram identificadas deficiências nos procedimentos internos associados às várias áreas transversais.

### ***II.3.4 – ANÁLISE DAS CAUSAS DE INCUMPRIMENTO DE AÇÕES OU PROJETOS NÃO EXECUTADOS OU COM RESULTADOS INSUFICIENTES***

Face ao descrito anteriormente, não existe qualquer informação a reportar neste ponto.

### ***II.3.5 – DESENVOLVIMENTO DE MEDIDAS PARA REFORÇO POSITIVO DO DESEMPENHO***

Nos termos da alínea d) do nº 2 do artigo 15º da Lei nº 66-B/2007 de 28 de dezembro, a autoavaliação deve ser acompanhada de informação relativa às medidas que foram tomadas para o reforço positivo do desempenho. As principais medidas tomadas durante o ano foram sumariamente as seguintes:

- 1) Monitorização trimestral do QUAR envolvendo os dirigentes superiores e intermédios no sentido de avaliar a existência de possíveis desvios e identificar soluções;

- 2) Realização regular de reuniões de chefias com o objetivo de monitorizar o sistema de avaliação, na perspetiva dos objetivos definidos no QUAR e nas unidades orgânicas.
- 3) Articulação com a entidade coordenadora do MAMAOT – Gabinete de Planeamento e Políticas – responsável pela monitorização e avaliação de desempenho no âmbito do SIADAP 1 – com o objectivo de melhorar os procedimentos inerentes à elaboração e reporting do QUAR.
- 4) Dinamização da participação dos dirigentes e trabalhadores em seminários, workshops e ações de formação promovidas por entidades externas;

### ***II.3.6 – COMPARAÇÃO COM O DESEMPENHO DE SERVIÇOS IDÊNTICOS NO PLANO NACIONAL E INTERNACIONAL***

A CCDR Algarve integra uma unidade homogénea juntamente com as demais Comissões de Coordenação, em conformidade com o estipulado no artigo 16º da Lei nº 66-B/2007 de 28 de Dezembro.

Tendo presente que no quadro dessa unidade homogénea foram definidos e posteriormente monitorizados os indicadores de desempenho que permitem a comparabilidade com os restantes serviços que integram a mesma unidade homogénea que a CCDR Algarve, é possível proceder no plano nacional à comparação de desempenho dos serviços que integram esta unidade homogénea.

Para além do contributo prestado ao trabalho desta unidade homogénea, esta CCDR não dispõe de informação adicional sobre este item do relatório.

### ***II.3.7 – AUDIÇÃO DE DIRIGENTES E DEMAIS TRABALHADORES NA AUTOAVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS***

Durante o ano 2013 a audição dos dirigentes sobre a autoavaliação foi realizada nas reuniões de chefias e na monitorização trimestral do QUAR.

### III – SÍNTESE DO BALANÇO SOCIAL

Para melhor compreensão da informação fornecida por este instrumento de gestão, na medida em que permite avaliar o desempenho social e o desenvolvimento do capital humano das organizações, procede-se de seguida à caracterização dos trabalhadores ao serviço na CCDR durante o ano 2013 comparando sempre que se justifique a sua evolução relativamente aos dois últimos anos.

#### a) TRABALHADORES SEGUNDO A MODALIDADE DE VINCULAÇÃO

Conforme consta no Balanço Social da CCDR Algarve referente ao ano 2013 a 31 de dezembro contabilizavam-se 111 efetivos.

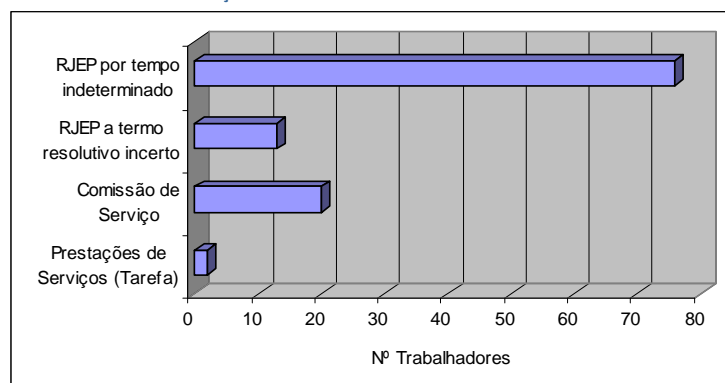
Dos 111 trabalhadores em efetividade de funções, cerca de 68% estavam em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, 12% com contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto (efetivos afetos à estrutura de missão do Programa Operacional Algarve 21) e 18% em comissão de serviço. O remanescente, 2%, correspondia aos contratos de tarefa.

QUADRO 23  
DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES SEGUNDO O VÍNCULO

MODALIDADE DE VÍNCULO	Nº TRAB.	%
Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado	76	68%
Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo resolutivo incerto (Estrutura de Apoio Técnico PO Algarve 21)	13	12%
Comissão de Serviço no âmbito da LVCR	20	18%
Outros (Prestações de Serviços)	2	2%
<b>TOTAL</b>	<b>111</b>	<b>100%</b>

Fonte: Balanço Social 2013

GRÁFICO 14  
DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES SEGUNDO O VÍNCULO



Fonte: Balanço Social 2013

A evolução do número de trabalhadores da CCDR Algarve nos últimos três anos, contabilizando apenas os trabalhadores com Relação Jurídica de Emprego Público, foi a seguinte:

2011	2012	2013
111	113	109

Esta evolução está alinhada com o emagrecimento que em geral se tem vindo a operar na estrutura dos recursos humanos da Administração Pública.

Importa ter presente que a lista nominativa de transição elaborada no início do ano 2009 nos termos do estabelecido no nº 3 do artigo 109º da Lei nº12-A/2008, 27 de fevereiro, elencou todos os trabalhadores da CCDR Algarve, ao serviço e fora do serviço, segundo o seu vínculo de origem, tendo-lhes sido associada a nova modalidade de vinculação e respetiva categoria, assim como a posição remuneratória e o nível correspondentes.

Os trabalhadores estavam, em regra, no regime de nomeação definitiva, passando então a estar abrangidos pelo regime de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado. Os trabalhadores afetos à estrutura de missão do Programa Operacional transitaram, em função do carácter temporário das suas funções, para o regime de contrato de trabalho em funções públicas, a termo resolutivo incerto.

#### **b) TRABALHADORES POR GRUPO/CARGO/CARREIRA**

Em função da informação a seguir apresentada constata-se que das carreiras que compõem o Mapa de Pessoal da CCDR Algarve, a que apresenta o maior nº de trabalhadores é a de técnico superior (48), seguida da de assistente técnico (30) e de assistente operacional (9).

Em 2013 a **Taxa de Tecnicidade** (em sentido restrito - nº técnicos superiores \* 100 / total de recursos humanos) atingiu os 44%, valor muito semelhante ao verificado nos três últimos anos.

Em sentido mais amplo, se adicionarmos os técnicos superiores da área da informática e os dirigentes intermédios obtêm-se o valor de 59% na Taxa de Tecnicidade.

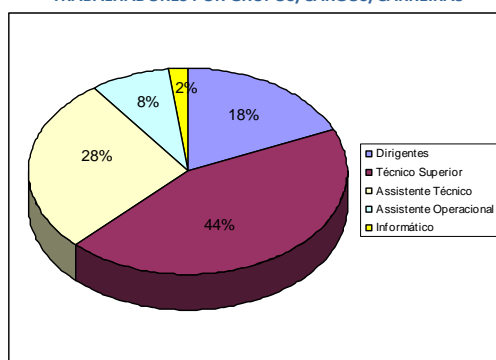
A **Taxa de Enquadramento** (nº dirigentes \* 100 / total de recursos humanos) situou-se nos 18,3%, valor ligeiramente superior ao registado nos dois últimos anos, em virtude das saídas ocorridas noutros grupos de pessoal, enquanto que o grupo de pessoal dirigente se manteve inalterado.

**QUADRO 24**  
**TRABALHADORES POR GRUPOS/CARGOS/CARREIRAS**

GRUPOS PROFISSIONAIS	Nº DE TRABALHADORES
Dirigentes	20
Técnico Superior	48
Assistente Técnico	30
Assistente Operacional	9
Informático	2
Outros (Prestações de Serviços)	2
<b>TOTAL</b>	<b>111</b>

Fonte: Balanço Social 2013

**GRÁFICO 15**  
**TRABALHADORES POR GRUPOS/CARGOS/CARREIRAS**



Fonte: Balanço Social 2013

### c) TRABALHADORES SEGUNDO O GÉNERO E GRUPO DE PESSOAL

Relativamente à distribuição global do pessoal efetivo por género em 2013, verificamos que é notória a predominância de trabalhadores do sexo feminino, à semelhança aliás dos dois últimos anos. A estes valores está associada uma Taxa de Feminização de 66%.

É no grupo de pessoal Assistente Técnico que se verifica a maior concentração de efetivos femininos, com cerca de 87% de trabalhadores.

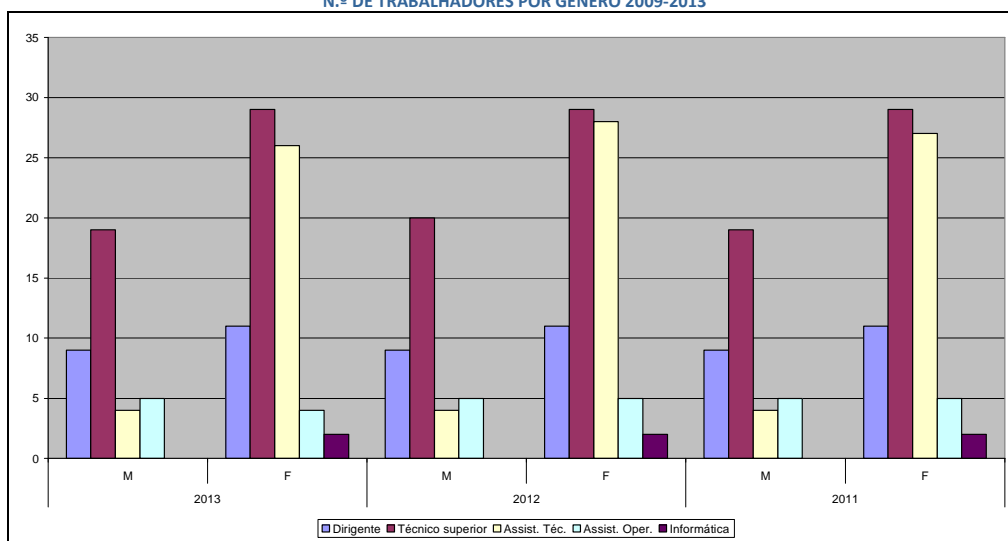
**QUADRO 25**  
**N.º DE TRABALHADORES POR GÉNERO**

GÉNERO / GRUPO	MASC.	FEM.	TOTAIS	% MASC.	% FEM.
Dirigente	9	11	20	45%	55%
Técnico superior	19	29	48	40%	60%
Assistente técnico	4	26	30	13%	87%
Assistente operacional	5	4	9	56%	44%
Informática	0	2	2	0%	100%
<b>TOTAL</b>	<b>37</b>	<b>72</b>	<b>109</b>	<b>34%</b>	<b>66%</b>

Fonte: Balanço Social 2013

Aliás, com exceção da carreira dos Assistentes Operacionais, existe uma maior predominância de elementos do sexo feminino nas outras carreiras/cargos.

GRÁFICO 16  
N.º DE TRABALHADORES POR GÉNERO 2009-2013



Fonte: Balanço Social 2009 – 2013

#### d) TRABALHADORES POR ESCALÃO ETÁRIOO

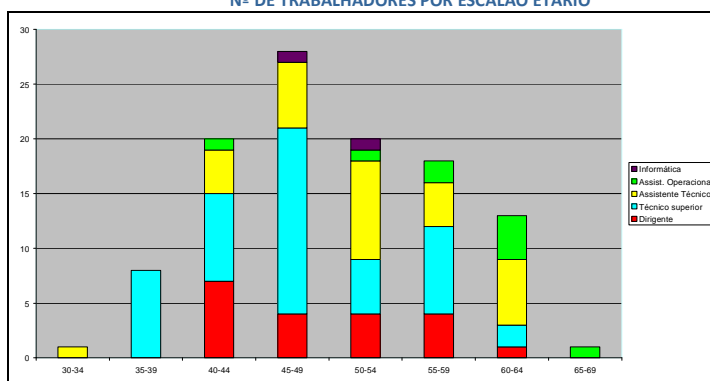
À data de 31 de Dezembro de 2013 as faixas etárias que registavam maior número trabalhadores correspondiam aos intervalos de (40-44), (45-49) e (50-54) anos, concentrando estes 62% dos trabalhadores da CCDR Algarve, como pode verificar-se pelo quadro e gráfico seguintes.

QUADRO 26  
N.º DE TRABALHADORES POR ESCALÃO ETÁRIOO

GRUPOS /IDADES	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	TOTAL
Dirigente	0	0	7	4	4	4	0	0	20
Técnico superior	0	8	8	17	5	8	2	0	48
Assistente técnico	1	0	4	6	9	4	6	0	30
Assistente operacional	0	0	1	0	1	2	4	1	9
Informática	0	0	0	1	1	0	0	0	2
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>8</b>	<b>20</b>	<b>28</b>	<b>20</b>	<b>18</b>	<b>13</b>	<b>1</b>	<b>109</b>

Fonte: Balanço Social 2013

GRÁFICO 17  
Nº DE TRABALHADORES POR ESCALÃO ETÁRIO



Fonte: Balanço Social 2013

A percentagem dos trabalhadores com idade inferior a 40 anos totalizava cerca de 8%.

No que se refere aos trabalhadores jovens, a CCDR Algarve não dispunha de qualquer trabalhador nos escalões abaixo dos 29 anos. O trabalhador mais jovem era uma Assistente Técnica que estava enquadrada no escalão etário imediatamente seguinte, entre os (30-34) anos.

No escalão seguinte (45-49) anos concentravam-se 26% dos efetivos.

Apenas 13 trabalhadores se situavam no escalão etário (60-64) anos e 1 trabalhador no escalão seguinte, (65-69) anos.

A **Idade Média** (somatório das idades / total dos efetivos) dos trabalhadores da CCDR Algarve era de 48 anos.

O **Leque Etário** que é obtido pela diferença de idades entre o trabalhador mais idoso e o trabalhador menos idoso foi de 32 anos em 2013, o que representa o valor mais baixo dos últimos anos.

Ao nível da **Taxa de Envelhecimento** (nº de trabalhadores com idade igual superior a 55 anos \* 100 / total trabalhadores), nos últimos 3 anos registaram-se os seguintes valores:

2011	2012	2013
27,03	29,2	29,3

A evolução desta taxa está de acordo com o expectável, face à inexistência de novas admissões de trabalhadores nos últimos anos.

#### e) TRABALHADORES POR NÍVEL DE ANTIGUIDADE

Ao nível da antiguidade, verificava-se a seguinte distribuição de trabalhadores por grupo de pessoal:

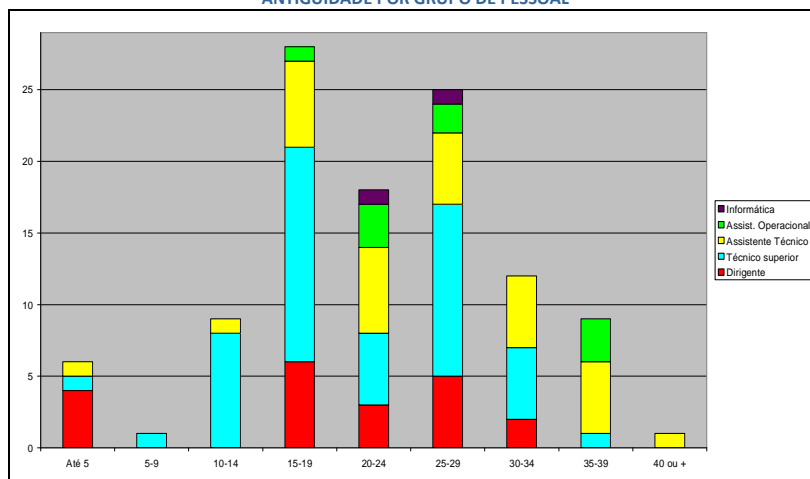


**QUADRO 27**  
**ANTIGUIDADE POR GRUPO DE PESSOAL**

GRUPO/ANOS	Até 5	5-9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40 ou +	TOTAL
Dirigente	4	0	0	6	3	5	2	0	0	20
Técnico superior	1	1	8	15	5	12	5	1	0	48
Assistente técnico	1	0	1	6	6	5	5	5	1	30
Assistente operacional	0	0	0	1	3	2	0	3	0	9
Informática	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>9</b>	<b>28</b>	<b>18</b>	<b>25</b>	<b>12</b>	<b>9</b>	<b>1</b>	<b>109</b>

Fonte: Balanço Social 2013

**GRÁFICO 18**  
**ANTIGUIDADE POR GRUPO DE PESSOAL**



Fonte: Balanço Social 2013

Distinguiam-se como classes com maior frequência absoluta a dos (15-19) anos e a dos (25-29) anos, representando 49% do total dos trabalhadores da CCDR Algarve.

Adicionando a estas classes a referente aos (20-24) anos conclui-se que 65% dos trabalhadores da CCDR Algarve tinham uma antiguidade compreendida entre os 15 e os 29 anos, o que revela o claro compromisso assumido pelos trabalhadores de carreira na AP.

Na realidade na CCDR Algarve o **Nível Médio de Antiguidade**, obtido a partir da soma das antiguidades dividida pelo nº de trabalhadores era de 22 anos.

#### **f) TRABALHADORES SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE**

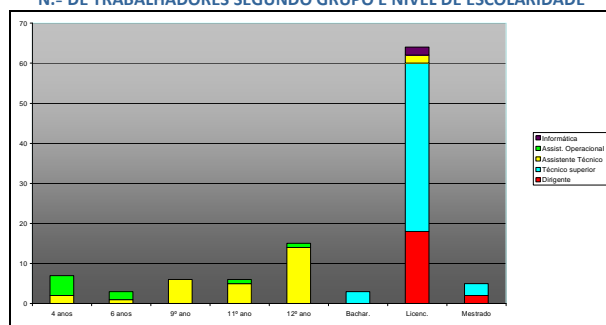
No que respeita às habilitações literárias, os trabalhadores da CCDR Algarve em 2013, encontravam-se assim distribuídos:

**QUADRO 28**  
**N.º DE TRABALHADORES SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE**

GRUPO/ESCOLARIDADE	4 Anos	6 Anos	9º Ano	11º Ano	12º Ano	Bachar.	Licenc.	Mestrado	TOTAL
Dirigente	0	0	0	0	0	0	18	2	20
Técnico superior	0	0	0	0	0	3	42	3	48
Assistente Técnico	2	1	6	5	14	0	2	0	30
Assist. Operacional	5	2	0	1	1	0	0	0	9
Informática	0	0	0	0	0	0	2	0	2
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>15</b>	<b>3</b>	<b>64</b>	<b>5</b>	<b>109</b>

Fonte: Balanço Social 2013

**GRÁFICO 19**  
**N.º DE TRABALHADORES SEGUNDO GRUPO E NÍVEL DE ESCOLARIDADE**



Fonte: Balanço Social 2013

A licenciatura era o grau académico mais representativo. Com efeito, no universo de todos os grupos, possuíam licenciatura cerca de 59% dos trabalhadores.

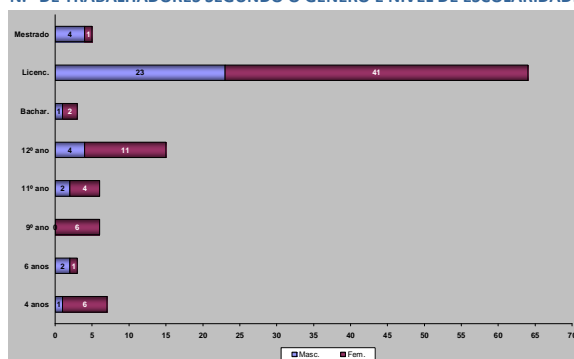
As licenciaturas mais representativas eram por ordem decrescente as seguintes: áreas de Gestão e Economia – 33%; área da Arquitetura – 13% e as áreas das Engenharias Ambiental e Construção Civil com uma representatividade idêntica de 7%.

A parcela relativa ao nível de escolaridade correspondente ao 12º ano, apresentava-se como a segunda mais significativa, correspondendo a 14% do total.

Os graus de ensino superior detidos pelos trabalhadores da CCDR Algarve assumiam a posição dominante na estrutura dos níveis de escolaridade, com 3% de bacharéis, 59% de licenciados e 5% de mestres.

Na distribuição do grau habilitacional por género, constatou-se ser mais elevada a presença dos homens com 6º ano e mestrado, enquanto nos restantes níveis, as mulheres representavam uma taxa bastante mais elevada, de acordo com a seguinte representação gráfica:

GRÁFICO 20  
N.º DE TRABALHADORES SEGUNDO O GÉNERO E NÍVEL DE ESCOLARIDADE



Fonte: Balanço Social 2013

### g) TRABALHADORES PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

A CCDR Algarve não dispunha em 2013 de trabalhadores ao serviço portadores de deficiência.

### h) TRABALHADORES ADMITIDOS E REGRESSADOS

No ano de 2013 não se registou a entrada/admissão de novos trabalhadores nem o regresso de trabalhadores ao serviço noutros organismos.

### i) SAÍDA DE TRABALHADORES EM COMISSÃO DE SERVIÇO E CONTRATADOS

No decurso do ano 2013 registou-se a saída de 4 trabalhadores, dos quais 3 por motivo de aposentação (1 assistente operacional e 2 assistentes técnicos) e de 1 técnico superior que foi designado como diretor de serviços em substituição na delegação do ICNF no Algarve.

Ao nível dos indicadores que permitem aferir sobre os movimentos de entrada e saída pessoal, destacam-se:

- **Taxa de Admissões** (somatório das admissões e/ou regressos / total de trabalhadores \* 100);
- **Taxa de Saídas** (somatório das saídas/ total dos trabalhadores \* 100).
- **Índice de Rotação** (efetivos a 1 de janeiro + entradas + saídas / trabalhadores a 31 de dezembro);

os quais registaram no período compreendido entre 2011 e 2013, os seguintes valores:

**QUADRO 29**  
**INDICADORES DE MOVIMENTO DE PESSOAL**

Ano	Taxa Admissões	Taxa Saídas	Índice de Rotação
<b>2013</b>	0,00%	3,67%	1,00%
<b>2012</b>	7,96%	6,19%	1,14%
<b>2011</b>	3,60%	2,70%	1,07%

*Fonte: Balanços Sociais 2011 a 2013*

Em função dos valores registados no ano 2013 constata-se que os movimentos de pessoal ocorridos, apenas no sentido da saída de trabalhadores, sem que se tenha operado qualquer compensação por via da admissão ou regresso de novos trabalhadores resulta na diminuição continua dos recursos humanos afetos à organização, o que aliás está em linha com o que já atrás foi mencionado sobre o emagrecimento da estrutura dos recursos humanos na Administração Pública.

#### ***j) POSTOS DE TRABALHO PREVISTOS E NÃO OCUPADOS***

Apesar do compromisso assumido pela gestão da CCDR Algarve (nos Mapas de Pessoal e nos Orçamentos de 2010, 2011 e 2012) na realização de novos procedimentos concursais e/ou realização de processos de mobilidade interna, a sua concretização foi condicionada pelas medidas do Ministério de Estado e das Finanças, em matéria de admissões de pessoal e redução de efetivos (2.8% em 2013 nos termos do estabelecido na RCM nº22/2012), nomeadamente com a publicação da Leis do Orçamento de Estado, dos respetivos Decretos-lei de Execução Orçamental e dos sucessivos diplomas e orientações, que impuseram restrições legais e orçamentais praticamente inultrapassáveis à admissão de novos efetivos e à mobilidade de trabalhadores oriundos de outros serviços.

Assim, considerando que o ano de 2013 vigorou o mesmo cenário fortemente restritivo do ponto de vista orçamental, não foi igualmente possível prever logo em sede de elaboração do orçamento para este ano, a realização de novos procedimentos concursais.

Deste modo, mantêm-se as fortes carências de recursos humanos com habilitações vitais para o exercício das competências cometidas à CCDR Algarve, em determinadas áreas, tendo-se durante o ano minimizado de certa forma esta situação com recurso à mobilidade interna de trabalhadores entre as várias unidades orgânicas.

#### ***k) MUDANÇA DE SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES***

Em cumprimento com o estipulado na Lei do Orçamento para o ano 2013, no que concerne à proibição das valorizações remuneratórias, não se verificaram neste ano mudanças na situação dos trabalhadores desta CCDR.

### **l) MODALIDADE DE HORÁRIO DE TRABALHO**

A CCDR Algarve pratica o horário de trabalho flexível, com plataformas fixas entre as 10:00 e as 12:00 horas e entre as 14:30 e as 16:30 minutos.

Em 2013 estavam abrangidos por este horário de trabalho 87 trabalhadores. Dos restantes, 2 (telefonistas) estavam abrangidos pelo horário desfasado e 20 (dirigentes) pela isenção de horário.

### **m) TRABALHO EXTRAORDINÁRIO**

Em 2013 contabilizaram-se 289 horas e trinta minutos de trabalho extraordinário, associadas unicamente à carreira dos Assistentes Operacionais, responsáveis por 100% das horas realizadas. Nestes, destacam-se os motoristas.

As deslocações permanentes dos técnicos e dirigentes da CCDR Algarve justificam estas horas, que ocorreram em regra nos dias da semana.

Foram realizadas 5 horas em dias de descanso semanal complementar.

Relativamente ao ano anterior registou-se apenas um acréscimo de apenas 2 horas extraordinárias.

### **n) ABSENTISMO**

No ano de 2013 registaram-se 709 dias de ausência ao trabalho, sendo que 332 dias foram por motivo de doença, representando 47% do total de dias de ausência registados. No ano anterior estas faltas representaram 49% do total das ausências.

Relativamente ao ano anterior, regista-se um decréscimo de 60% no nº total de dias de ausência.

No quadro a seguir indicado identifica-se o número de dias de ausência ao trabalho durante o ano 2013 por grupo/cargo/carreira.

**QUADRO 30**  
**N.º DE AUSÊNCIAS AO TRABALHO**

<b>GRUPO/CARGO/ CARREIRA</b>	<b>Casamento</b>	<b>Proteção na Paterent.</b>	<b>Falecim. familiar</b>	<b>Doença</b>	<b>Assis. Fam</b>	<b>P/conta período férias</b>	<b>Greve</b>	<b>Outros</b>
Dirigentes		12	2	17		6		1
Técnico Superior		42	25	256	39	60,5	9	63
Assistente Técnico			13	36	15	45	1	13
Assistente Operacional			14	18	5	5,5	1	3
Informático				5		1		1
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>54</b>	<b>54</b>	<b>332</b>	<b>59</b>	<b>118</b>	<b>11</b>	<b>81</b>

Fonte: Balanço Social 2013

No quadro 31 está sintetizada a evolução das ausências ao trabalho no período compreendido entre 2011 e 2013.

**QUADRO 31**  
**AUSÊNCIAS AO TRABALHO 2011-2013**

ANO/ AUSÊNCIA	Casam.	Prot. Parent.	Falec. Familiar	Doença	Acid. Serv.	Assis. Famil.	Conta férias	Perda venc.	Greve	Injust.	Outros	Total
2011	0,0	269,0	27,0	593,0	0,0	96,0	34,5	0,0	5,0	0,0	128,0	1.152,5
2012	0,0	14,0	42,0	715,0	0,0	41,0	111,5	0,0	12,0	0,0	208,0	1.143,5
2013	0,0	54,0	54,0	332,0	0,0	59,0	118,0	0,0	11,0	0,0	81,0	709,0
<b>TOTAL</b>	<b>0,0</b>	<b>337,0</b>	<b>123,0</b>	<b>1.640,0</b>	<b>0,0</b>	<b>196,0</b>	<b>264,0</b>	<b>0,0</b>	<b>28,0</b>	<b>0,0</b>	<b>417,0</b>	<b>3.005,0</b>

Fonte: Balanço Social 2011-2013

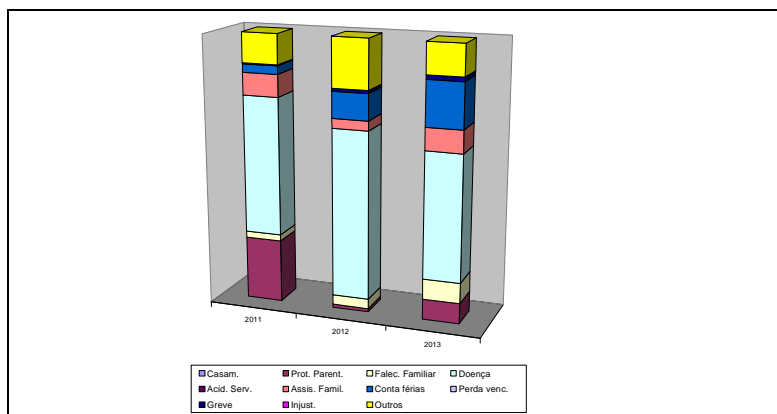
A evolução da **Taxa de Absentismo** (nº dias de faltas \* 100 / nº anual dias trabalháveis \* nº total recursos humanos) no mesmo período foi a seguinte:

2011	2012	2013
4,4	4,3	2,8

Os valores registados entre 2011 e 2013 estão principalmente associados ao aumento de 3 tipos de ausências: doença, outro tipo de faltas (tratamento ambulatorio, estatuto de dirigente associativo, etc...) e proteção na parentalidade. Por seu turno, a diminuição registada em 2013 é explicada fundamentalmente pelo menor nº de dias de ausência por motivo de doença.

A propósito das horas remuneradas e não trabalhadas, nomeadamente por faltas por doença, feriados, tolerâncias e férias apurou-se pela 1ª vez em 2013 o valor correspondente, que totalizou € 261.357. Este valor representa cerca de 8% do valor global das despesas com pessoal, o que não deixa de ser um valor representativo.

**GRÁFICO 21**  
**AUSÊNCIAS AO TRABALHO PERÍODO 2011-2013**



Fonte: Balanços Sociais 2011-2013

### o) ESTRUTURA REMUNERATÓRIA

A estrutura remuneratória da CCDR Algarve com referência ao mês de dezembro, tendo por base as remunerações mensais líquidas (remuneração base + suplementos) era a seguinte:

**QUADRO 32**  
**ESTRUTURA REMUNERATÓRIA**

Escalão de remunerações	Nº trabalhadores	%
Até 500 €	0	0,0 %
501-1000 €	22	20,2%
1001-1250 €	11	10,1%
1251-1500 €	12	11,0%
1501-1750€	15	13,8%
1751-2000 €	14	12,8%
2001-2250 €	5	4,6%
2251-2500 €	4	3,7%
2501-2750 €	3	2,8%
2751-3000 €	10	9,2%
3001-3250 €	1	0,9%
3251-3500 €	6	5,5%
3501-3750 €	5	4,6%
3751-4000 €	0	0%
4001-4250 €	0	0%
4251-4500 €	0	0%
4501-4750 €	0	0%
4751-5000 €	1	0,9%
Mais de 5000 €	0	0,0%
<b>TOTAL</b>	<b>109</b>	<b>100%</b>

Fonte: Balanço Social 2013

Nota: Consideram-se apenas os trabalhadores em RCTFP.  
Excluem-se as prestações de serviços.

Conclui-se que cerca de 30% dos trabalhadores auferem entre 501 e 1.250€ e 37,6% entre 1.251 e 2.000€. Somando estas percentagens, contabilizam-se cerca de 68% de trabalhadores cujas remunerações brutas não ultrapassam os 2.000€. No escalão dos 3001-3500€ identificam-se cerca de 6%.

Comparativamente ao ano anterior as percentagens por grandes classes diminuíram, em resultado de no ano 2013 se terem operado novos ajustamentos em baixa dos salários.

De fato as reduções salariais efetuadas a partir de 2011 produziram impacto na estrutura remuneratória, aumentando o nº de trabalhadores com remunerações entre os 501-2000€ e diminuindo os que auferiam remunerações entre os 3251-4000€.

Em termos de Remuneração Mínima e Máxima, por género, as remunerações brutas líquidas distribuíram-se da seguinte forma:

(euros)

REMUNERAÇÃO	MASCULINO	FEMININO
Mínima	702,87	576,42
Máxima	4.874,64	3.682,02

Fonte: Balanço Social 2013

O **Leque Salarial Ilíquido** obtido a partir da maior remuneração base ilíquida, que em 2013 ascendeu a € 4.874,64, dividida pela menor remuneração base ilíquida, totalizou em 2013 € 576,42. Quer isto dizer que a maior remuneração corresponde 8,5 vezes a menor remuneração base ilíquida.

Excluindo as remunerações dos Dirigentes o **Leque Salarial Ilíquido** totalizava 2,2.

#### p) ENCARGOS COM PESSOAL

O total dos encargos com pessoal totalizou € 3.364.615 distribuído pelas seguintes rubricas:

(euros)

Remuneração base	Suplementos remuneratórios	Encargos c/ prestações e benefícios sociais	Outros encargos com pessoal	TOTAL
2.551.116	107.057	115.280	591.162	3.364.615

Fonte: Balanço Social 2013

A remuneração base representou no ano 2013 76% do total dos encargos com pessoal, o que relativamente ao ano anterior representa um decréscimo de 5%, visto em 2012 a remuneração base ter representado 81%.

É relevante determo-nos nos indicadores:

- Taxa de Encargos Sociais (Total dos Encargos c/ Prest. Sociais/Total de Enc. c/ Rem. Base)

- Remuneração Base Média Anual (Total de Enc. c/ Rem. Base/Total de Efetivos)

que assumiram em 2013 os valores de 4,5% e € 23.404/trab. enquanto que no ano anterior totalizaram 4,8% e € 20.702 respetivamente.

#### q) ACIDENTES E DOENÇAS PROFISSIONAIS

Durante o ano 2013 ocorreu 1 acidente de trabalho que gerou a ausência de apenas 1 dia de trabalho (sem dar lugar a baixa).



### r) FORMAÇÃO PROFISSIONAL

No quadro 33 sistematizam-se os principais indicadores da formação realizada no triénio 2011-2013, sendo importante sublinhar que nos últimos anos o volume de formação assumiu valores modestos, tendo como referência os objetivos fixados na RCM nº 89/2010, de 17 de novembro.

De fato as fortíssimas restrições orçamentais a que acresce a não elegibilidade da região do Algarve ao POP-H têm condicionado a submissão de candidaturas e a dinamização de ações de formação internas.

No entanto a celebração do protocolo de colaboração com a Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), ocorrida no final do ano anterior, permitiu a realização de duas ações de grande atualidade no 1º semestre de 2013, tendo como destinatários os vários organismos da administração central e local, onde se inclui naturalmente a CCDR Algarve.

Será este o caminho a seguir nos próximos anos para reforço da área da formação visando proporcionar aos trabalhadores da CCDR Algarve, mesmo com algum desfasamento temporal, os objetivos fixados na Resolução do Conselho de Ministros atrás mencionada.

**QUADRO 33**  
**AÇÕES DE FORMAÇÃO 2011 - 2013**

Ano	Tipo	N.º Ações	N.º Participações (1)	N.º Horas de Formação
2011	Internas	3	3	16
	Externas	-	-	-
2012	Internas	2	142	1.589
	Externas	8	32	424
2013	Internas	2	10	70
	Externas	9	25	285,5

Fonte: Balanços Sociais 2011-2013

Nota (1): N.º Participações refere-se ao nº de trabalhadores que participaram nas ações

### s) RELAÇÕES PROFISSIONAIS

Entre os efetivos da CCDR Algarve contabilizavam-se a 31 de dezembro 10 trabalhadores sindicalizados.

Não existe comissão de trabalhadores.

### t) DISCIPLINA

Durante o ano 2013 não foi instaurado nem esteve a decorrer qualquer processo disciplinar.

**u) PRINCIPAIS INDICADORES DO BALANÇO SOCIAL 2009-2013**

Apresenta-se de seguida o quadro 34 com a informação referente aos principais indicadores do Balanço Social relativos ao período compreendido entre 2009 e 2013.

**QUADRO 34**  
**INDICADORES BALANÇO SOCIAL 2011-2013**

ANOS/INDICADORES	2011	2012	2013
Taxa de Tecnicidade ( <i>Nº Técnicos Sup/Total dos Trab.</i> ) *100	43,24%	43,36%	44,03%
Taxa de Tecnicidade (1) ( <i>inc. Espec. Informática</i> )	45,04%	45,13%	45,87%
Taxa de Tecnicidade (2) ( <i>inc. Espec. Informática + Dirigentes</i> )	63,06%	62,83%	64,22%
Taxa de Assistente Operacional	9,00%	7,96%	8,26%
Taxa de Feminização	66,67%	66,37%	66,05%
Taxa de Feminização Dirigente	55,00%	55,00%	55,00%
Taxa de Enquadramento	18,01%	17,69%	17,03%
Taxa de Emprego Jovem	0,00%	0,00%	0,00%
Leque Etário	2,2	2,15	1,97
Taxa de Envelhecimento	27,03%	29,20%	29,30%
Taxa de Habilitação Superior	63,96%	63,72%	63,30%
Taxa de Habilitação Secundária	18,92%	18,58%	19,27%
Taxa de Habilitação Básica	17,12%	17,70%	14,68%
Índice de Rotação	1,07	1,14	1,00
Taxa de Cobertura ( <i>nº admissões e regressos/saídas</i> ) * 100	133,33%	128,57%	0,00%
Taxa Admissão/Regresso	3,60%	7,96%	0,00%
Taxa de Saídas	2,70%	6,19%	3,67%
Taxa de Absentismo	4,40%	4,30%	2,80%
Taxa de Encargos Sociais	4,16%	5,01%	4,50%
Remuneração Base Média Anual	23.616 €	19.816 €	23.404 €
Leque Salarial	7,13	9,71	8,5
Taxa de Participação na Formação	2,70%	91,15%	32,11%
Taxa de Investimento na Formação	0,00%	0,03%	0,00%

Fonte: Balanços Sociais 2011 a 2013

No período em análise a estabilidade registada ao nível do nº de trabalhadores e dos movimentos de entrada e saída de pessoal nos últimos anos justifica em grande medida os valores assumidos por estes indicadores.

Importa no entanto sublinhar que no ano 2013 os indicadores que medem o movimento do pessoal, ou seja, as admissões/regressos e saídas, traduzem na realidade o progressivo emagrecimento da estrutura dos recursos humanos da CCDR Algarve. O fato

de terem ocorrido saídas de trabalhadores sem que tenha ocorrido qualquer admissão ou regresso, levou a que alguns indicadores assumissem o valor nulo.

Por outro lado, destaca-se a redução da Taxa de Absentismo que em 2013 registou um decréscimo de 1,5 pontos percentuais face ao ano anterior. A justificação para esta realidade decorre em grande medida da redução significativa das faltas por motivo de doença, a que não é alheio o regime jurídico fortemente penalizador que entrou em vigor no início do ano.

#### ***IV – AVALIAÇÃO FINAL***

O ano de 2013 foi novamente marcado por inúmeras dificuldades. Os poucos recursos postos à disposição desta Comissão, nomeadamente financeiros, e de recursos humanos, bem como a morosidade e dificuldade na obtenção dos pareceres necessários ao normal funcionamento desta instituição, à qual se exige uma capacidade de resposta cada vez maior em domínios tão complexos e variados como sejam o desenvolvimento regional em todas as suas vertentes, ao ambiente, ao ordenamento regional, ao apoio das autarquias e à fiscalização, motivaram que só com uma procura constante do aperfeiçoamento da organização, do esforço e dedicação que os trabalhadores demonstraram, bem como uma correcta definição dos objectivos, fossem superados 6 dos oito objectivos QUAR fixados e os outros dois atingidos.

Assim, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 18º da Lei 66-B/2007 de 28 de Dezembro, proponho a atribuição da menção de desempenho Bom à CCDR Algarve.

## ***ANEXOS***

## DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

N.º	Subunidade Orgânica	Indicadores		Meta	Resultados	Justificação dos desvios	Observações / evidências
		Descrição	Fórmula de cálculo				
<b>1</b>	<b>DSDR</b>	<b>Promover a realização de seminários / eventos / iniciativas que contribuam para influenciar a agenda regional</b>					
		N.º de seminários/eventos/iniciativas	Seminários/eventos/iniciativas realizados	5 Seminários/eventos/iniciativas com pelo menos 50 participantes por sessão.	Seminários/eventos/iniciativas realizados: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Conferência “Plano de Ação Regional 2020”</li> <li>• S3 Plataform – Peer Review - Workshop Turismo e Especialização Inteligente</li> <li>• Feira da Dieta Mediterrânica</li> <li>• 4 Workshops (no âmbito da Feira da Dieta Mediterrânica)</li> </ul>		
		Nível de qualidade dos seminários/eventos/iniciativas	Grau de satisfação dos participantes nos seminários/eventos/iniciativas	Atingir um grau de satisfação de >= 3 numa escala de 4	--	Não foram aplicados questionários de avaliação da satisfação dos participantes.	
<b>2</b>	<b>DSDR</b>	<b>Assegurar a divulgação de informação europeia aos cidadãos e a empresas</b>					
		N.º de participações em redes europeias	Participações em redes europeias	Participação em 2 redes europeias	Participação nas redes: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Enterprise Europe Network</li> <li>• Europe Direct</li> </ul>		
		N.º de ações realizadas	N.º de ações realizadas	Assegurar a realização de 3 ações	Ações realizadas: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Dia da Europa em Alcoutim</li> <li>• Encontro Transfronteiriço de Jovens</li> <li>• Encontro de Negócios integrado nas Missões para o Crescimento da</li> </ul>		

					Europa • Volta do Ano europeu do Cidadão • Feira da Cidadania		
		N.º de sessões/eventos de divulgação de informação europeia aos cidadãos	Sessões/eventos de divulgação de informação europeia aos cidadãos realizados	10 Sessões/eventos	• 18 Sessões informação em escolas (ED) • 8 Participações em feiras e outras iniciativas (ED e EEN) • 5 Eventos organização e coorganizados (EEN)	O número de sessões/eventos foi superior ao programado, tendo sido definido em função dos convites e solicitações recebidos ao longo do ano.	
		Nº de mailings informativos enviados a agentes económicos	Mailings enviados a agentes económicos	5 Mailings	14 Mailings informativos	O desvio registado foi determinado ao longo do ano pela dinâmica de produção de informação relevante para os agentes económicos da região.	
<b>3</b>	<b>DSDR</b>	<b>Planear e observar as dinâmicas de desenvolvimento regional</b>					
		Documento de enquadramento estratégico regional 2014 -2020	Documento elaborado no prazo / documento não elaborado no prazo	Documento concluído até 16/09/2013	O documento foi concluído a 27/06/2013 (178 dias)		E-mail enviado para o MADR com as Fichas de Instrumentos de Política Pública para a Região do Algarve.
		N.º de atualizações trimestrais dos indicadores de monitorização	N.º de atualizações trimestrais dos indicadores de monitorização realizadas	4 atualizações trimestrais	Foram atualizados indicadores: - 3º Trimestre /2013 - 4º Trimestre / 2013 - 1º Trimestre/2014 - 2º Trimestre/2014		
		N.º de boletins de conjuntura disponibilizados on-line	N.º de boletins publicados on-line	4 Boletins de Conjuntura	3 Boletins Trimestrais de Conjuntura (BTC) 3 BTC – Mobilidade e Transportes e Relatório Anual 2012 Mobilidade e Transportes	O BTC – Mobilidade e Transportes do 3º Trimestre de 2013 saiu já em Janeiro de 2014, por motivos que se prendem com problemas no envio da informação por parte de algumas entidades /	Boletins disponibilizados on-line na página da CCDR Algarve. Link: <a href="http://www.ccdr-alg.pt">www.ccdr-alg.pt</a>

						operadores (reestruturação de serviços, suspensão de divulgação e cortes orçamentais em equipamentos de contagem de tráfego)	
<b>4</b>	<b>DER</b>	<b>Dinamizar e manter atualizada uma base de Indicadores de Desenvolvimento Competitivo e Sustentável para a região do Algarve</b>					
		N.º de indicadores calculados	Indicadores calculados	Manter atualizada a base de indicadores da Rede de Destinos Europeus Sustentáveis	Os indicadores estão definidos mas não foi realizada a recolha e tratamento da informação para cálculo dos mesmos.	O desvio deve-se a: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reafetação das pessoas envolvidas no projeto aos trabalhos preparação do próximo período de programação</li> <li>• Necessidade de envolver outros parceiros regionais que não foi possível até ao momento.</li> </ul>	
<b>5</b>	<b>DER</b>	<b>Manter atualizado, com carácter semestral, a informação relativa às Áreas de Acolhimento Empresarial do site “Algarve Acolhe” e assegurar a monitorização da sua dinâmica</b>					
		N.º de áreas de acolhimento empresarial com informação atualizada com trabalho de campo	Áreas de acolhimento empresarial com informação atualizada com trabalho de campo até 30/06/2013	Todas as áreas de acolhimento empresarial com informação atualizada com trabalho de campo até 30/06/2013	A atualização da informação de todas as áreas realizada até 30/06/2013 (trabalho de campo e inserção na plataforma).	Não há desvios a registar no que respeita à atualização da informação, preparação de novos elementos a inserir na plataforma e organização de novo modo de pesquisa (Diretório de Empresas). Foi introduzida uma nova área (Vilamoura).	
		% de áreas de acolhimento com trabalho de campo realizado e lançado no site até 31/12/2013	Áreas de acolhimento com trabalho de campo realizado e lançado no site até 31/12/2013	Pelo menos 85% das áreas de acolhimento com trabalho de campo realizado e lançado no site até 31/12/2013	Trabalho de campo e inserção na plataforma das áreas de acolhimento efetuada até 31/12/2013.		
<b>6</b>	<b>DER</b>	<b>Acompanhar a promoção e divulgação do projeto Técnicas Ancestrais, Soluções Atuais (TASA) a nível nacional e internacional</b>					
		N.º de iniciativas de promoção e divulgação acompanhadas	N.º de iniciativas de promoção e divulgação acompanhadas	Acompanhar 2 iniciativas de promoção e divulgação do projeto	Organização e dinamização de 3 Conversas a 3 Tempos - inseridas no evento		



					"Ligações - TASA"; 1 entrevista para peça televisiva (RTP 1) sobre o evento		
7	DER	<b>Acompanhar o desenvolvimento do plano de salvaguarda da Candidatura da Dieta Mediterrânica de Portugal Lista Representativa do Património Imaterial da Humanidade</b>					
		Definição de medidas para o plano de salvaguarda da Candidatura da Dieta Mediterrânica de Portugal Lista Representativa do Património Imaterial da Humanidade	Propostas de medidas apresentadas	Propostas de medidas até 30/09/2013	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Propostas apresentadas e incluídas na candidatura Articular para Intervir II;</li> <li>• Metodologia da "Carta Gastronómica do Algarve" apresentada;</li> <li>• 4 Workshops realizados no âmbito da 1ª Feira da Dieta Mediterrânica</li> </ul>		
		Implementação de medidas da responsabilidade da CCDR	Procedimentos para implementação das medidas da responsabilidade da CCDR lançados até 30/11/2013	Lançamento de procedimentos para implementação das medidas da responsabilidade da CCDR até 30/11/2013	Não aplicável		
8	DER	<b>Recolher e sistematizar a informação para a definição de uma plataforma on-line para mapear e dinamizar as estações de serviço para autocaravanas</b>					
		Levantamento do território	Metodologia definida dentro do prazo /não concluída no prazo	Definição da metodologia concluída até 31/12/2013	O levantamento do território e a metodologia foram apresentados e há muito estão a ser desenvolvidos. Trabalha-se atualmente com 12 parques, com os quais se processa regularmente a recolha de informação e fornecimento de síntese mensal.	Estão por solucionar aspetos importantes quanto à articulação com outras entidades, consolidação da rede (ASA e parques de campismo) e efetiva articulação com as autarquias, aspetos que dependem de decisão superior.	
		Definição de metodologia	Levantamento do território concluído no prazo /não concluído no prazo	Levantamento do território concluído até 31/12/2013			
9	DCOOP	<b>Dinamizar a cooperação no quadro da Euroregião, da Cooperação Transfronteiriça</b>					

		Nº de participações em projetos internacionais	Participação em projetos internacionais	Participação em 5 projetos internacionais	Participação nos projetos: •GIT-AAA •GIT-EUROAAA •ANDALBAGUA •OTREMED	A prorrogação do projeto Pays Med que estava prevista não se realizou.	
		N.º de ações realizadas	Ações realizadas	Realizar 5 ações	•Seminário Ordenamento e Desenvolvimento Regional •Assinatura de dois protocolos da Eurocidade do Guadiana •Participação nos OPEN DAYS em Bruxelas •Mercados transfronteiriços - Faro e Altura •Receção de uma missão empresarial da América latina •Realização, apresentação e divulgação da publicação Receitas do Mar		
<b>10</b>	<b>DCOOP</b>	<b>Colaborar na Observação das Dinâmicas Regionais através da recolha, tratamento e fornecimento de dados do Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça – Área Territorial 5 Alentejo-Algarve-Andaluzia</b>					
		Indicadores disponibilizados	Indicadores disponibilizados no prazo / não disponibilizados no prazo	Disponibilizar a informação 30 dias antes da publicação do boletim	A informação solicitada para a execução do boletim é enviada nas datas devidas.		
<b>11</b>	<b>DCOOP</b>	<b>Assegurar que 75% da despesa apresentada pelos parceiros dos projetos POCTEP seja validada num prazo inferior a 30 dias úteis</b>					
		% de despesa validada e prazo médio de apreciação de pedidos	Despesa validada e prazo médio de apreciação dos pedidos	Assegurar que 75% da despesa apresentada é validada num prazo médio inferior a 30 dias	Mais de 75% da despesa é validada num prazo inferior a 30 dias úteis.		FONDOS 2007

				úteis				
12	DCOOP	<b>Assegurar que 50% dos parceiros das candidaturas da 3ª convocatória do POCTEP – Área Territorial 5 – Alentejo/Algarve/Andaluzia, iniciem os projetos e enviem despesa até 31/12/2013</b>						
		% de parceiros das candidaturas que iniciam e enviam despesa para validação até 31/12/2013	Parceiros das candidaturas com despesa enviada para validação até 31/12/2013	Assegurar que 50% dos parceiros das candidaturas iniciam o projeto e enviam despesa para validação até 31/12/2013	Os projetos da 3ª Convocatória não se iniciaram em 2013.	Os projetos foram definitivamente aprovados tardiamente, não dando espaço suficiente para o início de execução. Além disso, as sucessivas prorrogações dos projetos da 2ª Convocatória e o cumprimento do N+2 também contribuíram para atrasar o início da execução dos projetos da referida convocatória. Estes factos são naturalmente alheios à CCDRALgarve.		
13	DP	<b>Desenvolver e acompanhar atividades no domínio do planeamento regional e local</b>						
		% de atividades desenvolvidas / acompanhadas	Atividades desenvolvidas / acompanhadas	Desenvolver / acompanhar 100 % das atividades com intervenção da Divisão	Foram desenvolvidas/ acompanhadas 100% das atividades com intervenção da Divisão.	Colaboração nas seguintes atividades: <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Trabalhos de preparação da Estratégia Regional e do Programa Operacional 2014 – 2020</li> <li>▪ Sessões e outras iniciativas do Centro <i>Europe Direct</i>;</li> <li>▪ Sessões/eventos/</li> </ul>		

					ações realizadas pela DSDR.		
<b>14</b>	<b>DP</b>	<b>Colaborar na preparação e acompanhamento dos instrumentos de gestão da CCDR (QUAR, Plano e Relatório de Atividades)</b>					
		% de instrumentos de gestão elaborados e acompanhados	Instrumentos de gestão elaborados e acompanhados	Colaborar na elaboração de 100% dos instrumentos de gestão da CCDR	Colaboração na preparação de 100% dos instrumentos de gestão da CCDR Algarve.  Foram elaborados: <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ QUAR 2013 e 2014;</li> <li>▪ Plano Atividades 2013;</li> <li>▪ Relatório Atividades e Autoavaliação 2012,</li> <li>▪ Monitorização do QUAR 2013</li> </ul>		
<b>15</b>	<b>DP</b>	<b>Colaborar na preparação e acompanhamento dos instrumentos de gestão do Centro <i>Europe Direct</i></b>					
		% de instrumentos de gestão elaborados e acompanhados	Instrumentos de gestão elaborados e acompanhados	Colaborar na elaboração de 100% dos instrumentos de gestão	Colaboração na preparação de 100% dos instrumentos de gestão do Centro <i>Europe Direct</i> .  Foram elaborados: <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Plano de Ação 2014</li> <li>▪ Relatório de Atividades 2012;</li> <li>▪ Documento de avaliação das atividades realizadas em 2012.</li> </ul>		

## DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

N.º	Subunidade Orgânica	Indicadores		Meta	Resultados	Justificação dos desvios	Observações / evidências
		Descrição	Fórmula de cálculo				
<b>1</b>	<b>DSOT</b>	<b>Coordenar a implementação do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (IGT), nomeadamente, assegurando a sua compatibilidade com o PROT, em articulação com o PNPOT, e participar na aplicação do regime jurídico de urbanização de edificação (RJUE)</b>					
		Assegurar a implementação e monitorização do Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROT Algarve)	N.º de Reuniões do Observatório do PROT Algarve	4 Reuniões	2 reuniões	Não houve mais solicitações das CM, provavelmente, devido à conjuntura económica recessiva	8.ª e 9.ª Reuniões do Observatório NDE Campina de Baixo – Loulé
			Preparação de relatório anual de monitorização do PROT Algarve	1 Relatório	0 relatório	Em 2012 cessou a prestação de serviços adjudicada à Universidade do Algarve que realizava os relatórios de avaliação do PROT	
		Analisar e elaborar informação técnica de apoio à decisão, sobre os IGT remetidos à apreciação dos Serviços	Nº de planos apreciados em Conferências de Serviços (CS) ou Comissões de Acompanhamento (CA)	6 Planos	8 Planos	Devido ao ligeiro aumento do número de planos, movimentados pelas câmaras municipais	CS - PP Zona Lazer – Castro Marim CS - PU Penha - Faro RP - PDM Monchique CS - PP Zona histórica de Olhão 2.ª CA - Revisão PDM Silves 3.ª CA - Revisão PDM Silves CC - PP Parque Empresarial - SBA CS - Suspensão do PDM de VRSA
			N.º de dias para emissão de pareceres no âmbito do acompanhamento dos PMOT	30 Dias	34 dias	A ligeira dilatação do prazo deveu-se em parte à solicitação das câmaras municipais requerentes, por interesse próprio	Verificação através do Sistema de gestão documental da CCDR – Filedoc, cruzado com a folha de Excel onde se regista o movimento dos processos PMOT
			N.º de outros IGT, cujo acompanhamento e	4 Planos	10 planos	Num período de menor atividade na gestão urbanística,	PP Zona Comer. Indust. Serv. Guia-Albufeira PU do Pólo Tecnológico - Faro

			apreciação implique uma complexidade equivalente aos PMOT submetidos a CS ou CA			verificou-se maior volume na área do ordenamento do território	PIER Poço Partido -Lagoa Alteração do Artigo 27º - C do PDM de Lagoa PIER Parque Campismo Quarteira - Loulé PU do Vale do Freixo – Loulé Alteração PDM de Monchique Alteração PDM de Olhão PP Parque Empresarial SBA Suspensão (pontual) do PDM - VRSA
		Assegurar a avaliação de projetos estruturantes (NDT e NDE) e demais procedimentos legais previstos	Nº de projetos avaliados	6 Projetos	7 Projetos	O ligeiro aumento do n.º de projetos apreciados, em resultado dos processos em tramitação	NDT Parque Temático – Albufeira NDT Costa Vicentina/ Serra – Aljezur NDE Corte Velada – Lagos NDE Centro Desp. Internac. - Lagos NDE Campina de Baixo – Loulé NDT Olhão NDT Portimão
		Assegurar o papel de Entidade Coordenadora no processo de consulta às Entidades Externas, bem como de Entidade da Administração Central Consultada, sobre operações urbanísticas, em razão da localização, utilizando o sistema de informação do regime jurídico de urbanização e edificação (SIRJUE)	Respostas aos requerimentos, garantindo a decisão final após pronúncia das entidades consultadas, ou através de conferência decisória, quando aplicável, bem como a emissão dos pareceres enquanto Entidade da Administração Central Consultada	400 Respostas	361 respostas	Verifica-se uma significativa redução por motivo da expectativa que todas as autarquias do Algarve tramitassem os processos em suporte digital não se ter verificado	Verificação através da plataforma de informação do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (SIRJUE)
		Apreciar pretensões em matéria de uso, ocupação e transformação do solo e prestar colaboração institucional às autarquias nesse domínio	N.º de pretensões apreciadas e de colaborações prestadas	30 Apreciações e colaborações prestadas	36 informações	Aumento em resultado do n.º de solicitações	Verificação através do Sistema de gestão documental da CCDR – Filedoc, sendo que a maioria se referem a loteamentos em Lagos, por inexistência de PDM em vigor, bem como em processos REN
		Garantir a salvaguarda da integridade da Estrutura Regional	N.º de avaliações de conteúdos sobre a	5 Avaliações	5 Avaliações	Não se verificaram desvios	Revisão PDM de Silves; Retoma PDM de Lagos;

		de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA) do PROT Algarve	salvaguarda da ERPVA na elaboração de PMOT				PU do Pólo Tecnológico – Faro; PIER Parque Campismo Quarteira – Loulé; PU do Vale do Freixo – Loulé.
			N.º de exercícios de apoio à transposição da ERPVA para a Estrutura Ecológica Municipal	2 Exercícios de transposição da ERPVA	2 transposições	Não se verificaram desvios	REN de Lagos REN de Silves
<b>2</b>	<b>DSOT</b>	<b>Assegurar a implementação do Regime Jurídico da REN e integrar a Entidade Regional da Reserva Agrícola</b>					
		Garantir a apreciação dos processos de Comunicação Prévia no âmbito da REN	N.º de pareceres emitidos	300 Pareceres	422 processos	Varição resultante das solicitações dirigidas à CCDR cuja estimativa é aproximada falível	Verificação através do Sistema de gestão documental Filedoc, cruzado com a plataforma SIRJUE e com a folha de Excel onde se regista o movimento dos processos REN
		Acompanhar e aprovar as propostas de delimitação da REN no âmbito dos PMOT	N.º de processos acompanhados e de pareceres emitidos	8 Processos/ pareceres	8 Processos	Sem desvios	PU Cidade de Albufeira/ PU Frente de Mar da Cidade de Albufeira; PU do Pólo Tecnológico – Faro; PDM de Lagos; PIER Parque Campismo Quarteira – Loulé PU do Vale do Freixo – Loulé; PP de Almádena – Lagos; PP Parque Empresarial SB Alportel; PDM de Silves
		Acompanhar e aprovar as propostas de alteração da delimitação da REN, e executar os procedimentos necessários com vista à sua publicação	N.º de processos acompanhados e aprovados, incluindo os procedimentos necessários para publicação	5 Relatórios de acompanhamento/ aprovação e/ou publicações em D.R.	5 Relatórios de acompanhamento	Varição resultante das solicitações dirigidas à CCDR	PU Cidade de Albufeira; Alteração da REN em regime simplificado em Alcoutim; Correção material da carta da REN do município de Olhão; Alteração REN na área do PP de Monte Gordo nascente.
		Apreciar os projetos de infraestruturas com financiamento comunitário, de investimentos agrícolas e	N.º de projetos apreciados, incluindo planos de gestão florestal (PGF)	40 Projetos	41 Projetos	Sem variação significativa, resultante das solicitações	Conforme se pode confirmar através do Filedoc, foram apreciados: 8 PGF; 11 Projetos florestais e 22 projetos de intervenção, nomeadamente

		florestais e demais pretensões					Polis.
		Apreciar e autorizar usos não agrícolas de solos da RAN, no âmbito da participação na Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional (ER RAN), como membro integrante desta	N.º de participações em reuniões da ER RAN	40 Reuniões	43 Reuniões	Verificou-se um ligeiro aumento do n.º de reuniões, em função das solicitações apresentadas	Conforme consta da Ata da Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional n.º 63/2014, de 31-01-2014 relativa às reuniões realizadas em 2014
		Articular com a Divisão responsável pela fiscalização, os procedimentos necessários para a reposição da legalidade em REN	N.º de pareceres emitidos sobre os relatórios de fiscalização emitidos pelo setor responsável, e de prestações de colaboração técnica	40 Pareceres e notas de colaboração prestadas	40 Pareceres e notas de colaboração prestadas	Não se verificaram desvios	Somatório dos 20 registos no Sistema de gestão documental da CCDR – Filedoc, e outras tantas informações exaradas diretamente sobre as solicitações da DVC
<b>3</b>	<b>DSOT</b>	<b>Colaborar com a Direção de Serviços de Ambiente (DSA), na implementação dos regimes jurídicos da AIA e da AlncA</b>					
		Emitir pareceres sobre processos de AIA e de AlncA, nos domínios do ordenamento do território, do uso do solo e da paisagem	N.º de pareceres emitidos	10	12 Pareceres	Ligeiro aumento do n.º de pareceres, em função das solicitações da DAS e externas	Verificação através do Sistema de gestão documental da CCDR, o Filedoc
<b>4</b>	<b>DSOT</b>	<b>Promover e garantir, com recurso às TIC (através da IDEALG), uma adequada articulação intersectorial, no domínio dos SIG, entre os serviços desconcentrados de âmbito regional e autarquias.</b>					
		Integração numa plataforma colaborativa de dados espaciais (IDEALG) de conteúdo temáticos inerentes a outros serviços desconcentrados de âmbito regional e autarquias	N.º de entidades aderentes ao projeto	3 Entidades	3 Entidades	Não se verificaram desvios	Agência Portuguesa do Ambiente / Direção da Região Hidrográfica do Algarve; Direção Regional de Cultura do Algarve; Município de Albufeira.
<b>5</b>	<b>DSOT</b>	<b>Assegurar o acompanhamento de projetos e programas estratégicos</b>					
		Acompanhar a elaboração de planos e projetos no âmbito do Programa Polis	N.º de relatórios /pareceres de análise dos planos e projetos	10 Relatórios / pareceres	14 pareceres	Aumento do n.º de pareceres, face às solicitações do PO e da Sociedade Polis	Verificação através do Sistema de gestão documental da CCDR, o Filedoc
<b>6</b>	<b>DSOT</b>	<b>Colaborar / cooperar com as entidades da administração central e apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações</b>					



		Apresentar comunicações em seminários ou encontros técnicos	N.º de participações, com apresentação de comunicação	3 Participações	2 Participações	Redução ligeira, fruto das solicitações e da n/ disponibilidade	Conforme correspondência registada no Filedoc
		Representar a CCDR em conselhos, comissões e júris	N.º de participações em reuniões	10 Participações	14 Participações	Incremento resultante do aumento do n.º de solicitações	8 reuniões (atas) da Comissão de Autorização Comercial (COMAC) 1 reunião da CNREN (REN Lagos) 3 reuniões júri de concursos NDT 2 reuniões do Projeto de Mobilidade
		Emitir pareceres ou esclarecimentos técnicos por solicitação das autarquias	N.º de pareceres ou esclarecimentos emitidos	10 Pareceres	9 Pareceres	Ligeiro desvio em função das solicitações apresentadas	9 pareceres jurídicos, emitidos por solicitação de autarquias, conforme registado no SIRJUE

## DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE AMBIENTE

N.º	Subunidade Orgânica	Indicadores		Meta	Resultados	Justificação dos desvios	Observações / evidências
		Descrição	Fórmula de cálculo				
<b>1</b>	<b>DSA</b>	<b>Coordenar a implementação do regime jurídico de gestão de resíduos na região do Algarve</b>					
		Executar plano de controlo das instalações de gestão de resíduos licenciadas	N.º de instalações visitadas para verificação do cumprimento das condições da licença dos operadores de gestão de resíduos licenciados. Elaboração de relatório	40 Instalações	47 Instalações	Verificou-se o incumprimento frequente das condições de exploração definidas nas licenças emitidas por esta CCDR, pelo que foi necessário efetuar mais visitas do que o inicialmente programado	Relatórios elaborados pelas técnicas que desempenham esta competência de gestão de resíduos, registados em Filedoc e associados ao respetivo processo
		Proceder à apreciação de pedidos de esclarecimento sobre gestão de resíduos	Emissão de resposta	7 Dias úteis para 90% das solicitações	63% das solicitações foram respondidos em 7 dias úteis.	Dos 27 pedidos de esclarecimento recebidos, 17 foram respondidos no prazo definido. Dos restantes 10 pedidos de esclarecimento verificou-se que 3 coincidiu a sua entrada com o período de férias do técnico. Dos restantes, 5 foram respondidos no prazo de 15 dias e 2 tiveram um prazo de resposta superior a 2 meses face à sua complexidade que obrigou a pedido de esclarecimentos junto da APA, o que provocou o atraso na resposta.	A resposta aos pedidos de esclarecimento é precedida de uma informação, estando registado em Filedoc a tramitação do processo.
		Proceder ao carregamento	Prazo de carregamento de	5 Dias úteis para 95%	As licenças emitidas em	A base de dados do	Data de registo das

		da base de dados das licenças OGR (SILOGR)	dados	das licenças emitidas	2013 foram carregadas no SILOGR, após diversos contactos com a APA para solução de alguns problemas de acesso das CCDR.	SILOGR é gerida pela APA. Após emissão da licença por esta CCDR os requerentes que ainda não têm registo no SILOGR têm de o efetuar. Verificou-se que os requerentes esperavam diversos dias para obtenção de autorização de acesso à base de dados, pois só após a mesma as CCDR conseguem efetuar o carregamento das licenças.	licenças no SILOGR.
		Proceder à apreciação dos relatórios de monitorização dos aterros de RSU da região do Algarve	Prazo para emissão de parecer	20 Dias úteis	30 Dias úteis	Os relatórios foram remetidos no período de férias do técnico, tendo sido analisados logo que foi possível, o que gerou o atraso em relação ao objetivo definido.	
<b>2</b>	<b>DSA</b>	<b>Proceder à monitorização de projetos, na tipologia de campos de golfe e pedreiras, sujeitos a procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental entre 2002 e 2011, cuja Autoridade de AIA foi a CCDR Algarve</b>					
		Nº de pareceres de monitorização emitidos	Efetuar visita aos locais e analisar relatórios de monitorização entregues pelos exploradores	Verificar 14 projetos	Analisados 10 projetos	Durante o ano de 2014 só deram entrada 10 projetos de monitorização.	
<b>3</b>	<b>DSA</b>	<b>Colaborar com a Direção de Serviços de Ordenamento do Território (DSOT), na implementação do regime jurídico da AAE</b>					
		Emitir pareceres sobre processos de AAE	Prazo de emissão de pareceres	Emissão de parecer em 7 dias úteis para 85% das solicitações	63% dos pareceres emitidos em 7 dias úteis.	Dos 16 processos de AAE analisados, 10 foram respondidos no tempo definido no objetivo. Houve 4 processos cujo parecer foi emitido em 2013, mas tinham dado entrada em Dezembro	

						de 2012 no período de mudança de instalações e férias de Natal o que levou a emissão de parecer no prazo de 19 dias. Os restantes dois processos foi necessário solicitar elementos pelo que a resposta final em relação ao primeiro pedido de apreciação foi superior ao definido.	
<b>4</b>	<b>DSA</b>	<b>Promover a prevenção e controlo das emissões de poluentes para a atmosfera</b>					
		Proceder à apreciação de relatórios de autocontrolo e registo em base de dados	Prazo de apreciação	Apreciação em 7 dias úteis	9 Dias úteis	Dos 25 relatórios analisados 16 tiveram resposta média em 5 dias. Os restantes tiveram análise em prazo posterior ao definido uma vez que a sua entrega coincidiu com ausências do técnico que efetua a análise dos relatórios (férias, maternidade e assistência técnica urgente nas estações da qualidade do ar)	Todas as análises dos relatórios entregues são efetuadas através de informação registada em filedoc.
		Promover o registo de consumo de solventes nos estabelecimentos abrangidos pelo regime que prevê a redução de emissão de compostos orgânicos voláteis para a atmosfera	Efetuar notificação a todos os estabelecimentos abrangidos	Obtenção de um mínimo de 50% de respostas no universo de notificados	--	Durante o ano de 2013 a legislação relativa a esta matéria foi alterada prevendo-se a efetivação do registo por via eletrónica o que levou a que não tivesse sido efetuada a notificação das atividades que consomem solventes. Verificou-se que voluntariamente	

						algumas empresas enviaram o registo em papel.	
<b>5</b>	<b>DSA</b>	<b>Colaborar com a Direção de Serviços Apoio Jurídico e Autarquias Locais (DSAJAL) no âmbito do regime de gestão de resíduos</b>					
		Proceder a notificações para limpeza de locais onde está a decorrer PCO relativo a inadequada gestão de resíduos	Efetuar notificação	No prazo de 5 dias úteis após receção do pedido	--	Ao longo do ano verificou-se que a notificação ao arguido gerava confusão uma vez que nalguns casos era entendida pelo mesmo como sendo a resolução do PCO, pelo que só foram efetuadas algumas notificações.	
<b>6</b>	<b>DSA</b>	<b>Regularização das explorações de massas minerais na região do Algarve</b>					
		Nº de dias para elaboração do relatório de identificação das explorações de massas minerais	Relatório de identificação das explorações de massas minerais	258 Dias ( <i>nova meta</i> ) 120 Dias ( <i>meta inicial</i> )	O relatório concluído em 238 dias.		A meta proposta foi reformulada.  O relatório de identificação de massas minerais incluiu a georeferenciação das áreas exploradas. Esta informação, inicialmente não prevista com esta profundidade, tornou o trabalho mais complexo, atrasando a execução/conclusão do documento em causa  Informação registada em Filedoc.
		N.º de reuniões realizadas com os exploradores, após reunião da CCDR com as Câmaras Municipais	Nº de reuniões	30	--		

## DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO JURÍDICO E À ADMINISTRAÇÃO LOCAL

N.º	Subunidade Orgânica	Indicadores		Meta	Resultados	Justificação dos desvios	Observações / evidências
		Descrição	Fórmula de cálculo				
1	DSAJAL	<b>Caracterizar os recursos humanos dos municípios, referentes ao ano 2012</b>					
		Elaborar e analisar um conjunto de indicadores e gráficos referentes aos balanços sociais de 2012 dos municípios.	Apresentar documento até Setembro de 2013	Apresentar documento até julho de 2013	Foram elaborados um conjunto de gráficos e quadros referentes aos balanços sociais dos municípios.  Objetivo cumprido		Arquivado na DSAJAL
2	DSAJAL	<b>Assegurar a gestão dos processos de contraordenação</b>					
		Elaboração dos relatórios referentes aos processos de contraordenação	% de execução (N.º de relatórios efetuados/nº PCO pº relatório) *100	Concluir 70% dos processos pendentes de 2011 e 2012	77% Objetivo superado		A base de dados GESPCO, permite extrair listagens dos processos
				Concluir 15% dos processos de 2013	15% Objetivo cumprido		A base de dados GESPCO, permite extrair listagens dos processos
3	DSAJAL	<b>Reduzir os pedidos de parecer jurídicos pendentes solicitados pelas autarquias (relativos a pedidos recebidos até 31/12/2012)</b>					
		% de pareceres pendentes efetuados	(N.º pareceres efetuados/N.º pareceres pendentes) *100	90%	100% Objetivo superado		As informações elaboradas encontram-se arquivadas na DSAJAL
		% de pareceres efetuados referente a pedidos de 2013	(N.º pareceres efetuados/N.º pareceres solicitados em 2013) *100	75%	55%  Objetivo não cumprido	A meta definida teve por base a entrada de 20 novos pedidos de parecer e de 15 respostas / informações. Contudo, os mesmos ascenderam a 42, e as respostas dadas foram 23. Justificação - A falta de juristas nesta Direção de Serviços	As informações elaboradas encontram-se arquivadas na DSAJAL

4	DSAJAL	Colaborar com a DGAL na gestão dos projetos, no âmbito da Cooperação Técnica e Financeira, entre a Administração Central, as Autarquias e as entidades privadas sem fins lucrativos e proceder ao acompanhamento físico e financeiro dos projetos.					
		Análise das candidaturas apresentadas.	Nº de dias (data do informação – data do despacho)	Prazo máximo de 15 dias úteis.	Objetivo cumprido	No âmbito da Cooperação Técnica e Financeira não foram apresentadas candidaturas. No Programa Equipamentos entrou uma e foi devidamente analisada dentro do prazo definido.	Base de dados da DGAL
		Análise dos pedidos de pagamento entrados até Novembro de 2013.	Grau de execução (Nº de pedidos de pagamento analisados/nº de pedidos de pagamentos entrados) *100	90%	100 %  Objetivo cumprido	Foram apresentados 10 pedidos de pagamento que foram analisados e remetidos para a DGAL.	Base de dados da DGAL

**DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**

N.º	Subunidade Orgânica	Indicadores		Meta	Resultados	Justificação dos desvios	Observações / evidências
		Descrição	Fórmula de cálculo				
<b>1</b>	<b>DRH</b>	<b>Monitorizar semestralmente a informação gerada pelo Portal do Trabalhador – Fase 3</b>					
		N.º de relatórios semestrais	N.º de relatórios apresentados	Apresentação de 2 relatórios: um até 15 de julho e outro até 15 de Dezembro	Cumprido		
<b>2</b>	<b>DRH</b>	<b>Realização de questionários de satisfação junto dos colaboradores e entidades externas</b>					
		N.º de dias	Determinação do nº de dias	Realização dos questionários em 181 dias		Meta reformulada para o 1º semestre do ano 2014 em resultado da monitorização efetuada durante o ano ter evidenciado a impossibilidade de cumprimento da meta inicial por motivos técnicos.	
		N.º de relatórios	Relatórios apresentado	Elaboração de 2 relatórios com a análise dos resultados		Meta reformulada para o 1º semestre do ano 2014 em resultado da monitorização efetuada durante o ano ter evidenciado a impossibilidade de cumprimento da meta inicial por motivos técnicos.	
<b>3</b>	<b>DRH</b>	<b>Elaborar o Regulamento de Horário de Trabalho</b>					
		Prazo de apresentação da proposta de regulamento de horário de trabalho	Data de apresentação da proposta de regulamento de horário de trabalho	Apresentação de proposta de regulamento de horário de trabalho durante o 1º semestre		Meta reformulada para o fim do 2º semestre do ano 2014 em resultado da monitorização efetuada durante o ano ter evidenciado a	



						impossibilidade de cumprimento da meta inicial por impedimento físico do recurso humano responsável por este objetivo	
<b>4</b>	<b>DPE</b>	<b>Determinar o valor arquivístico da documentação acumulada</b>					
		Celebração de 1 protocolo	Protocolo assinado entre a CCDR Algarve e a DGLAB	Celebração de Protocolo de Colaboração com a Direcção Geral do Livro, do Arquivo e da Biblioteca	Cumprido		
		Preenchimento da Folha de Recolha de Dados identificando as séries documentais	Folha de Recolha de Dados identificando as séries documentais	Elaboração da Folha de Recolha de Dados (FRD)		Meta reformulada para o final do 2º semestre do ano 2014 em resultado da monitorização efetuada ter evidenciado a impossibilidade de cumprimento da meta inicial devido à mudança de tutela para a PCM em agosto de 2013 e da necessidade de redefinir o funcionamento do grupo de trabalho no seio do novo Ministério	
		Relatório de avaliação da documentação acumulada com identificação das series documentais	Relatório apresentado	Elaboração de Relatório de Avaliação		Meta reformulada para o final do 2º semestre do ano 2014 em resultado da monitorização efetuada ter evidenciado a impossibilidade de cumprimento da meta inicial devido à mudança de tutela para a PCM em agosto de 2013 e da necessidade de redefinir	

						o funcionamento do grupo de trabalho no seio do novo Ministério	
<b>5</b>	<b>DPE</b>	<b>Monitorizar os gastos gerais e dos consumos de economato</b>					
		Nº de relatórios elaborados	Relatórios apresentados	Elaboração mensal de relatório dos gastos gerais até ao dia 10 do mês seguinte	Cumprido		Objetivo reformulado no que se refere à periodicidade dos relatórios que se alterou para semestral
<b>6</b>	<b>DPE / DF</b>	<b>Promover a desmaterialização de processos</b>					
		Nº de dias corridos para conclusão do processo de desmaterialização ( <i>% de processos aquisitivos desmaterializados</i> )	Determinação do nº de dias ( <i>Determinação dos processos aquisitivos desmaterializados</i> )	Conclusão em 365 dias ( <i>Desmaterializar mais de 90% dos processos aquisitivos</i> )	Superado		Objetivo reformulado Entrada em produção a 1 de dezembro de 2013

## DIVISÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

N.º	Subunidade e Orgânica	Indicadores		Meta	Resultados	Justificação dos desvios	Observações / evidências
		Descrição	Fórmula de cálculo				
1	DSI	<b>Reestruturar o Site Institucional</b>					
		Disponibilização online	Prazo	Junho	Novembro	Atraso na reestruturação de conteúdos.	
2	DSI	<b>Promover a desmaterialização de processos internos (partilhado com a DSCGAF)</b>					
		Nº de dias para conclusão do processo de desmaterialização	Nº de dias para conclusão do processo	365 Dias (nova meta)  181 Dias (meta inicial)	335 Dias		Objetivo reformulado / definição de nova meta  Uma vez que se aguardava a publicação da nova lei orgânica das CCDR considerou-se que seria pertinente realizar a desmaterialização dos processos internos posteriormente, porque uma nova estrutura orgânica condiciona a definição dos circuitos internos. Como não foi publicada a nova lei orgânica a desmaterialização dos processos ocorrer durante o segundo semestre.
3	DSI	<b>Implementar nova ferramenta de webmail OpenSource com integração com Outlook e Smartphones</b>					
		Disponibilização aos utilizadores	Prazo	Dezembro	Não implementado	Devido à aquisição de novos servidores esta ação foi adiada para 2014.	

<b>4</b>	<b>DSI</b>	<b>Assegurar uma disponibilidade dos servidores superior a 99%, durante 365x24</b>					
		% de disponibilidade do servidor durante 365x24	% de disponibilidade	Superior a 99%	Disponibilidade superior a 99,93%		
<b>5</b>	<b>DSI</b>	<b>Garantir o apoio aos utilizadores dos sistemas informáticos</b>					
		Resposta a pedidos de Helpdesk	Prazo de resposta	2 Dias	Prazo de resposta cumprido para 97%	Alguns pedidos ultrapassam o prazo por razões não imputáveis à Informática.	
<b>6</b>	<b>DSI</b>	<b>Modernizar as Plataformas Tecnológicas</b>					
		Reorganização do Data Center com implementação de sistema de cluster em virtualização	Prazo	Novembro	Dezembro	Atraso do fornecedor na entrega de equipamentos.	
<b>7</b>	<b>DSI</b>	<b>Melhorar o acesso à internet</b>					
		Reestruturação do acesso internet (proxy, autenticação, QoS) através da mudança de tecnologia de comunicações	Prazo	Abril	Abril		Aquisição dos serviços de dados em fibra ótica para acesso à Internet (30Mbps).
<b>8</b>	<b>DSI</b>	<b>Dotar a CCDR Algarve de um Plano de Segurança dos Sistemas de Informação e Plano de Continuidade de Negócios</b>					
		Elaboração da documentação	Prazo	Junho	Dezembro	Elevada complexidade da documentação a produzir e necessidade de várias reuniões de validação final.	

## DIVISÃO DE VIGILÂNCIA E CONTROLO

N.º	Subunidade e Orgânica	Indicadores		Meta	Resultados	Justificação dos desvios	Observações / evidências
		Descrição	Fórmula de cálculo				
<b>1</b>	<b>DVC</b>	<b>Regularizar situações de incumprimento sobre resíduos na região do Algarve</b>					
		Reposição da legalidade em locais com resíduos ao longo do ano, em parceria com a DSA e com a DAJ	Nº de locais com reposição da legalidade	15 Locais	-----	Integração no objetivo 2.	
<b>2</b>	<b>DVC</b>	<b>Regularizar situações de incumprimento ao regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN)</b>					
		Reposição da legalidade em locais com infrações à REN ao longo do ano, em parceria com a DOTCNVP e com a DAJ	Nº de locais com reposição da legalidade	20 Locais	25 Locais	O objetivo foi atingido sem grandes desvios, devido à alteração do enfoque para a fiscalização sucessiva de situações da REN, mas sem se descuidar esta componente do trabalho da DVC.	Optou-se pela integração de dois objetivos inicialmente separados, 'resíduos' e 'REN', tendo-se revisto as metas, dada a necessidade de ajustamento do trabalho da DVC.  Lista com NUI dos documentos do 'Filedoc' relativos à conclusão do processo e confirmativos da reposição da legalidade e da evidência
<b>3</b>	<b>DVC</b>	<b>Assegurar a vigilância do território, nas suas vertentes ambiental e do ordenamento</b>					
		Ações de fiscalização internas, ou externas na sequência de solicitação (nas suas vertentes ambiental e do ordenamento)	N.º de documentos de fiscalização	100 Documentos de fiscalização ( <i>nova meta</i> )  140 Documentos de fiscalização ( <i>meta inicial</i> )	136 Documentos	Acréscimo deveu-se à elevada dinâmica na concretização de ações de fiscalização internas pela DVC, em especial devido à fiscalização sucessiva de situações da REN.	Neste objetivo, foi revista a meta, devido à redução dos Pedidos de Fiscalização ao SEPNA da GNR, e pela necessidade de ajustamento do trabalho da DVC.  Lista com NUI dos documentos do 'Filedoc' relativos à confirmação

							da evidência.
<b>4</b>	<b>DVC</b>	<b>Emissão de pareceres ou informações, com vista à decisão superior</b>					
		Emissão de pareceres ou informações, com vista à decisão superior	N.º de circulações de documentos em Filedoc «Para Seguimento» efetuadas para a Presidência, ao longo do ano	200 Circulações	286 Circulações	Acréscimo deveu-se à elevada dinâmica na concretização de ações de fiscalização internas pela DVC, em especial devido à fiscalização sucessiva em situações da REN	<p>Este objetivo não estava inicialmente previsto e resultou da necessidade de ajustamento do trabalho da DVC, pelo facto de existirem muitas situações verificadas pelo SEPNA da GNR e o sequente seguimento das mesmas.</p> <p>Lista com o registo do número de ‘circulações’ mensais do CDVC para a Presidência, deduzindo o número referente a ações de fiscalização internas</p>

## GESTÃO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS

N.º	Subunidade Orgânica	Indicadores		Meta	Resultados	Justificação dos desvios	Observações / evidências
		Descrição	Fórmula de cálculo				
1	Gestão de Fundos Comunitários (PO ALGARVE 21)	Assegurar até ao final do ano a decisão sobre 80% das candidaturas ao PO Algarve 21 resultantes de avisos fechados em 2013 (até 31/10/2013), com prazo médio de decisão até 50 dias úteis – sem sistemas de incentivos.					
		% de candidaturas com decisão de aprovação / não aprovação, com notificação ao promotor e prazos de decisão médios < a 50 dias úteis	Nº de candidaturas com decisão de aprovação ou não aprovação com notificação ao promotor / total das candidaturas apresentadas (retirar as desistidas)	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 80%</li> <li>▪ Com prazo médio de decisão &lt; a 50 dias úteis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 99%</li> <li>Em 31/12/2013 encontravam-se decididas com notificação ao promotor 78 das 79 candidaturas apresentadas em concursos encerrados entre 1/11/2012 e 31/10/2013.</li> <li>▪ 76 dias úteis – prazo médio de decisão.</li> </ul>	Desvios parcialmente positivos. Não foi interrompido o tempo de análise com o tempo de espera de elementos solicitados.	Quadro com resultado dos concursos. (Evidências – anexo 1)
2	GFC (PO Algarve 21)	Emitir o parecer regional sobre 80% das candidaturas entradas até ao 35º dia útil após o encerramento do Avisos de Abertura de Concursos independentemente da análise dos OI.					
		% de candidaturas com parecer regional até ao 35º dia útil.	Nº de candidaturas com parecer regional até ao 35º dia útil / total de candidaturas apresentadas	80% de candidaturas (parecer em 35 dias)	80% das candidaturas com parecer em 35 dias úteis.	Não foram registados desvios. Foi alcançada a meta.	(Evidências – anexo 2)
3	GFC (PO Algarve 21)	Assegurar o cumprimento de 100% da meta N+2 prevista para 2013 – ultrapassar a execução FEDER de 128.873.982 € até 30/11/2013 ou até à última certificação do ano se for posterior.					
		Taxa de Execução em relação à Meta N+3 (por Eixo)	Montante FEDER de Execução a 31/11/2013 <sup>(1)</sup> certificado até 31/12/2013 / Montante total da Meta N+2 (2013) (ver quadro de suporte)	Taxa de execução da meta N+2 de 100%	101% Despesa Feder a 31/12/2013 (130.085.216 € / Meta N+3 (128.873.982 €) )	Desvios positivos. Foi ultrapassada a meta. Meta QUAR superada.	(Evidências – anexo 3)
4	GFC (PO Algarve 21)	Colaborar na produção de informação das várias entidades no âmbito do QREN, entre as quais o Centro de Observação das Dinâmicas Regionais através da recolha, tratamento e fornecimento de dados sobre o PO Algarve 21. (encerramentos efetuados e completos)					

		100% de encerramentos efetuados com tabelas de indicadores preenchidas em SIGA e fichas finais no site	Nº de encerramentos efetuados com os requisitos referidos / Nº total de encerramentos Efetuados	100% (quadro-resumo com requisitos assinalados)	47% 9 encerramentos efetuados com os requisitos referidos / 19 encerramentos efetuados	Face à limitação de meios e à importância assumida por outras tarefas como é o caso do cumprimento da Meta N+2 não foi dada prioridade a este objetivo.	
5	<b>GFC (PO Algarve 21)</b>	<b>Assegurar a Implementação do Sistema de Controlo Interno do PO Algarve 21</b>					
		2.º PAC concluído (100% do trabalho efetuado)	Nº de Etapas concluídas do 2º PAC / Nº de Etapas totais do PAC	100% (do trabalho do 2º PAC efetuado)	O trabalho relativo ao 2º PAC não foi realizado. Foram realizadas 58% das atividades previstas nesta Subunidade.	Atraso no parecer prévio das Finanças. A norma do IFDR sobre SCD apenas foi concluída em Dez. 2013.	(Evidências – anexo 5)
6	<b>GFC (PO Algarve 21)</b>	<b>Completar 6 instrumentos de apoio à gestão e de informação ao cidadão no âmbito do PROALGARVE / PO Algarve 21, até final de 2013</b>					
		Nº de instrumentos a funcionar: <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Manual de Procedimentos</b> (uma atualização em 2013)</li> <li>▪ <b>3 Certificações em SI</b></li> <li>▪ <b>Descrição de Sistema de Gestão e Controlo</b> (atualizado)</li> <li>▪ <b>Melhoria do Site com atualização mensal do PO Algarve 21</b> (Informação financeira e operações encerradas com fichas)</li> <li>▪ <b>Arrumações arquivos QCA III</b></li> <li>▪ <b>Arrumação de partilhas internas</b> e manutenção</li> <li>▪ <b>Relatório de Execução anual</b> (PO Algarve 21) entregue e aceite,</li> <li>▪ Realização do <b>Grande Evento anual</b></li> </ul>	Nº de instrumentos a funcionar no final de 2012	6 Instrumentos	116% 7 instrumentos de apoio à gestão ou de informação ao cidadão efetuados / a funcionar: <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>6 certificações</b> até Dez. 2013</li> <li>▪ <b>Descrição de Sistema de Gestão e Controlo</b> (com informação positiva em Dez. 2013)</li> <li>▪ <b>Melhoria do site</b> com atualização mensal</li> <li>▪ <b>Arrumações arquivos QCA II e III</b> (Ex-GAT de Faro) com organização e rearrumação no arquivo de Stº António</li> <li>▪ <b>Relatório de Execução anual</b> entregue e aceite dentro dos prazos</li> <li>▪ <b>Realização do grande evento anual</b> (Maio)</li> </ul>	Desvios positivos. Foi ultrapassada a meta.	(Evidências – anexo 6)



		▪ <b>12 Sessões de Sistemas de Incentivos</b>			2013) ▪ <b>17 Sessões de Sistemas de Incentivos</b> realizadas.		
--	--	---	--	--	--	--	--

